Área de Transportes e Obras Públicas

Índice

Primeira Parte - Balanço da Acção Governativa no ano de 2010

I. Cooperação Regional	319
1. Cooperação contínua entre os centros urbanos da Região e conclusão atempada do plano específico	319
2. Sucesso nos resultados da interligação através das Infra-estruturas fronteiriças e transfronteiriças do sistema de transportes	320
II. Planeamento Urbanístico	321
1. Início da auscultação do planeamento urbanístico dos novos aterros. Da participação comum nasce a sabedoria colectiva.	321
2. Criação do sistema de elaboração do planeamento urbanístico e aprofundamento do desenho urbanístico geral.....	322
3. Implementação gradual do planeamento de zonas e aprofundamento sob diversas vertentes dos bairros antigos	323
III. Gestão de Solos	323
1. Conclusão do projecto preliminar da “Lei de Terras” e realização de consulta pública no sentido de conhecer melhor a opinião pública	324
2. Optimização do mecanismo para a gestão de solos e o início dos procedimentos de tratamento de terrenos desaproveitados	324
IV. Urbanização	325
V. Habitação	326
VI. Transportes	329
1. Trânsito urbano	329
2. Implementação do Metro Ligeiro	331
3. Transporte aéreo.....	332
4. Transporte marítimo	334
VII. Protecção do ambiente e Energia	335
1. Protecção do Ambiente	335
2. Gestão dos recursos de água.....	338

3. Políticas energéticas	339
VIII. Telecomunicações, Correios e Tecnologias	341
1. Administração de Telecomunicações.....	341
2. Correios e Tecnologias.....	342

Segunda Parte – Linhas de Acção Governativa para 2011

I. Introdução	345
II. Cooperação Regional.....	346
1. Esforçar-se em obter o resultado do planeamento regional, para construir um “Centro Internacional de Turismo e de Lazer”	346
2. Empenhar-se em realizar o planeamento de desenvolvimento sinérgico, criando em conjunto uma zona cosmopolita que abrange Macau e Zhuhai.....	348
3. Fazer todo o possíveis para concretizar o projecto de obras de construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha.....	348
4. Entrada na nova fase de articulação das infra-estruturas, promovendo a aceleração do desenvolvimento regional.....	349
4.1 Trânsito terrestre transfronteiriço	349
4.2 Articulação directa da integração de transporte ferroviário e criação do círculo de transporte interurbano cómodo de uma hora	350
4.3 Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau	351
4.4 Impulso da passagem subaquática pedonal entre o Porto Interior e a Lapa(Wanchai), de Zhuhai.	352
5. Aperfeiçoar o mecanismo contingente de fornecimento de água, assegurar o fornecimento local de água bruta.	352
6. Intensificar a cooperação estratégica regional, alcançar gradualmente o objectivo de ligar os cinco principais aeroportos da região	353
7. Incremento da cooperação regional no âmbito de protecção ambiental e desenvolvimento progressivo das infra-estruturas de energia.....	353
8. Aproveitar a nova configuração de integração regional, para promover o desenvolvimento dos negócios entre as três regiões.....	354
III. Planeamento Urbanístico	355
1. Elaboração da Lei de bases do planeamento urbanístico e articulação com os outros diplomas legais complementares	355

2. Elaboração do Plano director urbanístico e acompanhar de perto o futuro desenvolvimento.....	355
3. Reforçar em preparação do Planeamento geral das novas zonas urbanas.....	356
3.1 Com auxílio de equipa de peritos, responder activamente e cientificamente as expectativas sociais.....	356
3.2 Implementar de forma programada as construções públicas, realizar a interligação das redes de trânsito regional.....	357
4. Iniciar o planeamento de zonamento e os projectos de estudo fulcral	357
4.1 Desenho urbanístico geral da Zona da Barra.....	357
4.2 Plano conceptual urbanístico geral e ambiental da zona adjacente do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.....	358
4.3 Planeamento urbanístico da Vila da Taipa.....	358
4.4 Planeamento de pormenor da Vila de Coloane.....	358
4.5 Estudo sobre o clima urbano.....	359
4.6 Iniciação de Estudo de desenvolvimento do espaço do subsolo.....	359
5. Reordenamento dos Bairros Antigos	359
5.1 Evitar esforços para promover a legislação do Reordenamento dos Bairros Antigos.....	359
5.2 Introduzir o concurso do desenho conceptual, incentivando a participação da população	360
5.3 Descobrir o património cultural dos bairros antigos através das urbanistas privadas.....	360
5.4 Revitalização moderada do “Centro Histórico de Macau”	360
IV. Gestão de Solos.....	361
1. Conclusão do projecto da “Lei de Terras” e aceleração da consulta à população e da produção legislativa.....	361
2. Optimização do mecanismo para a gestão de solos de forma a reforçar o aproveitamento dos recursos de solos.....	361
3. Aumento do grau de transparência das informações para responder às necessidades da sociedade	362
V. As Infra-estruturas Urbanas.....	363
1. Aperfeiçoar as infra-estruturas, em articulação com o desenvolvimento sustentável da cidade	363
2. Aceleração da promoção das construções urbanas e melhoramento dos equipamentos sociais comunitários	364

3. Reordenamento contínuo das drenagens e melhoramento do ambiente habitacional.....	364
4. Optimização dos termos do Regime das Consultas no sentido de tornar o regime mais adequado às necessidades actuais	365
5. Revisão contínua dos circuitos administrativos, por a tornar mais célere a apreciação.....	365
6. Intensificar os trabalhos de supervisão e controlo, combater severamente as obras ilegais	366
VI. Habitação	367
1. Concretização faseada da construção das 19 000 fracções de habitação pública.....	367
2. Tomar medidas transitórias para apoiar os agregados familiares existentes na lista de candidatos em simultâneo da reforma do regime de habitação económica.....	368
3. Promoção de construção de fracções habitacionais de pequena dimensão para aliviar os assuntos de habitação de Macau.....	369
4. Participação pública na discussão das medidas e políticas de habitação a longo prazo	369
5. Apoio contínuo à reparação de edifícios, elevação da qualidade de administração de edifícios	370
6. Monitorizar estritamente a evolução do mercado imobiliário, no intuito de promoção atempada de medidas efectivas.	371
VII. Trânsito e Transportes	372
1. Trânsito urbano terrestre.....	372
1.1 Planeamento científico da política de trânsito e aperfeiçoamento contínuo do ambiente de trânsito	372
1.2 Reforço do lançamento da construção do sistema de metro ligeiro e definição de estratégias adequadas de execução de obras.....	374
1.3 Continuação da optimização dos serviços de autocarros e consolidação do regime de fiscalização dos táxis.....	375
1.4 Racionalização das medidas de gestão do estacionamento de veículos, rentabilizando a eficiência dos espaços de estacionamento.....	376
1.5 Optimização do sistema inteligente de gestão de trânsito, alargando continuamente o âmbito de cobertura dos serviços.....	377
1.6 Aperfeiçoamento das instalações de aprendizagem e exames de condução e optimização dos serviços de inspecção de veículos automóveis.....	378
1.7 Auscultação das opiniões da comunidade e elevação da consciência no trânsito.....	378

2. Transporte Aéreo.....	379
2.1 Promover activamente o desenvolvimento da aviação civil e construir um hub de aviação civil da Ásia-Pacífico.....	379
2.2 Elaborar legislação no campo da segurança operacional da aviação, intensificar o trabalho de gestão da aviação.....	380
3. Transporte marítimo.....	381
3.1 Reforçar a supervisão sobre a segurança de navegação, prevenir ocorrência de sinistros no mar.....	381
3.2 Ampliar a capacidade de resposta de emergência e aperfeiçoar a administração portuária e de terminais marítimos.....	382
3.3 Ampliar a utilização do Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca e obras de ampliação do Museu Marítimo.....	382
VIII. Protecção do Ambiente e Energia.....	383
1. Protecção do Ambiente.....	383
1.1 Aprofundamento do planeamento e avaliação ambiental e Intensificação do controlo e monitorização do ambiente.....	383
1.2 Intensificação do controlo das fontes poluidoras atmosféricas e tentar experimentar a utilização dos eco-veículos.....	384
1.3 Melhoria de diplomas legais no domínio ambiental e avaliação atempada dos respectivos critérios e instruções.....	385
1.4 Sensibilização e educação contínua e alargada, para incentivar a participação de toda a população.....	386
1.5 Criação da base de dados ambientais e optimização das instalações de tratamento de resíduos.....	387
1.6 Assegurar o abastecimento de água e construir uma cidade economizadora de água.....	388
2. Políticas energéticas.....	388
2.1 Início da reforma do mercado de electricidade e promoção do desenvolvimento sustentável de electricidade.....	389
2.2 Aperfeiçoar a base legal dos serviços de gás de cidade, garantia de um fornecimento estável a longo prazo.....	390
2.3 Testes graduais dos projectos de energia renovável e implementação das políticas ambientais.....	391
2.4 Conclusão das obras de construção do armazém intermediário de combustíveis da Ilha Verde e aperfeiçoamento do mecanismo de controlo.....	392

IX. Telecomunicações, Correios, e Ciência e Tecnologia	392
1. Telecomunicações.....	392
1.1 Oportunidade de reformar e desenvolver o mercado das comunicações e das tecnologias de informação.....	392
1.2 Assegurar o desenvolvimento sustentável do mercado de telecomunicações e estabelecer estratégias de desenvolvimento com bases científicas.....	393
2. Os Correios.....	394
2.1 Consolidação das instalações e recursos da Rede de Serviços. Elevação da produtividade e eficácia de serviços.....	394
2.2 Melhoramento, elevar a capacidade de competição e exploração de negócios diversificados.....	395
3. Ciência e Tecnologia.....	395
3.1 Optimização do processo de atribuição de bolsas para investigação e continuação da promoção da educação científica.....	396
3.2 Reforço da cooperação regional no âmbito da ciência e tecnologia e criação de um programa de prémios pela investigação científica e tecnológica.....	396
X. Conclusão	397

Primeira Parte

Balanço da Acção Governativa no ano de 2010

O ano de 2010 é o primeiro ano da governação do 3.º mandato do Governo da RAEM. A tutela de Transportes e Obras Públicas, neste ano, tem continuado a prosseguir com um espírito prático e firme, acrescido ainda de ideias inovadoras, com as acções governativas herdadas do passado e viradas para toda a população de Macau. A par disso, aproveitar-se-ão as oportunidades de desenvolvimento advindas das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma do Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (adiante designada por “Linhas Gerais”) para bem realizar de forma dinâmica os trabalhos de urbanização. E através da realização de investigações, estudos, apresentação de teses de especialistas e a participação pública, dar-se-ão inícios aos trabalhos destinados à definição de políticas de planeamento urbanístico a longo prazo, com vista a criar assim em conjunto com toda a população de Macau um “lar” de alta qualidade e propício para viver.

Fazendo um balanço do ano que vai ser decorrido, os principais trabalhos desenvolvidos nesta área foram:

I. Cooperação Regional

Nos últimos anos, as províncias e as regiões que se inserem na Região Pan-Delta do Rio das Pérolas têm-se dedicado esforços para promover o desenvolvimento integrado da Região. Neste âmbito, a RAEM implementou este ano, de forma programada, os diversos planos de acções e participou nos variados assuntos no quadro de cooperação regional e intercâmbio, mediante o enquadramento de cooperação entre Guangdong e Macau, de cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau (CEPA), estendendo a esfera da vida urbana de Macau e alargando o espaço de vivência dos cidadãos, por forma a fomentar o maior desenvolvimento de Macau em termos de espaço e criar boas condições para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

1. Cooperação contínua entre os centros urbanos da Região e conclusão atempada do plano específico

A fim de aumentar a coordenação no planeamento de desenvolvimento dos centros urbanos de Guangdong, Hong Kong e Macau, fomentando o pensamento de articulação e integração no desenvolvimento urbanístico, foram realizados com alta eficiência e de forma programada, no âmbito de vários planos específicos, trabalhos relativos ao estudo, intercâmbio e recolha de dados.

Estavam praticamente concluídos em 2010 os estudos levados a efeito, no âmbito do “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e do “Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau”, elaborados pelos Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau. O “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, também de elaboração conjunta, será submetido as respectivas linhas gerais nos finais do corrente ano. Em termos da hierarquia do planeamento, o estudo da “criação conjunta da esfera de vida de alta qualidade” estava cingido no planeamento regional geral enquanto o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário” visa materializar os princípios da política relativa ao espaço e o “Plano Específico referente à Construção das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau” também espelha estes princípios, por forma a concretizá-los nas construções coordenadas conjuntamente. Dos três estudos acima referidos, foram apresentados os requisitos gerais e o objectivo de desenvolvimento para a cooperação na construção de infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau, assim como definidas as principais missões, incentivos políticos e medidas protectoras nas diferentes fases de desenvolvimento.

2. Sucesso nos resultados da interligação através das Infra-estruturas fronteiriças e transfronteiriças do sistema de transportes

A comodidade dos postos fronteiriços e do seu transporte são os elementos mais básicos e cruciais para promover a integração das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Para promover o desenvolvimento integral da economia entre Guangdong e Macau assim como das outras regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas, haverá necessidade para construir atempadamente um sistema geral de trânsito e de transporte, aperfeiçoando as infra-estruturas operacionais e físicas dos postos fronteiriços. Nos últimos anos, com a cooperação estreita e esforços conjuntos dos governos dos diversos territórios dentro da região, verifica-se a obtenção de bons progressos nas disposições de infra-estruturas de grande envergadura quer de serviços transfronteiriços quer de trânsito.

Relativamente ao início de forma programada do futuro grande plano secular na área educacional de Macau, que consiste no novo campus da Universidade de Macau, as obras de edificação desta construção simbólica terão início no 4.º trimestre do corrente ano. A equipa de projectistas deu já início aos trabalhos de elaboração dos projectos dos seus demais edifícios, nomeadamente edifício administrativo, dormitórios e instalações públicas, e segundo este andamento procurar-se-á concluir todos os projectos entre o 2.º semestre do corrente ano e o 1.º trimestre do próximo ano. No que refere ao acesso específico do novo campus, será dado início em simultâneo aos trabalhos de elaboração do seu projecto e de avaliação do impacto ambiental. O túnel será equipado com faixas rodoviárias e pedonais, assim como de corredores técnicos para as tubagens das diversas infra-estruturas públicas. E no 4.º trimestre do corrente ano será dado início à construção de alguns dos acessos ao túnel.

No que refere às obras de construção da ponte que vai interligar Guangdong, Hong Kong e Macau, graças ao máximo esforço envidado pelos três governos, verificou-se ser bastante ideal o seu andamento. E em Julho do corrente ano foi lançado o concurso público a empreitada geral da concepção e construção do túnel de acesso na ilha artificial, parte mais complexa e técnica na estrutura principal da ponte. E os três governos vieram debruçar-se inicialmente sobre a questão da gestão desta ponte. Assim sendo, foi dado início ao estudo aprofundado sobre o estudo prévio da concepção do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial e realizado de forma dinâmica com o Governo de Zhuhai o estudo sobre a questão da ligação da inspecção alfandegária entre ambos os territórios. E no corrente ano foi criado no seio dos três governos uma comissão conjunta de trabalho composta por representantes dos Governos da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, a quem compete a assuntos administrativos tais como a decisão, articulação e outros trabalhos sobre os assuntos relevantes pertinentes à implementação da ponte.

Em articulação com o desenvolvimento regional dos empreendimentos de transporte ferroviário, os trabalhos em diversos aspectos do Sistema de Metro Ligeiro de Macau têm sido desenvolvidos em conjunto neste ano, com eficácia efectiva, aproveitando o transporte ferroviário para estender o espaço do círculo de vida, mantendo o desenvolvimento e comunicação mais estreita com as regiões vizinhas, por forma a consolidar uma boa fundação favorável para a integração acelerada do transporte regional.

Além disso, foi começado dos trabalhos de pesquisa e estudo aprofundado da elaboração do Protocolo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau, desenvolvidos no âmbito da cooperação Guangdong – Macau. Tendo realizado conjuntamente com as entidades homólogas da Província de Guangdong, os trabalhos de estudo sobre o tema de articulação e interface de ligação das infra-estruturas nos diversos âmbitos, as partes chegaram a consenso neste ano para parte do teor de articulação e interface de ligação das infra-estruturas sobre o Protocolo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau.

II. Planeamento Urbanístico

1. Início da auscultação do planeamento urbanístico dos novos aterros. Da participação comum nasce a sabedoria colectiva.

No transacto ano 2009, o Conselho de Estado aprovou o pedido da RAEM referente ao plano de aterro de uma área cerca de 350 hectares. Tendo em vista concretizar o espírito de “planeamento científico, distribuição razoável e uso intensivo” enquadrado no documento de aprovação do Governo Central, o grupo de trabalho interdepartamental iniciou o estudo de planeamento da fase inicial, tendo apresentado os objectivos gerais para os novos aterros, entre os quais se destacam a melhoria da qualidade de vida da população, a promoção da diversificação moderada da economia, a construção de uma cidade com baixo teor de carbono, ecológica e economizadora de energia e o apoio mútuo e complementaridade entre

os bairros antigos e as novas zonas urbanas. Entretanto, o Governo da RAEM comprometeu-se a não desenvolver mais a indústria de jogos de fortuna e azar e em usar, pelo menos 50% dos terrenos, para espaços verdes, praças, estradas e instalações de utilidade pública, para além de constituir reservas de terrenos, em resposta à procura de habitação pública.

Para que o planeamento dos novos aterros seja o melhor possível, a ampla recolha de opiniões dos sectores sociais é uma tarefa à qual atribuímos grande importância. Nestes termos, foi iniciado em meados de Junho, a primeira fase de auscultação pública do planeamento urbanístico dos novos aterros, que se prolongou por dois meses. Esta iniciativa consistiu em recolher as opiniões sobre a concepção do planeamento dos novos aterros, através da interacção com a população, com vista a obter uma base de consenso da sociedade. Assim sendo, para recolher as opiniões da população e dados durante este período foram realizadas 5 sessões de auscultação pública, 26 sessões de apresentação exclusivas, 2 colóquios técnicos, para além de uma exposição itinerante em 16 locais e um inquérito por telefone, via internet e por entrevista pessoal.

As opiniões recolhidas na primeira fase serão divulgadas junto da sociedade depois de devidamente analisadas. E com base nestas, serão lançada a segunda e terceira fase de auscultação pública no próximo ano, respectivamente para recolher as opiniões da população sobre o anteprojecto e o projecto do planeamento.

2. Criação do sistema de elaboração do planeamento urbanístico e aprofundamento do desenho urbanístico geral

A fim de aperfeiçoar os trabalhos de planeamento urbanístico geral de Macau e melhorar o nível de gestão, tornando célere a criação do sistema de elaboração do planeamento urbanístico modernizado e funcionamento, o Governo da RAEM encarregou o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Urbano da Província de Guangdong de efectuar o estudo do sistema de elaboração de planeamento urbanístico de Macau, tendo concluído o estudo prévio e realizado 3 workshops. Está-se agora a proceder ao aprofundamento do conteúdo. Na vertente de concepção urbanística geral, o Governo da RAEM encarregou a Academia de Planeamento Urbano e Concepção da China de elaborar um projecto geral de urbanismo de Macau. Para o efeito a equipa efectuou a pesquisa e o estudo “in loco” e elaborou um estudo prévio. Os trabalhos estão a decorrer de forma ordenada e programada em conjugação com a elaboração do planeamento urbanístico geral.

Por outro lado, em articulação com a revisão da Lei de Terras e das outras relacionadas legislações, deu-se início ao estudo da classificação de terrenos da RAEM cujo relatório final estará pronto no final deste ano. A par disso, para elaborar um “Klimaatlas” (Atlas do clima) urbano para servir de referência do futuro planeamento urbanístico de Macau, foi incumbido a uma equipa de especialistas para levar a efeito uma série de estudos do relevo, aproveitamento dos terrenos, volume das construções, aspectos paisagísticos, água e vento de Macau. A equipa composta por cerca de uma dezena de académicos e especialistas do clima urbano

provenientes da Alemanha, Irlanda, Japão, Singapura e Hong Kong efectuaram a pesquisa e o estudo in loco em Macau, tendo apresentado métodos científicos para demonstração e planos.

Tudo isto servirá de referência base para elaboração do futuro sistema de elaboração do planeamento urbanístico geral de Macau, estabelecimento do planeamento urbanístico aperfeiçoado e até a estipulação da Lei de planeamento e das respectivas leis e regulamentos.

3. Implementação gradual do planeamento de zonas e aprofundamento sob diversas vertentes dos bairros antigos

No que respeita ao planeamento de zonas, está em curso a elaboração dos planos urbanísticos relativos à Ilha Verde, Pac On da Taipa, Zona Norte da Taipa, Seac Pai Van (Coloane) e Vila de Coloane, pelo que serão concluídos gradualmente. Escolhida a localização do hospital das ilhas, que tem sido objecto da expectativa de muitos dos moradores das ilhas, estamos a acompanhar os respectivos trabalhos. Além disso, foi iniciado em meados de Julho e por um mês a recolha pública de planos respeitante ao planeamento das Zonas C e D do Lago de Nam Van, no sentido de despertar a atenção e promover a participação da população.

Quanto ao reordenamento dos bairros antigos, os serviços competentes de planeamento convidaram em Fevereiro deste ano uma equipa de investigação da Universidade Nacional de Singapura para efectuar o estudo do planeamento da Zona das Ruínas de São Paulo, núcleo do “Centro Histórico de Macau”, estando os serviços a proceder ao estudo aprofundado.

Em simultâneo, o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau (CCRBAM) vai discutir, de forma intensiva, os três regulamentos administrativos que complementam o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, prevendo-se a sua conclusão dentro deste ano.

O Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos foi efectuado, durante este ano, um levantamento da situação actual dos moradores da Zona da Praça de Ponte e Horta e da Zona da Barra, com vista a estar a par dos respectivos dados e das expectativas dos mesmos, lançando alicerces favoráveis para decisões científicas. Por outro lado, a delegação provisória no Bairro Iao Hon do CCRBAM já entrou em funcionamento, o que, através da sua proximidade da comunidade, irá permitir conhecer as necessidades dos moradores do bairro antigo.

III. Gestão de Solos

Em Macau, os solos são recursos muito preciosos, pelo que iremos continuar a cumprir rigorosamente o princípio de aproveitamento racional dos terrenos, estabelecendo um con-

junto de diplomas legais completos com o intuito de gerir os recursos de solos da RAEM de uma forma sistemática e eficaz.

1. Conclusão do projecto preliminar da “Lei de Terras” e realização de consulta pública no sentido de conhecer melhor a opinião pública

Em 2008 iniciámos os trabalhos de análise e revisão da “Lei de Terras” e dos respectivos diplomas legais complementares, assim como procedemos à 1.ª fase da consulta pública. Os respectivos trabalhos de análise e revisão consistem essencialmente em 8 aspectos, nomeadamente, a forma de concessão de terrenos, a área dos terrenos a conceder, os prazos de concessão, a alteração da finalidade das concessões, a transmissão das concessões, o método de determinação do montante do prémio, os procedimentos de concessão e o mecanismo de fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão. De seguida, encomendámos a uma instituição académica a realização do respectivo estudo, e o respectivo Grupo Consultivo de Especialistas apresentou já em Junho a versão revista do referido projecto de lei. O Grupo de Trabalho está a tentar concluir a última versão do projecto de lei dentro do corrente ano e realizará depois uma consulta pública no sentido de aperfeiçoar o teor do mesmo.

2. Optimização do mecanismo para a gestão de solos e o início dos procedimentos de tratamento de terrenos desaproveitados

A fim de salvaguardar o aproveitamento razoável dos terrenos concedidos dentro do prazo estabelecido e aperfeiçoar a gestão de recursos de solos, estamos a proceder de forma acelerada e programada ao tratamento de problemas relativas a terrenos desaproveitados. Iniciámos também no princípio deste ano o tratamento de cerca de 30 casos de terrenos desaproveitados. Para além disso, a fim de reforçar as multas referentes aos terrenos desaproveitados, foi aprovado o mecanismo de indexação do valor da multa ao valor do prémio, no sentido de aumentar os custos respeitantes aos terrenos e fazer com que estes concessionários aproveitem os terrenos dentro dos prazos estabelecidos.

A par disto, iniciarão as tarefas de recolha de opiniões, através de formas variadas e por diversos canais, enriquecendo e optimizando a “Rede de Informação Cadastral”, reforçando a elevação da transparência das informações cadastrais, respondendo ao mesmo tempo as solicitações da sociedade para uma maior transparência dos procedimentos administrativos.

Com base no sucesso do ano transacto relativamente à reversão para a Administração de terrenos ilegalmente ocupados, continuamos este ano a operar em conjunto com outros serviços competentes no combate aos actos de ocupação ilegal de terrenos, os quais têm conduzido à danificação de colinas, à lesão dos interesses públicos e à ameaça da ordem social, por forma a proteger melhor os recursos florestais de Coloane. Desde o início de 2009,

foram realizadas várias acções conjuntas de reversão de terrenos, em que foram restituídas para a Administração num total de 16 terrenos, com área aproximada de 75 mil metros quadrados.

IV. Urbanização

No âmbito de urbanização, temos aperfeiçoado principalmente os trabalhos de infra-estruturas da cidade e aumentámos a eficácia dos trabalhos, no sentido de elevar a qualidade de vida dos cidadãos e melhorar a imagem da cidade.

Continuamos, este ano, a empenhar todos os esforços na promoção das construções relacionadas com a vida da população, das quais inclui o projecto de construção de habitação pública que tem chamado a atenção da sociedade sobre a sua concretização. Para além disto, continuámos os trabalhos de infra-estruturas da cidade, tais como o embelezamento das ruas, as construções de instalações de lazer (como por exemplo: o Jardim situado junto à Rua de Seng Tou, na Taipa), etc. Em simultâneo, lançámos de forma contínua e programada concursos públicos de obras públicas intimamente relacionadas com a vida da população, nomeadamente, a 1.ª fase da ampliação do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, o reordenamento da rede de drenagem na Avenida de Horta e Costa, etc.

No intuito de assegurar a segurança e os bens da população, o Governo procederá com prioridade às obras de estabilização dos taludes que foram classificados de alto risco. E ao mesmo tempo, foi criado no corrente ano o “website” sobre os taludes de Macau e nela serão publicadas as respectivas informações e a localização das distribuições dos taludes de diferentes graus de risco, a fim de facilitar a consulta dos cidadãos.

Por outro lado, no sentido de proporcionar aos sectores de construção civil um regime mais justo, imparcial e aberto, os serviços de obras públicas implementaram em 2010 o “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas”, composto por mecanismos de avaliação final do ano sobre a qualidade de obras e de tratamento das respectivas qualificações, estimulando as empresas concorrentes de diversas classes para se esforçarem na promoção de classe mediante as suas obras de alta qualidade e estabilidade, criando um regime otimizado de classificação de classes e estabelecendo um regime de classificação (de promoção, descida e eliminação) de classes.

Na apreciação das obras de construção particulares, a fim de encurtar o tempo da apreciação dos projectos de obras de construção particulares, os serviços de obras públicas procederam em Janeiro do corrente ano à simplificação e utilização de 13 pedidos relacionados com as construções particulares. Para elevar o grau de transparência e permitir os requerentes conhecerem os trâmites da apreciação, foram introduzidas no anexo do promulgado regulação de “Altura do edifício e da edificação do terreno”, os requisitos e atenção sobre o requerimento da memória descritiva das fracções autónomas, a junção e divisão das fracções autónomas, a construção adicional de “cok-chai”(sótão) nas fracções destinadas ao comércio, a largura das paredes, a altura do edifício, entre outros, os quais são todas colocadas na página electrónica sujeitas de consulta e descarregamento (download). Após a optimização do

circuito de apreciação, elevou a eficiência da apreciação dos processos de construção e de ampliação de obras.

No âmbito das obras ilegais, foram introduzidas diversas medidas e meios para combate das mesmas, criando ainda um mecanismo de avaliação e tratar com prioridade casos classificados como estado muito grave, com vista a resolver gradualmente o problemas das obras ilegais segundo a sua classificação por classes e grupos. Apesar do Governo não adoptar a forma de medida “corte imediato” para o tratamento das obras ilegais existentes, continuamos a combater as obras ilegais surgidas, como também tratámos com urgência os casos que venham causar riscos à segurança da estrutura do edifício, influenciar a saúde pública e a segurança contra incêndio.

Desde o mês de Março, o novo Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação de Obras Ilegais promoveu dezenas de acções de demolição de obras ilegais assim como resolveu, dentro de seis meses, mais de uma centenas de obras ilegais, cujo objectivo de reprimir os problemas de obras ilegais.

Para além disso, concluímos, neste ano, o texto de auscultação do Regime Jurídico da Construção Urbana e das Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana, e a 2.^a consulta dos mesmos. Em simultâneo, foram iniciados os trabalhos de elaboração dos outros regulamentos complementares.

V. Habitação

“Obter uma habitação e assegurar o bem-estar” é o objectivo principal da política de habitação do Governo da RAEM. O Governo tem dado muita importância à procura de habitação pelos residentes, tendo promovido os respectivos trabalhos para atingir este objectivo, ao adoptar medidas para apoiar os agregados familiares mais carenciados, bem como atender aos problemas e exigências apresentados por outras classes.

No intuito de criar uma plataforma para discussão pela população, para auscultar e recolher as opiniões de cada camada social, condensar o consenso da sociedade, e elevar a aceitação e o reconhecimento das políticas de habitação pública que sejam mais adequadas às necessidades da sociedade. O “Conselho para os Assuntos de Habitação Pública”, criado no final de Abril do corrente ano, já discutiu alguns temas que preocupam a comunidade, incluindo o limite dos rendimentos de acesso à compra de habitação económica, regime de atribuição de habitação económica, preço de aquisição, regime de alienação de habitação económica, tratamento de forma transitória dos agregados familiares incluídos em lista de espera de habitação económica. Sendo que vai ser considerada principalmente a capacidade económica dos residentes na fixação do preço de venda de habitação económica, mas, vai introduzir ao mesmo tempo mecanismos de compensação de preço e da prorrogação do prazo de inalienabilidade, no intuito de evitar as actividades especulativas mediante alienação da fracção.

De modo a elevar a precisão científica das decisões, foi criado um grupo especializado, em Abril do corrente ano, para a elaboração e estudo das estratégias de desenvolvimento de habitação pública, com o objectivo de procurar o futuro caminho. Entretanto, o grupo irá recolher os dados relacionados com a habitação, realizar análises científicas e incentivar a participação pública nos assuntos sobre habitação.

O Governo implementou a medida de atribuição de abono provisório de residência para atenuar o encargo de renda dos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social. De acordo com os dados, há mais de 2 500 agregados familiares beneficiados, desde o ano de 2008 até ao presente, com o valor total de abono atribuído de mais de 46 milhões. Este ano vai se continuar o respectivo plano de atribuição, alargando a abrangência do plano e elevando o montante do abono, para serem abrangidos os agregados de habitação social novos registados, com vista a aliviar a pressão financeira sentida nestas famílias.

Em Junho do ano transacto, o “Regime de Bonificação de Juros de Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria” e o “Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria” foram lançados e terminaram no final de Junho do corrente ano, o número total de pedidos deferidos é de 7 183, a maior parte dos requerentes tem entre 25 a 34 anos de idade, correspondendo a cerca de 62% do número total, o preço médio de compra das habitações é de 1,5 milhões. Após análise e estudo, já foi decidido que não se iam renovar estes planos para serem discutidos de novo quando o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública discutir as medidas de apoio financeiro no futuro.

Continuámos, no corrente ano, a concretizar com todo o esforço e de forma faseada, o objectivo de construção de 19 000 fracções de habitação pública até 2012. Os projectos de habitação pública concluídos no corrente ano são: habitação económica Veng Neng do lote HR/HS; habitação social Cheng Choi, na Ilha Verde e habitação social Mong Sin, em Mong Ha, num total de 2 140 fracções. Ao mesmo tempo, iniciar-se-á em seguida o projecto de reconstrução das habitações sociais existentes, em especial os edifícios com maior idade e com baixa taxa de aproveitamento do terreno que são: Bairro Social do Fai Chi Kei; Edifício D.^a Angélica Lopes dos Santos, em Toi San; Edifício D.^a Julieta Nobre de Carvalho, Bloco A, em Toi San; Bairro Social de Mong Ha. Após conclusão dos trabalhos de mudança e alojamento dos moradores, dentro do ano, entrarão na fase de concepção dos projectos e de realização do concurso de reconstrução, prevendo-se a construção de cerca de 2 000 fracções nestes projectos de reconstrução.

Por outro lado, o plano urbano de Seac Pai Van irá proporcionar aproximadamente 6 800 fracções de habitações públicas. Após a restituição os terrenos ocupados ilegalmente, teve início em Agosto a explosão por zonas para o nivelamento dos terrenos a fim de conjugar com a construção de infra-estruturas e habitações públicas por zonas, incluindo os trabalhos de concepção que estão em curso, nomeadamente os colectores dos esgotos, novas redes viárias, outras infra-estruturas subterrâneas e construções de habitação pública dentro dos lotes destinados a construção de habitações públicas, que vai ser concluído no corrente ano, e serão realizadas em fases, as obras de construção referentes às infra-estruturas e habitações públicas naquela zona.

Foi iniciado, em Outubro, a obra de habitação pública sito na Rua de Francisco Xavier Pereira (antigos quartéis). Estão em curso as obras de aplanamento do lote CN7 (habitação económica), perto do jardim de Seak Pai Van, na ilha de Coloane. Os dois planos prevejam a oferta de cerca de 700 fracções de habitação económica. Além disso, a construção do lote TN27 (para habitação económica), sito na Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na ilha da Taipa, e do Bloco A do Complexo de Habitação Social da Ilha Verde estão em curso. Os projectos de habitação pública de outros lotes da Ilha Vere serão acompanhados com rigor, de modo a permitir a concretização e a iniciação da obra.

No intuito de aumentar o fornecimento de fracções habitacionais de pequena e média dimensão, está planeada a promoção da concessão de terrenos por hasta pública e a requalificação dos edifícios industriais, serão concedidos terrenos para aumentar o fornecimento de fracções destes tipos, e paralelamente, serão preparadas as medidas de incentivo e de simplificação de trâmites processuais para incentivar os promotores a construir fracções habitacionais de pequena e média dimensão, de modo a responder às solicitações da população.

Por outro lado, a fim de tornar o funcionamento do mercado imobiliário mais aberto, transparente e regulamentar e garantir os legítimos direitos e interesses de todos os participantes, foi criado o "Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário" em Junho do corrente ano, para observar e investigar a situação do mercado imobiliário de Macau. Com o objectivo de apresentar propostas relativas à promoção do desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário de Macau. O Grupo depois de ter analisado as opiniões dos diversos sectores sociais, foi elaborado os 6 principais sentidos e as 10 medidas concretas.

No âmbito de tributação, será extinguido o imposto de transmissões intercalares de bens imóveis passando a ser colectado directamente o imposto de selo de transmissão de bens, que será eficaz no aumento dos encargos da actividade especulativa, restringindo-a. Em simultâneo, será reforçada a fiscalização fiscal e estudada a introdução de certos mecanismos para tratamento dos casos de atraso de pagamento do imposto de transmissão de imóveis. Por outro lado, a Autoridade Monetária irá divulgar junto do sector bancário, em Dezembro, as orientações sobre os empréstimos bancários para habitação. Estas medidas visam garantir o desenvolvimento saudável do negócio de empréstimo imobiliário.

Além disso, será concretizada a criação de uma base de dados imobiliários, para monitorizar as informações sobre a compra e venda de habitações, e prestar gradualmente mais informações à população, incluindo as informações sobre a quantidade mensal e o valor de compra e venda de fracções habitacionais, etc. Tal procedimento tornará o mercado imobiliário mais transparente. Simultaneamente, foi concluída a elaboração da "Lei da Actividade de Mediação Imobiliária", que regulará a actividade de mediação imobiliária e a qualidade profissional dos seus agentes, a qual já entrou em procedimento legislativo.

Atendendo a que um dos trabalhos importantes é a reparação e administração dos edifícios, o número de pedidos deferidos dos planos do Fundo de Reparação Predial, até Setem-

bro do corrente ano, foi de cerca de 1 368, com uma dotação total de 153 milhões de patacas. No corrente ano, iremos ter em consideração de intensificar o plano de apoio financeiro para edifícios com mais de 30 anos de idade, bem como estudar planos viáveis para apoiar financeiramente a reparação e conservação de edifícios envelhecidos. Além disso, no intuito de supervisionar os empreiteiros e assegurar a aplicação adequada dos apoios financeiros e qualidade das obras, além de averiguações aleatórias, estudamos em publicar na página electrónica os resultados de averiguações e considerar em admitir os proprietários lerem e consultarem a situação de aprovação dos seus processos na página electrónica.

Tendo por referência os regimes jurídicos das zonas vizinhas e de Macau, foi elaborado o projecto do “Regulamento do Centro de Arbitragem de Administração Predial”, que visa promover a resolução de conflitos na área da administração predial, prevendo-se que este projecto possa entrar no procedimento legislativo dentro do ano. O diploma do “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro” já entrou em procedimento legislativo.

VI. Transportes

1. Trânsito urbano

Para acompanhar o desenvolvimento socioeconómico que se tem registado em Macau, o Governo vai continuar a seguir o princípio de “servir melhor a população” e empenhar-se em promover a realização das diversas obras de melhoramento do trânsito no sentido de aperfeiçoar o ambiente rodoviário da RAEM, tomando como acções prioritárias “desenvolver um sistema de trânsito de qualidade, privilegiar o estudo e planeamento, consolidar as construções e o reordenamento e otimizar a gestão de serviços”.

Com o lançamento no final de 2009 do “Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, encontra-se finalizada a recolha de opiniões da população da primeira fase. As opiniões foram compiladas para serem colocadas à disposição da população para consulta. Por outro lado, realizámos de forma contínua diversas actividades, incluindo fóruns técnicos e encontros, mantendo uma comunicação e interacção com a população, para auscultar as opiniões e sugestões da sociedade, e em paralelo, concluiu o texto para comentários no 4.º trimestre, para ser lançado em seguida à uma nova auscultação e tentar obter consenso social no sentido de executar e concretizar gradualmente a respectiva política.

No que respeita à optimização do planeamento e disposição do sistema pedonal urbano, o projecto preliminar do circuito piloto da Taipa encontra-se finalizado, prevendo-se que o concurso público e iniciação da obra irá ocorrer até final do corrente ano. Quanto ao circuito pedonal da Península de Macau, com a inauguração sucessiva dos parques de estacionamento ao longo dos percursos piloto, este beneficiará das obras de optimização do ambiente pedonal que se vão executando gradualmente, incluindo o alargamento dos passeios, criação de ambiente de circulação sem barreiras, com vista a facilitar as deslocações da população.

A fim de reforçar a aposta na estratégia da política da “primazia dos transportes públicos”, foi lançada em Maio deste ano, a título experimental, a medida do “corredor exclusivo para transportes públicos” da Avenida de Almeida Ribeiro durante os feriados e Domingos, a qual, depois de uma implementação de três meses, foi prorrogada, a título experimental, por mais meio ano e ao mesmo tempo foram introduzidas várias medidas de melhoria indo ao encontro das opiniões e sugestões dos cidadãos, incluindo o ajustamento da localização das paragens de autocarros, o aumento do número de zonas de tomada e largada de passageiros dos táxis e a criação de uma zona de carga e descarga de mercadorias, racionalizando a disciplina do trânsito da Avenida de Almeida Ribeiro.

Por outro lado, tendo em conta que termina a 14 de Outubro deste ano o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros, os serviços competentes têm acompanhado de perto as acções subsequentes depois do lançamento do concurso público para prestação de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros de Macau no quatro trimestre do ano passado. No entanto, devido à influência do recurso contencioso, o processo foi interrompido em várias vezes. Para concretizar com a maior brevidade possível o novo modelo de serviços de autocarros, em salvaguarda do interesse público, no sentido de responder à expectativa da sociedade quanto ao aumento do número de empresas operadores e a preocupação com o problema de emprego dos actuais trabalhadores da operadora, o Governo da RAEM pretende adjudicar, mediante adjudicação parcial e ajuste directo, as quatro secções do concurso respectivamente para a Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A. e a secção que resta será adjudicada por ajuste directo à Sociedade de Transportes Colectivos de Macau, S.A.R.L.

Por outro lado, no sentido de assegurar a continuidade do serviço de transporte público, antes do começo do novo regime, o Governo da RAEM celebrou o aditamento ao contrato de concessão com as duas operadoras actuais, prorrogando o presente contrato para 31 de Julho de 2011.

Face ao término do prazo da “licença especial” (vulgarmente conhecida por táxis amarelos) em Agosto de 2011, iniciámos as pesquisas e estudo para revisão geral dos serviços de táxi, especialmente os serviços de rádio táxi, com vista a ir ao encontro, tanto quanto possível, da procura dos cidadãos, incluindo a prestação de maior atenção aos deficientes físicos, assim como atrair a entrada dos táxis nos bairros antigos para prestação de serviços.

No tocante à gestão dos lugares de estacionamento localizados nas vias públicas, está concluído o concurso público e adjudicação para criação e exploração dos lugares de estacionamento tarifado nas vias públicas. Ao mesmo tempo, procuramos em criar condições para o estacionamento de veículos e de procurar locais adequados para instalação de parques de estacionamento públicos. Os novos parques de estacionamento na Península de Macau estarão prontos em breve e fazemos esforços para que entrem em funcionamento com a maior brevidade possível. Brevemente vai ter mais de 2 500 novos lugares de estacionamento para automóveis e motociclos.

Em conjugação com a construção e a entrada em funcionamento do sistema de metro ligeiro e considerando a sua articulação com os sistemas de trânsito de Guangdong, Hong Kong e Macau, recorrer-se-á ao desenvolvimento e aplicação do sistema inteligente de gestão do trânsito, no sentido de efectuar a partilha de informações e induzir a optimização da distribuição do trânsito em termos de tempo e espaço, com vista a atingir o objectivo de uma gestão científica.

Para facilitar aos utentes dos meios de transportes estarem ao corrente da situação do trânsito da rede rodoviária de Macau, os aparelhos para captura de vídeo, em vez de quatro canais, passaram a ser oito desde Abril, facilitando assim ainda mais aos cidadãos a escolha dos melhores percursos para as suas deslocações. A fim de permitir aos passageiros dos transportes públicos terem mais informações sobre os autocarros em circulação nas vias públicas, entrou também na fase de teste, o sistema de informação da localização dos autocarros.

A par disso, com vista a poupar o tempo utilizado para estacionamento, reduzindo o consumo de combustível e a emissão de gases, para além de melhorar a gestão do parque de estacionamento e a divulgação de informações, introduzimos o sistema de orientação do estacionamento.

A fim de reforçar os trabalhos de monitorização e controlo de tráfego, estamos a proceder à criação do Centro de Controlo e Informação de Tráfego(CCIT). De momento, os respectivos equipamentos estão prontos e com as funcionalidades configuradas, onde se incluem fiscalização rodoviária, controlo de tráfego, regulação de trânsito, detecção de infracções rodoviárias, divulgação de informações, etc. Para além de convidar as autoridades policiais para a participação no funcionamento diário do CCIT, permitindo a tomada de decisão num espaço de tempo mais curto, incluindo a alteração dos percursos ou actualização da sinalização dos semáforo, assegurando a livre circulação do trânsito.

A par disso, a Área de Atendimento ao Público já possui serviços de impressão imediata da carta de condução. E estamos a estudar em criar serviços de pagamento on-line e a criação dos serviços de pagamento por cartão de crédito.

2. Implementação do Metro Ligeiro

O sistema de metro ligeiro é um projecto de transporte colectivo de grande envergadura que nunca existiu em Macau, cujas vantagens são a eficiência, pontualidade e baixa emissão de carbono, visando uma melhoria eficaz dos problemas de trânsito interno da cidade, bem como desempenhando a função de ligação regional, é uma importante infra-estrutura de transporte ferroviário que faz a conexão entre Macau e o Delta do Rio das Pérolas. Com o lançamento da “Solução de Implementação da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro” no 4.º trimestre do ano passado, o Governo lançou o Concurso Público Internacional para o “Fornecimento do Sistema e Material Circulante da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”, em que foram admitidas propostas apresentadas por três concorrentes e que prevemos a adjudicação antes do final do ano corrente.

Iremos, proceder e concretizar, sucessivamente, os trabalhos preparatórios da fase preliminar de construção do metro ligeiro. Em Maio do corrente ano, teve início a realocação de tubagens na zona do Cotai, deslocando, de forma adequada, as tubagens subterrâneas ao longo do traçado do metro ligeiro, tendo sido lançadas também, sucessivamente, a medição topográfica em três dimensões do alinhamento da 1.ª fase do metro ligeiro, a execução de sondagens geotécnicas do terreno para a construção do túnel, e o estudo de impacto ambiental do terreno para a construção do túnel.

No sentido de assegurar as diversas concepções do sistema de metro ligeiro, de forma a satisfazer as futuras necessidades de exploração do sistema, demos início aos trabalhos de elaboração da documentação do concurso para a exploração e manutenção da 1.ª fase do sistema de metro ligeiro, ao mesmo tempo iremos também proceder ao estudo sobre os modelos de exploração e supervisão.

Iremos através da coordenação com o grupo interdepartamental, dar início ao estudo sobre o planeamento do centro modal de transportes da Barra e da Estrada Governador Albano de Oliveira, na Taipa, planeando previamente um projecto eficaz, cómodo e rápido de articulação directa com o metro ligeiro.

Para acompanhar o desenvolvimento da integração da Região do Delta do Rio das Pérolas, está a ser estudado o projecto de articulação directa entre o metro ligeiro de Macau e o metro interurbano de Cantão-Zhuhai no posto fronteiriço da Flor de Lótus – Hengqin (Ilha da Montanha), e através do metro interurbano de Cantão-Zhuhai ligar a rede do metro de alta velocidade do Interior da China na estação sul de Cantão, reforçando assim os contactos entre Macau e as cidades e províncias do Interior da China.

3. Transporte aéreo

A existência de uma política de aviação com uma visão de futuro, de um regime eficaz de fiscalização, de um regime jurídico que se articule com o internacional e de linhas de desenvolvimento para a integração regional são factores fulcrais para a criação de um “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. O Governo da RAEM e a indústria de aviação civil têm vindo a empenhar-se neste sentido, com o objectivo de manter uma concorrência favorável no âmbito do transporte aéreo.

A fim de apoiar a elaboração de estratégias para um desenvolvimento sustentável, lançamos os trabalhos de elaboração do estudo do mercado de aviação civil de Macau e os trabalhos de investigação e compilação do relatório da auscultação das estratégias, onde foram previstos os futuros impactos causados às indústrias de aviação civil e de transporte marítimo depois da implementação do sistema de tráfego regional.

Continuou-se a incentivar e apoiar as companhias aéreas locais a operarem novas rotas, incluindo os mercados emergentes. No início do corrente ano, iniciou-se a operação das rotas aéreas de Wuhan e Tóquio. No que se refere à rota de Jacarta, que foi suspensa em Março, uma companhia aérea estrangeira começou a prestar serviços aéreos desde Julho. Até

final do ano está programada ainda a abertura de rotas aéreas para a cidade Hefei e cidade Ningpó. Já em relação à operação de voos de carga, em Setembro iniciaram-se operações regulares para Xangáí, Singapura e Bancoque.

O diploma legal “Certificação de Aeródromos” que pretende assegurar que as instalações do aeroporto e o seu funcionamento obedecem às normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) entrou em processo legislativo no corrente ano. Por outro lado, foram também levados a cabo os trabalhos de consulta pública do projecto de regulamento administrativo intitulado de “Direitos Mínimos dos Passageiros do Transporte Aéreo em Caso de Recusa de Embarque, Cancelamento ou Atraso de Voos”.

Em Junho do corrente ano, participamos no “Programa de Auditoria de Segurança Universal”(USAP) organizado pela OACI para os Estados membros, com o objectivo de determinar o grau de observância das Normas e Práticas Recomendadas internacionalmente na área de segurança, bem como para avaliar a supervisão da segurança na aviação. Os resultados preliminares da auditoria indicaram que existe legislação, normas e procedimentos que permitem uma efectiva aplicação da lei e regulamentação e que todos os planos de segurança da aviação e respectivos programas de controlo de qualidade, treino e facilitação foram implementados.

Para além disso, e para dar resposta às concretas medidas de cooperação regional, as autoridades de aviação civil participaram na “Reunião de trabalho temático intitulado expansão de rotas internacionais no Pan-Delta do Rio das Pérolas e rotas dos dois lados do estreito”. Nesta reunião, chegou-se a um consenso no que respeita ao desenvolvimento e cooperação dos aeroportos regionais do Pan-Delta do Rio das Pérolas, bem como a criação do mecanismo de cooperação dos aeroportos do Pan-Delta do Rio das Pérolas, inclusivamente a criação de um fórum sobre o desenvolvimento e a cooperação.

Na qualidade de plataforma de diálogo para a cooperação dos diversos aeroportos da região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, o fórum tem como objectivo promover o desenvolvimento saudável e contínuo da indústria de aviação civil nas regiões “9+2” e a prosperidade económica regional, assim como reforçar a cooperação entre os aeroportos das 9 províncias (zonas) e os aeroportos das RAE de Hong Kong e Macau.

Por outro lado, as autoridades de aviação civil do Interior da China, da RAEHK e da RAEM chegaram a um consenso no que diz respeito ao acordo de cooperação de reconhecimento mútuo da certificação de aeronavegabilidade e estão agora a preparar o projecto de acordo de cooperação. Este acordo irá contribuir para reduzir o elevado número de inspecções e testes bem como os custos de exploração das empresas. Foi também preparado um projecto de acordo de cooperação técnica com a Administração de Aviação Civil da China (CAAC) a fim de estabelecer uma cooperação técnica no âmbito dos serviços de informação aeronáutica, meteorologia na aviação e protecção contra incêndios nos aeroportos. Os trabalhos preliminares desta cooperação foram já concluídos e a celebração do acordo está prevista para o ano 2011.

No aspecto da combinação dos transportes aéreo e marítimo, nos últimos anos o Aeroporto Internacional de Macau tem vindo a promover, de forma activa, os serviços “Express Link”, ou seja, a possibilidade dos passageiros acederm directamente do respectivo ponto de partida à área de acesso restricto do Aeroporto Internacional de Macau (sem necessidade de entrarem na Região). Até agora foram lançados, com sucesso, os serviços de transporte marítimo “Express Link” para Jiangmen, Hong Kong e Shekou.

4. Transporte marítimo

Uma das principais orientações da política de transportes marítimos local é a de zelar pela integração na região do Delta do Rio das Pérolas e pela interligação das infra-estruturas marítimas. Este ano, o Governo da RAEM prosseguiu com o estímulo da exploração de novos itinerários nesta região, o aperfeiçoamento da gestão das infra-estruturas portuárias, da garantia da segurança de transporte marítimo e o impulso redobrado à ligação de transporte conjunto marítimo e aéreo.

Com a entrada em vigor do Regulamento Administrativo sobre o Transporte Marítimo de Passageiros, em Novembro do ano passado, foram emitidas, no início deste ano, a favor de cinco companhias que preenchem os requisitos requeridos, licenças e autorizações de itinerários marítimos do transporte regular marítimo, no total 11 itinerários, incluindo os itinerários entre Macau e o Terminal Marítimo Hong Kong - Macau, em Hong Kong, o Terminal Marítimo Hong Kong China, o Sk Pier no Aeroporto Internacional de Hong Kong, o Terminal Marítimo Hong Kong - Macau, em Jiang Men, Terminal Marítimo Nan Sha em Cantão e o Terminal do Aeroporto de Shenzhen (Fuyong), permitindo alargar as fontes dos clientes por via marítima e alargar a rede de transporte marítimo da região do Delta do Rio das Pérolas, trazendo benefício para o desenvolvimento do transporte conjunto marítimo e aéreo, atrair mais visitantes a utilizar o aeroporto de Macau, prestar aos visitantes um serviço de transporte marítimo conveniente e diversificado, de modo a dar articulação ao posicionamento de Macau como um Centro Internacional de Turismo e de Lazer definido nas “Linhas Gerais”.

Entre o Governo da RAEM e a Província de Guangdong foi celebrado em Maio, o “Acordo de Cooperação no Âmbito de Busca e Salvamento entre Guangdong e Macau”. O Acordo tem por objectivo potenciar a cooperação entre Guangdong e Macau no âmbito da busca e salvamento no mar, a fim de assegurar a reunião eficaz das forças da busca e salvamento para desenvolver operações, promover esforços para que as duas partes criem uma base de dados referentes aos recursos afectos ao salvamento, elaborar um plano de formação anual, organizar exercícios transfronteiriços não periódicos e reforçar a troca de informação e comunicações.

Foi realizado em Junho um simulacro conjunto, com participação de Guangdong, Hong Kong e Macau, através do qual foi testada a eficiência dos planos de busca e salvamento no mar das três partes intervenientes, bem como a eficiência dos planos contingentes das diversas companhias de navegação, tendo reforçado a capacidade de cooperação das operações de busca e salvamento das três partes, para fazer face a acidentes inesperados que ocorram no Estuário do Rio das Pérolas.

VII. Protecção do ambiente e Energia

Em para geral elevar a qualidade do ambiente de Macau e promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, seguimos três vias: “Planeamento Geral e Cooperação Regional”, “Controlo de Poluição” e “Sensibilização e Educação”, realizando as acções de protecção ambiental, com o objectivo de prevenir e controlar os problemas, em todos aspectos.

1. Protecção do Ambiente

Tendo como base o conceito “Partir do planeamento, gerir as fontes”, foi lançado, em Abril do corrente ano, o Quadro Geral do Planeamento Conceptual da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), um texto para recolha de opiniões com carácter instrutivo e programático que visa definir as estratégias e os objectivos de protecção ambiental de Macau. Durante o período de consulta, foram realizadas 13 consultas públicas e sessões de esclarecimento.

Enquanto se procede à reunião e organização destas opiniões, continuamos a colaboração com o Instituto das Ciências Ambientais do Sul da China do Ministério de Protecção do Ambiente, para proceder à segunda fase referente ao estudo sobre o planeamento geral e os projectos específicos da protecção do ambiente de Macau, efectuando a avaliação e análise dos factores e componentes ambientais para que o planeamento se torne mais pormenorizado e concretizante.

Foi iniciada, neste ano, a elaboração do “Texto sobre abordagem à criação de um regime de avaliação de impacto ambiental”. Com a recolha das opiniões e o estudo de experiências e sistemas aplicados nas regiões vizinhas, será iniciada a elaboração do texto para recolha de opiniões no 2.º semestre, inaugurando um novo capítulo sobre a criação de um regime de avaliação de impacto ambiental que melhor se adequa à realidade de Macau.

No que toca à revisão da Lei sobre ruído, designadamente no que diz respeito à inclusão de matérias como a regulamentação e o controlo do ruído social e dos equipamentos de bate-estacas, foi realizada, desde Fevereiro, a consulta pública, pelo período de um mês e meio. Após a análise das opiniões recolhidas de diferentes sectores da sociedade, foi melhorado o conteúdo do diploma e que foi encaminhado ao processo legislativo no ano 2010.

Para melhorar a qualidade do ar, e para reduzir o número de veículos a gasóleo em circulação que emitem excesso de fumo. Utilizamos, desde Junho, um analisador portátil de emissões de gases dos veículos a gasóleo para detectar, nas vias públicas, os veículos com emissões mais significativas, no intuito de reduzir a sua poluição e despertar maior atenção dos condutores quanto às emissões de gases poluentes, em melhor conjugação com os trabalhos de protecção ambiental. Em simultâneo, foi lançado também o programa de estudo e teste sobre a instalação de filtros de partículas no escape dos veículos com motor a diesel. Na primeira fase, foram efectuados a instalação dos dispositivos de filtro de partículas e avaliar a respectiva aplicabilidade e eficiência. Por outro lado, já se concluiu a análise e estudo sobre a fixação dos limites de emissão de gases poluentes dos veículos motorizados e está

em curso a elaboração do projecto e a revisão de regulamentos administrativos relevantes para a fixação dos limites de emissão de gases poluentes, nomeadamente o vigente Regulamento Administrativo que fixa os limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os motociclos e ciclomoteres novos aquando da sua importação, bem como a fixação dos limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os automóveis novos aquando da sua importação, com o objectivo de controlar a partir da fonte e minorar a poluição atmosférica das fontes móveis.

Quanto à cooperação regional, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental da Região Administrativa Especial de Macau (DSPA) e o Ministério das Ciências e da Tecnologia assinaram uma “Carta de Intenção sobre o Estudo e Cooperação Tecnocientífica no domínio da Conservação Energética e Protecção Ambiental, entre o Interior da China e Macau” e realizaram, em conjunto, os estudos intitulada de “Demonstração de prevenção da emissão de gases poluentes por veículos motorizados” e de “Demonstração sobre prevenção da poluição, gestão e tratamento de resíduos electrónicos”.

Para assegurar a qualidade do ambiente habitacional, foram encarregadas instituições de estudo científico de procederem a pesquisa sobre as especificações e critérios de design dos equipamentos de emissão de fumos oleosos nos estabelecimentos de restauração e foram definidas respectivas medidas de prevenção e controlo, com o intuito de melhorar as “Instruções para controlo da poluição por fumos negros e oleosos e cheiros provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos congéneres”.

Por outro lado, foi iniciada a 3.^a fase do “Estudo sobre a qualidade do ar nos recintos cobertos”, sendo alargada a área de monitorização aos cinemas, centros comerciais, bibliotecas, postos de migração, mercados, locais de atendimento dos serviços públicos e escritórios, tendo por finalidade recolher dados suficientes para a elaboração de instruções apropriadas para garantir a qualidade do ar nos recintos fechados em Macau.

Para manter um controlo eficaz da poluição luminosa, foi iniciado o respectivo estudo, de forma gradual, e está a ser criada a respectiva base de dados. Com base das “Instruções para controlo da poluição ambiental proveniente das placas publicitárias, das iluminações decorativas e dos painéis com iluminação LED no exterior dos edifícios”, será aperfeiçoado o conteúdo das existentes instruções para o controlo da poluição luminosa, com o fim de torná-las mais exequíveis.

Para minimizar os problemas ambientais e higiénicos causados pela poluição hídrica no Canal dos Patos, foram encarregadas instituições de pesquisa científica para proceder à investigação das fontes poluidoras e elaborar propostas de medidas mitigadoras através do mecanismo de prevenção conjunta criada sob a cooperação Zhuhai - Macau.

Ao mesmo tempo, para melhorar a previsão das condições climatéricas, foram lançados, no primeiro trimestre deste ano, a previsão do índice de temperatura “Quente” e “Frio”, e foi lançado, em Outubro, a previsão do índice ultravioleta. A informação meteorológica por telefone será reforçada, passando de 24 para 100 linhas telefónicas, com o fim de satisfazer as

necessidades dos utentes. Para reduzir o impacto das inundações das lojas nas zonas baixas, iniciou, a partir do 2.º semestre do corrente ano, em determinadas zonas, um serviço experimental o “Serviço de alerta de inundações”, para que seja estendido a todas as zonas baixas de Macau que são ameaçadas por inundações.

Em conformidade com a implementação de várias convenções internacionais no domínio do ambiente, nomeadamente o compromisso de aplicação do “Protocolo de Quioto ” na Região Administrativa Especial de Macau, foi efectuada a recolha preliminar de dados sobre as emissões de carbono nesta cidade. Por outro lado, foi realizado programadamente o estudo sobre a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, sendo promovido eficazmente o projecto “Estudo, Avaliação e Inquérito sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes de Macau”.

Por outro lado, este ano realizou-se o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2010 (2010MIECF), a 3.ª edição dentro de três anos consecutivos, tendo sido reconhecido um evento importante nos âmbitos de cooperação entre as regiões do Pan Delta do rio das Pérolas e de Cooperação Ambiental. Subordinado ao tema “The Green Gateway”, no Fórum foram abordadas recentes matérias sobre o ambiente, globalmente atendidas e relacionadas com o desenvolvimento do Estado, destacando-se a construção com baixo carbono, a cidade e a ecologia, a tecnologia mais limpa, a economia de reciclagem, etc. Delegações provenientes de 47 países e regiões, no total mais de 8000 pessoas, como assistentes, participaram no fórum, ou seja, um aumento de 40% de participantes em comparação com o número total registado no ano transacto, o que representa a sólida base de desenvolvimento da plataforma promotora da indústria verde em Macau.

Quanto à sensibilização e educação ambiental, foram lançados, em Junho de 2010, os Planos de Parceria “Empresas Verdes” e “Eco-Escolas”, os quais têm como objectivo aprofundamento da divulgação da ideia de protecção do ambiente e elevação da consciência das empresas privadas na assumpção das responsabilidades a favor de protecção ambiental. Além disso, foi activada, em 2010, a formação e sensibilização sobre a eco-aquisição destinada aos serviços públicos, na esperança de dar o exemplo e contribuir para o efeito propulsor na sociedade.

Quanto à criação do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), foi estabelecido um grupo de trabalho inter-departamental para a elaboração do diploma legal, e foi feita através do Conselho Consultivo do Ambiente, no 2.º semestre de 2010, a consulta à população e aos sectores sobre o apoio e as funções do FPACE. Estudamos em conceder apoio financeiro às pequenas e médias empresas e associações. Em princípio, o capital do apoio financeiro que será concedido prioritariamente aos projectos com potencialidades para melhorar a qualidade do ar, promover a conservação de energia e a poupança de água terá 100 milhões de patacas e que se vai aplicar no ano corrente. Por outro lado, serão lançadas, neste ano, a definição de eco-veículos ligeiros e as respectivas medidas de incentivos tributários, para promover a introdução e o uso de eco-veículos. Até ao momento, foi feita a estreita coordenação com os serviços congéneres e foi iniciado o plano de estudo

sobre recomendações e demonstração das soluções técnicas para diversos tipos de eco-veículos para recolher mais dados destinados à análise e ao estudo dos tipos de eco-veículos mais adequados ao ambiente de Macau.

Em 2010, deu-se início a vários planos de modernização de infra-estruturas ambientais. Foi aberto o concurso para modernização e expansão da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. O plano de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa está em curso e conforme o programado. No 2.º semestre, foi iniciada a organização do concurso para a modernização do sistema de purificação de gases na Central de Incineração de Resíduos Sólidos (Central Inicial). Ao mesmo tempo, foi feito um inquérito sobre a deposição de resíduos e tratamento de recursos e lixo em Macau para obter e melhor conhecer os respectivos dados, visando a preparação e elaboração da proposta relativa aos equipamentos de deposição de resíduos e tratamento de recursos de Macau, em 2011. Foram realizadas, este ano, as obras de melhoria das Zonas Ecológicas, expandida a área das águas da Zona Ecológica I e construída uma nova ilha artificial da Zona Ecológica II, com os objectivos de melhorar a biodiversidade naquelas zonas e aumentar as fontes de alimentação e as zonas de descanso e atrair as aves migratórias a passar o Inverno em Macau.

2. Gestão dos recursos de água

A auscultação sobre o texto de consulta do “Programa de Poupança de Água de Macau” (doravante designado por Programa) teve início nos finais de Novembro do ano passado por um prazo de três meses. O “Grupo de trabalho para a construção de uma sociedade economizadora de água” introduziu adaptações ao texto do Programa acima referido, tendo sido recolhidas opiniões dos respectivos quadrantes sociais e em Junho deste ano, lançado o Programa. Tem por objectivo definir o rumo a ser seguido nos próximos 15 anos, durante o percurso de construção de Macau como uma sociedade economizadora de água, a saber, reforçar a sensibilização e educação; generalizar o uso de dispositivos economizadores de água; reduzir as fugas de água na rede de distribuição; aproveitar águas pluviais; explorar fontes de água reciclada; aperfeiçoar a respectiva legislação; reforçar a capacidade de resposta a situações urgentes e reformular os mecanismos de tarifas de água.

Uma instituição de investigação científica foi incumbida de realizar um “Inquérito sobre hábitos de consumo de água da população de Macau” e um “Questionário sobre conhecimento do conceito de mecanismo regulador de tarifas de água em Macau”, com o objectivo de inteirar-se da atitude e dos hábitos do consumo de água dos residentes de Macau. O resultado mostra que 60% dos entrevistados concordam com que o mecanismo de ajustamento de tarifas ajudará a poupar água e aceitam o modelo de tarifas progressivas.

Tendo em conta o “Relatório sobre o estudo do mecanismo regulador de tarifas de água canalizada” elaborado pelo Departamento de Pesquisa Científica de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas; tendo em conta o resultado do inquérito e questionário acima referidos, em Junho deste ano, foram lançadas duas propostas do mecanismo regulador de tarifas de

água. Na sequência da condensação das opiniões das várias camadas sociais, foi elaborado o novo mecanismo regulador de tarifas de água canalizada.

No ano passado, foi celebrado entre o Governo da RAEM e a Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau o “Contrato de prorrogação da Concessão do Serviço Público de Abastecimento de Água”, que entrou em vigor a 8 de Julho deste ano. Nos termos do contrato, a água bruta é adquirida directamente pelo Governo da RAEM no Interior da China, de modo a reforçar o papel directivo do governo no serviço de abastecimento de água, nomeadamente no que diz respeito aos trabalhos conducentes à transferência de água no período das marés salgadas. O novo contrato prevê que a SAAM pague ao Governo da RAEM uma taxa sobre recursos de água; foi cancelada a tarifa mínima, o que beneficiou de imediato 40 mil utentes; a taxa de ligação de ramal, o aluguer de contador, a taxa de utilização e a caução ou se mantêm inalterados ou sofrerem redução ligeira, respondendo às reivindicações do público, estimulando os utentes de água canalizada a valorizar e poupar recursos de água.

Quanto à segurança do abastecimento, manteve-se uma cooperação estreita com as entidades competentes do interior da China, nomeadamente acompanhando de perto os trabalhos ao controlo uniformizado das correntes de água na região do Rio das Pérolas, pelo que o nível da salinidade de água manteve-se baixo no período das marés salgadas no Inverno passado e na Primavera do corrente ano.

3. Políticas energéticas

Na área da energia, continuam-se a promover várias acções ligadas à economia e à vida da população, garantindo assim um fornecimento de energia mais seguro, estável, ecológico e económico. A fim de assegurar o fornecimento contínuo, seguro e estável da electricidade, irão ser reforçadas as infra-estruturas eléctricas e a cooperação regional, sendo iniciada, no final do presente ano, a construção da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV que ligará as duas regiões – Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), cuja entrada em funcionamento está prevista para o próximo ano. Além disso, foi já iniciada a construção da rede primária de 220 kV que ligará as Portas do Cerco e as ilhas da Taipa e Coloane, permitindo, mais ainda, um aperfeiçoamento das infra-estruturas básicas de electricidade e um reforço das interligações eléctricas regionais.

Como o actual contracto de concessão de electricidade expira no dia 30 de Novembro do corrente ano, o Governo, conforme o programa de reforma já definido, iniciou a negociação com a CEM, do conteúdo parcial do contrato de concessão, para a transmissão e distribuição de energia eléctrica no segmento a jusante. Ambas as partes chegaram a consensos importantes, tendo acordado a inserção, no contrato, de disposições mais abrangentes e detalhadas sobre as obrigações da concessionária. Em Novembro do corrente ano, foi celebrado o contrato de prorrogação da concessão. Paralelamente, com vista à abertura do segmento de produção e importação de electricidade a montante, o Governo irá introduzir, de forma ordenada, novas operadoras, de acordo com as necessidades do mercado, fomentando uma concorrência saudável e um desenvolvimento sustentável do mercado.

Quanto ao uso do gás natural, em 2010 registou-se um aumento da utilização do gás natural na produção de electricidade, tendo o Governo conseguido que a concessionária da importação do gás natural atingisse, no 1.º semestre, o dobro do volume diário de fornecimento de gás. Na esfera do gás de cidade, depois de celebrado o contrato de concessão da distribuição de gás natural no domínio de serviço público com a empresa vencedora, foram iniciadas as obras de construção da rede de gás de cidade. Em harmonia com o planeamento global do COTAI e com o rumo do desenvolvimento do Sistema de Metro Ligeiro, estuda em transferir parte da rede de condutas de gás natural. No seguimento da concretização dos projectos do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin), iniciou-se também um estudo sobre o enquadramento das redes do fornecimento de gás natural.

Por outro lado, este ano tem-se procedido, sucessivamente, à revisão de regulamentos técnicos relacionados com a rede de combustíveis e com os postos de abastecimento. Actualmente, o “Regulamento Técnico dos Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis” encontra-se em processo de legislação, tendo sido concluídas as consultas prévias para revisão do “Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis” e do “Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis”, estando-se neste momento na fase de organização e análise das opiniões recolhidas junto do mundo empresarial, durante o período da consulta, e de exame e revisão, de carácter técnico e jurídico, dos referidos regulamentos.

No prosseguimento da promoção dos estudos e da utilização das energias renováveis e a seguir à publicação no ano passado do “Manual de Procedimentos Técnicos para Conservação de Energia em Edifícios de Macau”, foi publicado, em meados do corrente ano, o “Manual sobre o aquecimento de água através da energia solar em Macau”, em que é feito um balanço e uma análise sobre os resultados dos testes do sistema de aquecimento de água a energia solar, para logo serem tomados como referência pelo Governo e pelo sector. Além disso, continuam a ser empreendidos testes relativamente aos projectos de produção de electricidade através da energia solar fotovoltaica, a fim de recolher dados ao longo do ano inteiro, de modo a conhecer a utilização real da energia solar em diferentes estações e ambientes.

A eficiência e a conservação energética constituem um trabalho importante e de longo prazo. No ano corrente, o Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos, foi desenvolvido, por quatro Serviços que funcionaram como locais de teste. Neste momento, estão a ser analisados os efeitos do programa através de uma base dos dados relacionados, para posteriormente poder ser tomada uma decisão sobre o próximo programa de conservação de energia para os serviços governamentais. Por outro lado, após três anos de desenvolvimento do referido Programa e consultado as experiências do “Método de avaliação ambiental de edifícios (Building Environmental Assessment Method - BEAM)” de Hong Kong, serão concluídos, este ano, os estudos sobre a metodologia de avaliação dos efeitos da conservação de energia e a formação dos representantes do governo.

No âmbito da promoção da eficiência energética e da aplicação das tecnologias de conservação de energia, será iniciado neste ano, o concurso da empreitada do projecto de teste da tecnologia de frequência variável de sistemas de ar condicionado centrais no Edifício dos Correios de Macau, estando previsto os testes no ano que vem. Quanto a outros projectos, designadamente o da recolha de calor no sistema de ar condicionado central no Instituto do Formação Turística, a tecnologia de frequência variável aplicada em cinco escadas rolantes, entre outros, ainda estão em fase de testes e de recolha de dados, o que permitirá analisar os seus efeitos reais de conservação energética. Paralelamente, este ano será iniciado o estudo para aplicação das LED na iluminação pública.

No campo da promoção e da divulgação da eficiência e conservação energética, este ano persistiu-se nos trabalhos de propaganda dirigida a toda a sociedade, sobre a conservação de energia, através da realização de uma série de actividades da “Semana da Conservação Energética” junto da população. Insistiu-se ainda na organização de actividades de educação sobre eficiência energética e cultura de conservação energética nas escolas, dinamizando os programas de promoção, estendendo os aos jardins-de-infância, tendo sido celebrados programas de cooperação no sentido da educação energética, com 39 jardins-de-infância.

Para acompanhar a implementação do plano geral da zona da Ilha Verde que visa melhorar o ambiente, está já concretizado o projecto de construção de um armazém intermediário de combustíveis, de carácter provisório, em substituição dos armazéns de combustíveis que operam de forma dispersa em cinco locais da mesma zona, o que, mediante a centralização da gestão, permite a melhor vigilância e fiscalização e o aumento das condições de segurança com vista a atenuar a preocupação dos moradores e criar condições para resolver, a longo prazo, o problema relativo à armazenagem de combustíveis. A entrada em funcionamento do armazém intermediário de combustíveis está prevista para o primeiro trimestre do próximo ano.

VIII. Telecomunicações, Correios e Tecnologias

1. Administração de Telecomunicações

Com a assinatura da “Revisão intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações” em Novembro de 2009, a mensagem de maior liberalização do mercado de telecomunicações e o respectivo calendário foram claramente definidos. A partir de 1 de Junho de 2010, a tarifa da maior parte dos serviços de circuitos alugados locais e internacionais reduz-se em 10% a 40%. Além disso, já foi iniciado o trabalho da liberalização do mercado da rede pública e fixa de telecomunicações. Concluiu-se no 1.º semestre o trabalho de consulta sobre os regulamentos administrativos, e estando a aperfeiçoar a respectiva redacção.

Para acompanhar o desenvolvimento de teledifusão digital terrestre e também testar a compatibilidade técnica das caixas descodificadoras que forem vendidas em Macau, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações(DSRT) criou, em conjunto com o

Instituto Politécnico de Macau um centro de estudo e testes de televisão digital terrestre, que entrou já em funcionamento. Portanto, este centro aceita, para testar, as caixas descodificadoras e televisão digital integral à venda ou para revenda pelas empresas ou organizações. Os resultados desses testes serão publicamente anunciados, para que os residentes tomem as informações como referência.

Em relação ao diferendo acumulado durante longo tempo entre a TV Cabos Macau e as companhias de antena comum, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações entregou em Fevereiro à TV Cabo uma proposta de solução, e realizou sucessivas negociações com a TV Cabo para o esclarecimento relativas à posição do Governo e ao conteúdo da proposta.

Na resolução deste problema, aos longo destes anos, o Governo sempre assumiu uma posição responsável e seguidor aos trâmites ocorridos, acompanhando os e avaliando os, tendo esforçado em mediar a resolução do problema, com que pode fazer a junção das três redes de telecomunicações e de abertura do mercado.

O sistema de banda larga sem fios (WiFi Go), cuja operação foi lançada formalmente em Setembro deste ano, é financiado pelo Governo para promover o desenvolvimento de telecomunicações e das tecnologias de informação de Macau. Os residentes e turistas podem utilizar livremente o serviço de banda larga sem fios nos principais espaços públicos, tais como nos museus, bibliotecas, parques e praças.

No que toca à elaboração legislativa, já se iniciou o trabalho da revisão de legislação regulamentar de telecomunicações, da elaboração dos princípios e enquadramentos do diploma e da revisão de algumas legislações vigentes, prevendo-se a sua conclusão antes de finais do ano. Além disso, já se encontra aperfeiçoado o projecto sobre o regulamento da concorrência no sector de telecomunicações, e será iniciado, antes do final do ano, o trabalho de consulta, com vista a melhor preparar o trabalho na fase anterior da legislação. Relativamente aos trabalhos de estudo, foi iniciado a avaliação sobre o nível da concorrência do mercado de telecomunicações e vai ser iniciado o estudo sobre o princípio da tarifa de interligação, e também se deu início do estudo sobre as políticas da tecnologia de informação, que prevê concluir nos finais do ano corrente, em que os estudos referidos servirá como uma referência importante para definir as políticas de telecomunicações e os trabalhos quotidianos.

2. Correios e Tecnologias

No âmbito dos Correios, foram envidados todos os esforços para criar condições de prestação de um serviço postal de confiança, eficiente, diversificado e com preços razoáveis quer para os cidadãos quer para as empresas, optimizando continuamente o fluxo de processos e melhorando a rede e as instalações dos serviços postais em todos os bairros, para elevar a qualidade dos serviços.

Para acompanhar as políticas do Governo Electrónico, prestou-se, de forma contínua, apoio tecnológico a outros serviços públicos, convidaram-se mais órgãos administrativos a utilizar a plataforma de pagamento on-line da Caixa Económica Postal e promoveu-se junto dos mesmos e das instituições comerciais o Serviço de Carimbo Postal Electrónico Certificado como uma aplicação efectiva de armazenamento documental e prova de envio documental.

Em Fevereiro deste ano, o Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia do Conselho de Ciência e Tecnologia de Macau incumbiu o Instituto Politécnico de Macau de proceder ao “Inquérito sobre a situação actual do desenvolvimento científico e tecnológico em Macau” com o objectivo de conhecer melhor o actual ponto de situação do desenvolvimento científico e tecnológico em Macau e as expectativas dos cidadãos locais em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico. Este inquérito poderá facultar informações suficientes e dados concretos para a implementação de estudo num futuro próximo para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico em Macau.

A avaliação e concessão de apoio financeiro a projectos de investigação científica são feitas de forma rigorosa de acordo com os termos do “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro”. Quanto aos trabalhos de avaliação, estes são executados pelo consultor de projectos tendo em consideração o valor científico, de inovação, viabilidade e razoabilidade dos projectos, entre outros critérios, bem como a emissão de um parecer autónomo. A fim de garantir a equidade e imparcialidade, assim como reforçar a autenticidade e fidedignidade dos processos dos projectos, todas as equipas candidatas (ou requerentes dos projectos), foram, no corrente ano, convidadas para participar em processos de avaliação do consultor de projectos, de modo a apresentar os seus projectos. Para além disso, a partir do terceiro trimestre do corrente ano, os resultados dos primeiros projectos de desenvolvimento científico e tecnológico foram publicados numa página electrónica com o consentimento dos respectivos responsáveis dos projectos, de modo a aumentar a transparência do processo de apreciação e para dar a conhecer à população o ponto de situação da concessão de apoio financeiro.

Vai ser continuada a defesa do espírito da “Lei de Bases das Ciências e da Tecnologia” no âmbito dos trabalhos de generalização científica lançando programas de apoio financeiro a escolas e associações dedicadas a projectos de divulgação científica e um plano de professores voluntários de ciência no ensino primário e secundário, com vista a promover o desenvolvimento científico e tecnológico. Entretanto, em Julho e Agosto do corrente ano, continuámos a organizar visitas de estudo de delegações de docentes de ciências e campos de férias de divulgação científica para estudantes, conjuntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China, para promover eficazmente a concretização das acções de divulgação científica.

Ao abrigo do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnológica entre o Interior da China e Macau”, em Fevereiro do corrente ano, o Governo da RAEM enviou uma carta ao Ministério da Ciência e Tecnologia da China para recomendar parceria das duas unidades

laboratoriais de Macau aos laboratórios nacionais principais, com o fim de apoiar o melhoramento dos respectivos laboratórios, assim como promover o estabelecimento dos laboratórios principais a nível nacional e do centro de inspecção e controlo dos medicamentos da medicina tradicional chinesa em Macau. Além disso, organizámos novamente a “Semana de Ciência e Tecnologia 2010 e Exposição sobre a Divulgação das Realizações Científicas” com a cooperação do Ministério da Ciência e Tecnologia da China, subordinada ao tema “Vida, Saúde e Ciência e Tecnologia”. Através de actividades interactivas e descontraídas, interessantes e que possam aumentar os conhecimentos dos cidadãos, demonstrámos como a ciência e a tecnologia nos podem ajudar a manter a nossa saúde e a melhorar a nossa qualidade de vida.

Segunda Parte

Linhas de Acção Governativa para 2011

I. Introdução

No decorrente ano 2010, sob as orientações políticas do 3.º mandato da Administração da RAEM, a equipa da Área dos Transportes e Obras Públicas continua a desempenhar as suas tarefas com dinamismo, levando a bom termo os trabalhos, em conjunto com a população, segue ao novo rumo às inovações sem esquecer a tradição.

No limiar do ano 2011, a RAEM, tendo como pano de fundo a rápida integração regional, pautará a sua situação de modo a posicionar-se como Centro Internacional de Turismo e de Lazer, tal como consagrado nas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008-2020)”, e aproveitará esta oportunidade preciosa para melhorar a integração nas infra-estruturas regionais, promovendo o desenvolvimento da nova Era.

Assim, em 2011, iremos concretizar, o espírito da acção governativa sediada, nas tradições e nas ideias inovadoras, tanto como no princípio de “melhor servir a população”, ao mesmo tempo, focará ao bem estar da população, tomando decisão de base científica, em conformidade com a posição do Centro Internacional de Turismo e de Lazer. Por outro lado, vai se implementar em Macau o plano dos novos aterros, com sentido de complementaridade entre as novas zonas e os bairros antigos, mantendo o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação ambiental, injectando novos impulsos ao desenvolvimento dos bairros antigos, concretizando assim, passo a passo, os objectivos dos trabalhos preestabelecidos.

No âmbito das grandes infra-estruturas, em articulação com a realização das empreitadas, o transporte terrestre transfronteiriço vai entrar numa nova fase. Em 2011 iremos manter uma estreita relação de parceria com as cidades e províncias vizinhas, investir na promoção de uma série de importantes infra-estruturas, instalações e medidas de trânsito transfronteiriço, constituir uma rede de infra-estruturas ferroviárias unidas com as regiões vizinhas, de modo a preparar bem para o possível aumento do fluxo de tráfego.

Entretanto, vai-se iniciar o estudo sobre a classificação das funções dos terrenos, para melhorar a regulamentação do planeamento urbanístico, o aproveitamento de terrenos e o combate à ocupação ilegal dos terrenos. Através de legislação mais aperfeiçoada, tornar a administração e gestão dos solos mais sistemático e eficaz. Portanto, tentaremos concluir a revisão da Lei de Terras e os respectivos regulamentos e submetê-los a processo legislativo no 3.º trimestre de 2011. Além disso, aumentará a divulgação da informação sobre solos, assegurando a participação do público nos procedimentos de elaboração de plano urbano e de definição das finalidades dos terrenos.

Continuaremos, com coragem e pragmatismo, a planear o nosso futuro, reunindo todos os esforços para, concretizar as facilidades das formalidades alfandegárias, otimizar as infra-estruturas da urbanização, trânsito e a implementação de metro ligeiro, acompanhar a construção de habitação pública, reordenar os bairros antigos, embelezar as ruas, fornecer um ambiente pedonal agradável e concluir os vários equipamentos sociais ligados ao bem estar da população, fornecendo um ambiente confortável, verde e fácil de deslocação.

II. Cooperação Regional

Considerando que Macau está a enfrentar com a escassez de recursos de terrenos, com a maior intensidade e densidade de desenvolvimento da cidade, assim é difícil de criar um ambiente de lazer. Acrescentando da restrição do desenvolvimento urbanístico pela necessidade de protecção do Centro Histórico do Património Cultural de Macau. Portanto, para atingir ao objectivo de concretizar o posicionamento de “Centro Internacional de Turismo e de Lazer” é necessário o desenvolvimento da cooperação regional, juntando com a rede dos centros urbanos através de uma forma de cooperação recíproca e apoio mútuo, para criar novas condições com base da política mais macroscópica, e da maior espaço, com vista a ultrapassar os próprios limites geográficos de Macau.

Com a concretização de forma eficiente, ao longo de um ano, das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas(2008-2020)”, acelerando os estudos de planeamento regional, articulação mútua das infra-estruturas transfronteiriças e instalações de trânsito, facilitação das formalidades alfandegárias, o desenvolvimento da nova zona da ilha da Montanha e o intercâmbio da área de indústria económica, cultural, de saúde e de desporto, etc. Portanto, a cooperação regional entrou numa nova fase de evolução, proporcionando a RAEM condições favoráveis e indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. Em 2011, iremos continuar a colaborar no estudo de planeamento urbanístico regional, participando nos assuntos relativos à cooperação e intercâmbio no domínio regional.

1. Esforçar-se em obter o resultado do planeamento regional, para construir um “Centro Internacional de Turismo e de Lazer”

Ao longo do ano, para se integrar com maior celeridade no desenvolvimento sinérgico do Delta do Rio das Pérolas enquadrado na estratégia nacional, o Governo da RAEM tomou parte em vários projectos de estudo específico. De entre esses projectos destaca-se, em primeiro lugar, o “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade”, elaborado conjuntamente pelos Governos de Guangdong, de Hong Kong e de Macau, o qual consiste principalmente a cooperação em preservar o ecossistema na vertente regional, promover em conjunto o desenvolvimento de baixo teor de carbono, aprofundar a coope-

ração transfronteiriça em termos do espaço, otimizar a organização do trânsito regional, assim como promover a cooperação na área cultural e de vida quotidiana. O estudo entrou já na sua fase crucial.

Por outro lado, com a submissão das linhas gerais do “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas” nos finais de 2010, iremos, em conjunto com os Governos de Guangdong e Hong Kong, aprofundar os planos de desenvolvimento específico do “Plano de Acção”, com vista de transformar a zona do estuário numa zona de elite da “Esfera de Vida de Alta Qualidade do Grande Delta do Rio das Pérolas”, apresentando, por exemplo, propostas para o reforço da preservação e do aproveitamento das linhas costeiras da zona do estuário, a criação da comunidade ecológica e a articulação das faixas verdes do Delta do Rio das Pérolas e os meios para a criação de uma rede cultural e de lazer regional e o desenvolvimento do trânsito de baixo teor de carbono regional, com vista a tornar para uma “Zona do estuário habitável e propícia ao desenvolvimento sustentável” para transformar a zona do estuário numa “Rede dos centros urbanos com vitalidade e competitividade internacional da Região da Ásia-Pacífico”.

Paralelamente, para promover a aglomeração eficiente e circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações entre Guangdong, Hong Kong e Macau, suportando fortemente a integração económica regional das três localidades. Além disso, tem sido procedido um estudo referente ao “Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau” que envolve várias vertentes de infra-estruturas, tais como, trânsito, portos, obras hidráulicas, energia, navegação aérea e informação. O planeamento está praticamente pronto no final de 2010.

Através da realização dos 3 estudos acima referidos, por um lado queríamos aprofundar e ampliar a cooperação regional, por outro lado, esperamos que os referidos trabalhos possam servir como base de transformar Macau numa cidade de turismo e lazer de nível internacional com baixo teor de carbono, belas paisagens, comodidade, características culturais, conveniência dos postos fronteiriços e das instalações de transporte, diversificação e harmonia.

Em 2011, vamos aprofundar, em conjunto com os governos de Guangdong e de Hong Kong, a concretização dos caminhos viáveis do resultado do referido estudo. Ao mesmo tempo, vamos desenvolver a calendarização da realização dos projectos de obras de infra-estruturas transfronteiriças, tendo em vista os objectivos para 2012 e 2015. Vamos também proceder, em conjunto com a parte de Guangdong, e Hong Kong, ao estudo referente ao “Plano de Desenvolvimento da Margem Oeste da Região do Delta do Rio das Pérolas”, abordando a coordenação do planeamento dos objectivos e estratégias do desenvolvimento da rede dos centros urbanos da margem Oeste da foz do Rio das Pérolas que abrange Macau, Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen, por forma a fazer desempenhar o futuro papel de Macau como “Centro Internacional de Turismo e de Lazer” e plataforma de serviços comerciais regional, com vista a aumentar o hinterland para a diversificação moderada da estrutura económica de Macau.

2. Empenhar-se em realizar o planeamento de desenvolvimento sinérgico, criando em conjunto uma zona cosmopolita que abrange Macau e Zhuhai

Pela proximidade entre Macau e Zhuhai, os dois territórios têm mantido ao longo do tempo relações que se repercutem no apoio mútuo ao desenvolvimento comum. Desde o estabelecimento da RAEM, as relações entre Macau e Zhuhai tem-se intensificado, revestindo-se de grande importância. De momento, dentro do quadro da conferência conjunta de cooperação de Guangdong e Macau, foi constituído um grupo especializado de cooperação consoante as necessidades reais, para auxiliar o bom ritmo dos trabalhos.

A par disso, em 2011, o Governo da RAEM, à luz do Protocolo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau, vai concretizar os trabalhos relativos ao estudo, em conjunto com Zhuhai, do “Planeamento de Desenvolvimento Sinérgico de Macau e Zhuhai”, com ênfase na abordagem do planeamento sinérgico respeitante ao planeamento urbanístico, infra-estruturas, formalidades alfandegárias, serviços da área pública, disposição da estrutura industrial e ecossistema dos dois territórios, reforçando prioritariamente a promoção do desenvolvimento da ilha da Montanha e a construção da zona cosmopolita internacional que abrange Macau e Zhuhai.

De momento, o planeamento dos novos aterros pauta-se também pelo princípio de “integração regional e desenvolvimento sinérgico”, tendo em vista aumentar o desenvolvimento coordenado com as cidades da zona do estuário do Rio das Pérolas, designadamente Zhuhai, no sentido de promover e otimizar a disposição dos recursos dos dois territórios, como por exemplo, aproveitando a orla costeira comprida dos novos aterros, que podem articular com a “Avenida dos Namorados” de Zhuhai, criar um passeio marginal verde, e desenvolver os recursos raros e preciosos da costa da zona do estuário, criando uma zona de habitação e de viagem com qualidade. Os trabalhos a esse respeito serão intensificados no âmbito de planeamento dos novos aterros a realizar no ano corrente.

3. Fazer todo os possíveis para concretizar o projecto de obras de construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha

O campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha é uma iniciativa que mostra a consideração e o apoio do Governo Central no desenvolvimento da educação e formação de pessoal qualificado da RAEM. Para isso, estamos a promover os trabalhos de construção, de forma programada e em coordenação com os serviços competentes do Interior da China, no intuito de contribuir com esforço para a formação de pessoal qualificado, a elevação do nível de ciência e ensino e o desenvolvimento socioeconómico do Território.

A construção do campus da UMAC na ilha da Montanha vai durar três anos. As obras de terraplanagem tiveram início logo após a cerimónia de lançamento da primeira pedra ocorrida a 20 de Dezembro de 2009. Tanto o planeamento e o desenho arquitectónico do

campus como o projecto do túnel subaquático que dará acesso directo ao campus foram realizados em simultâneo. Estando prevista para o 4.º trimestre de 2010 a conclusão da construção dos edifícios simbólicos. Quanto ao edifício administrativo, zona de faculdades, zona de lares, entre outros edifícios e instalações públicas, a respectiva construção terá início, de forma faseada, em 2011 e 2012, para corresponder ao objectivo do período de construção em três anos.

No que respeita ao acesso exclusivo ao campus, a entrada e a saída do túnel de Macau serão localizadas na Estrada Marginal de Flor de Lótus e Estrada do Dique Oeste do COTAI, ligando com a rede rodoviária existente; a entrada e a saída da ilha da Montanha ficarão no lado Leste do campus. De acordo com o programa da execução dos trabalhos, as obras de encaadeiras para construção do segmento subaquático do túnel terão início no quarto trimestre deste ano, continuando-se no ano seguinte a fazer todo o esforço para promover o avanço das obras.

4. Entrada na nova fase de articulação das infra-estruturas, promovendo a aceleração do desenvolvimento regional

Na sequência da articulação das diversas infra-estruturas, as obras de construção do sistema de transporte interurbano de carril Guangzhou-Zhuhai, da Auto-estrada Pequim-Zhuhai e da Auto-estrada Taiyuan-Macau e da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau serão concluídas sucessivamente. Obras estas que poderão incentivar o aumento da circulação de pessoas, de mercadorias e de capitais entre o Interior da China, Hong Kong e Macau, e após de facilitar os trâmites alfandegários, a cooperação interregional na área de indústrias e a integração dos serviços terá de certeza mudanças significativas.

4.1 Trânsito terrestre transfronteiriço

Para o efeito, em 2011 vamos continuar a reforçar a comunicação e cooperação com a Província de Guangdong e a Região Administrativa Especial de Hong Kong no planeamento do trânsito e transportes, intensificando a troca de informações na área do trânsito entre os três territórios, empenhar-nos-emos em promover a construção e a articulação das infra-estruturas de transportes transfronteiriços dos três territórios, fazendo esforços para uma articulação directa dos transportes transfronteiriços.

Neste âmbito, para acompanhar a concretização do projecto da construção da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, iremos estudar a exploração conjunta por três territórios de autocarros de transferências, depois da inauguração da mesma Ponte, estabelecendo contactos entre os três territórios com recurso aos serviços de transferência. Com a construção da Ponte, o trânsito terrestre transfronteiriço entre os três territórios vai entrar num novo marco e a fim de melhor nos prepararmos para os contactos de trânsito que vêm aumentando de dia para dia, reforçámos a troca de opiniões com os serviços competentes de Guangdong e de Hong Kong, para fazer-mos esforços conjuntos na consolidação das funcionalidades do

trânsito terrestre transfronteiriço e na elevação da capacidade das instalações de apoio dos pontos fronteiriços.

Sob o pressuposto das mudanças constantes da situação do trânsito e transportes da RAEM, da inauguração da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, do desenvolvimento da ilha da Montanha e da aceleração da integração da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, entre outros factores exteriores, para promover a integração e a conveniência do sistema de trânsito de Guangdong e de Macau, serão realizadas reuniões para as questões técnicas dos automóveis que circulam entre Guangdong e Macau, reactivando os trabalhos relativos à reciprocidade da troca de carta de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau. Vai no entanto proceder ao estudo sobre a viabilidade de deslocação transfronteiriça dos automóveis ligeiros e o estudo de admissão de exercício de actividade de transporte de mercadorias transfronteiriço por condutores com mais de 60 anos de idade, entres aqueles, está na fase preliminar de estudo a entrada de automóveis ligeiros na Ilha da Montanha.

A par disso, à medida que nos empenhamos em desenvolver o transporte por metro ligeiro, estamos a pensar na acessibilidade e conveniência de outros meios de transportes públicos, criando um sistema de transportes públicos diversificado para facilitar as deslocações dos cidadãos dos dois territórios e diminuir a utilização dos veículos particulares, no intuito de alcançar o objectivo de protecção ambiental e redução de emissões. Vamos abordar a possibilidade de ligação directa entre os sistemas de transportes públicos de Zhuhai e de Macau promovendo o mais cedo possível a reciprocidade para utilização mútua do passe de trânsito de Macau e os passes congéneres de Guangdong e de Hong Kong, integrando-o no planeamento do passe abrangente para todo o delta do Rio das Pérolas. Em 2011, vamos continuar a abordar as questões de liquidação central e da legislação dos diversos territórios.

4.2 Articulação directa da integração de transporte ferroviário e criação do círculo de transporte interurbano cómodo de uma hora

Pelo que, iremos estudar a viabilidade da articulação directa entre o sistema de metro ligeiro de Macau e o metro interurbano de alta velocidade de Cantão-Zhuhai, bem como proceder ao planeamento geral da articulação do transporte ferroviário. Prevê-se que o metro ligeiro de Macau possa, através da passagem para peões ou da articulação directa, ligar ao metro interurbano de Cantão-Zhuhai nos quatro pontos, sendo Portas do Cerco-Gongbei, Barra-Ilha da Lapa, Posto Fronteiriço da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, e Flor de Lótus- Hengqin. Encontra-se actualmente na fase preparatória do estudo de viabilidade sobre a articulação directa com os transportes ferroviários das duas regiões no posto fronteiriço de Hengqin, planeando que os transportes ferroviários das duas regiões possam, em conjunto, através da integração do Edifício do Posto Fronteiriço e das medidas aduaneiras mais convenientes e rápidas, proceder à articulação directa com os transportes ferroviários. Ao mesmo tempo, serão lançados, sucessivamente, estudos de viabilidade sobre as passagens para peões das estações ferroviárias dos postos fronteiriços das Portas do Cerco

- Gongbei e Barra - Ilha da Lapa, e a linha exclusiva de metro ligeiro do posto fronteiriço da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, no sentido de otimizar a articulação com o transporte ferroviário transfronteiriço, a fim de proporcionar comodidade aos passageiros, estabelecendo o transporte ferroviário como o principal "meio de transporte verde" de mobilidade nas regiões no futuro, criando uma integração de infra-estrutura de transporte ferroviário entre as regiões de Guangdong e Macau.

4.3. Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau

Com o estabelecimento oficial da "Comissão de Trabalho Conjunta Tri-regional" no mês de Maio do corrente ano entre os governos das três regiões, Hong Kong, Zhuhai e Macau, marcou a entrada da construção da Ponte da fase de trabalhos preparatórios para uma fase de implementação verdadeira, foram registados o início, no fim do ano passado, da obra de aterros para a ilha artificial prevista de localização do posto fronteiriço Zhuhai - Macau na Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, e o avanço do empreendimento conforme programado. A obra de aterros para a ilha artificial está prevista concluir no fim do ano de 2012. Ainda no 2.º semestre do ano corrente, encontram-se lançados os concursos para adjudicação da concepção e execução das obras de construção de ilhas e túneis, obras estas são consideradas mais cruciais da Ponte, bem como iniciados sucessivamente os trabalhos de concepção para a parte da ponte e para os trabalhos de trânsito, etc.

Com a implementação da Ponte, irá aumentar o fluxo de corrente de pessoas, cargas e dos capitais, no intuito de coordenar com a construção da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, encontram-se já iniciados os estudos aprofundados e concepção de infra-estruturas face à distribuição da zona de gestão do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial dedicada para a instalação de postos fronteiriços. A distribuição ora em concepção estudou a dotação para cerca de 5 000 lugares de estacionamento na ilha artificial, previstos para o estacionamento das viaturas não matriculadas em Macau e de chegadas da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau. Na articulação e interface de ligação entre a ilha artificial e a rede viária do território de Macau, haverá mais considerações variáveis a tomar na concepção do trânsito da Ponte no sentido de distribuição funcional das suas instalações, com o aproveitamento de circulação em fluxo unidireccional na concepção do trânsito para minimizar os impactos resultantes do trânsito interno, a fim de assegurar a fluidez do trânsito.

Para facilitar o acesso dos cidadãos e turistas chegando e partindo de Macau pela ilha artificial, a outra concepção funcional da ilha artificial promove a instalação, nos espaços reservados do edifício de controlo fronteiriço para viajantes, de um terminal de correspondência para viaturas de transporte público e uma estação de metro ligeiro. Quanto às infra-estruturas de serviços transfronteiriços sobre a ilha artificial, uma vez que envolvem as questões de existência de três regiões e três postos fronteiriços, é necessária a instalação para Macau um edifício do seu posto fronteiriço individual. A zona de gestão do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial assumirá no futuro o cargo para aliviar, através da sua função de desvio no trânsito, o actual fluxo de viajantes transfronteiriças sempre apertado e aproximado à saturação da capacidade no posto fronteiriço das Portas do Cerco, e projectada de espaços disponíveis para a finalidade de expansão no futuro.

4.4 Impulso da passagem subaquática pedonal entre o Porto Interior e a Lapa(Wanchai), de Zhuhai.

O Governo da Região Administrativa Especial abordou, há alguns anos, a viabilidade de construir um túnel subaquático de ligação pedonal com a Ilha da Lapa (Wanchai), Zhuhai, com embelezamento da paisagem ao longo das margens do rio e revitalização da economia entre as duas costas, com que possa empenhar o conceito da especialidade de “um rio, duas margens”. Pelo facto do empreendimento tem sido proposto em passagem subaquática para peões, ou seja, por introdução de uma ligação terrestre e postos fronteiriços entre Macau e Zhuhai, sendo envolvido processos de nível mais superior e de complexidade, será necessária demais discussão ao mais alto nível. Entretanto, tendo chegado a consenso preliminar mediante diversos diálogos entre os governos das duas regiões, Macau e Zhuhai, no ano de 2010, foi programado a realização de mais discussões e estudos entre as duas regiões no ano de 2011, procurando concluir, por um ritmo acelerado, o estudo prévio daquela passagem de ligação pedonal, de modo que a respectiva construção seja concretizada com maior brevidade.

5. Aperfeiçoar o mecanismo contingente de fornecimento de água, assegurar o fornecimento local de água bruta.

A água a fornecer a Macau vem do Interior da China e, nos últimos anos, Macau tem sido ameaçada pelas marés salgadas, pelo que a gestão de recursos de água passa a ser cada vez mais uma preocupação e atenção da sociedade. Desde 2005, o Governo da RAEM começou, por sua iniciativa, a participar na coordenação do abastecimento de água, impulsionar a transferência uniformizada de água doce da região do Rio das Pérolas para diluir a salinidade da água, participar e apoiar na construção da 3.^a rede de abastecimento de água bruta a Macau e na construção do reservatório de “Zhuyin” em Zhuhai. Entretanto, em articulação ao aperfeiçoamento de gestão dos recursos de água da região do Rio das Pérolas, acompanharemos de perto o andamento das obras de “Zhuyin”; zelaremos por promover para que seja aprovado mais cedo possível o projecto da construção da barragem de Datengxia, o que dará maior garantia à segurança no abastecimento de água a Macau.

Planeamos concluir em 2011, a elaboração do plano de resposta a incidentes que abranje o sistema de fornecimento de água em Macau e o sistema de abastecimento de água bruta a Macau e gradualmente constituiremos o mecanismo contingente. Iremos abordar, com o organismo competente do interior da China, a viabilidade de instalar uma nova rede de abastecimento de água que entre pela Ilha de Montanha fornecendo directamente água ao Cotai, por forma a garantir melhor a segurança no abastecimento de água a COTAI e a Península de Macau, em articulação com o desenvolvimento destes “dois centros” de crescimento urbano da nossa região. Zelaremos pela participação na abordagem sobre a ligação de um sistema uniformizado de abastecimento de água a Macau com Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen, no sentido de reforçar a capacidade de armazenamento do sistema de abastecimento de água a Zhuhai e Macau, assegurar a qualidade de água bruta a fornecer a Macau.

6. Intensificar a cooperação estratégica regional, alcançar gradualmente o objectivo de ligar os cinco principais aeroportos da região

Em 2011, iremos continuar a alcançar os nossos objectivos, através da complementaridade de sinergias, da partilha de recursos, do apoio mútuo e do desenvolvimento comum, bem como através do reforço do intercâmbio e cooperação com os sectores da aviação civil das regiões vizinhas. No próximo ano, e através do Fórum para a cooperação dos cinco aeroportos principais da Região do Delta do Rio das Pérolas, os nossos principais trabalhos incluirão reforçar a cooperação estratégica entre os cinco aeroportos, fomentar gradualmente ligações entre os cinco aeroportos, implementar um sistema de reconhecimento mútuo para as unidades na área da formação da manutenção entre as autoridades de aviação civil de Hong Kong, do Interior da China e de Macau, simplificar os procedimentos de avaliação e aprovação para a transferência de aeronaves, eliminar as inspecções e os ensaios técnicos excessivos, de modo a reduzir os encargos financeiros sobre este sector, assim como otimizar os procedimentos administrativos para aumentar a eficiência.

Ao mesmo tempo, iremos assinar um acordo de cooperação técnica e segurança com a Administração de Aviação Civil da China nas áreas de informações aeronáuticas, meteorologia aeronáutica e segurança contra incêndios no aeroporto, com o objectivo de aumentar o nível profissional do Aeroporto Internacional de Macau e reforçar os regulamentos de segurança operacional.

Quanto ao transporte marítimo, face ao aumento crescente do tráfego no mar, iremos reforçar o mecanismo contingente para fazer face a sinistros no mar. Quanto à cooperação regional, em cumprimento do “Acordo de cooperação de busca e salvamento entre Guangdong e Macau”, iremos fortalecer a comunicação e cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, na área de cooperação de busca e salvamento, melhorando a articulação e capacidade de resposta nas operações de busca e salvamento a realizar pelas três partes.

7. Incremento da cooperação regional no âmbito de protecção ambiental e desenvolvimento progressivo das infra-estruturas de energia

Para coordenar uma visão para o desenvolvimento de um círculo de qualidade de vida mencionada nas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008–2020)”, será reforçada, em 2011, a cooperação regional no domínio da protecção ambiental, designadamente a cooperação e o estudo no que se refere ao planeamento ambiental e à prevenção da poluição. Ao abrigo do mecanismo de cooperação ambiental entre a RAEM e Guangdong, serão realizadas periodicamente sessões de trabalho com os serviços congéneres de Zhuhai, o que permitirá estreitar e fortalecer a comunicação e promover as acções de ordenamento do Canal dos Patos.

Quanto à cooperação e ao intercâmbio ambiental, continuar-se-á, em 2011, a incrementar activamente a cooperação, o intercâmbio e a formação nas matérias ambientais entre

Guangdong - Hong Kong - Macau, entre as regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, com o Ministério de Protecção Ambiental da República Popular da China e com a Agência Portuguesa do Ambiente. Além disso, continua a organizar o "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2011" (2011MIECF) que visará reforçar, nomeadamente, a relação entre a União Europeia e as regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas no âmbito da indústria verde.

No domínio da cooperação regional na área da electricidade, baseando as disposições concretas do "Protocolo de Cooperação no Âmbito da Electricidade, 2010-2020", assinado com a China Southern Power Grid Corporation Ltd., em 2008, e baseando as disposições do "Plano de Transmissão Eléctrica da China Southern Power Grid Corporation Ltd. para Macau, 2010-2020" concluído nos últimos dois anos, assim como, com base nos estudos sobre os projectos complementares mediante análises técnicas e financeiras, irá ser dado início às diversas tarefas preparatórias referentes à fase inicial dos projectos complementares de transmissão e transformação para satisfazer o fornecimento da electricidade da China Southern Power Grid Corporation Ltd. a Macau. Com a cooperação regional e através dos estudos dinâmicos relacionados com os protocolos, proceder-se-á, com rigor, às previsões e às avaliações para o planeamento de electricidade a longo prazo de Macau, reforçando, cada vez mais, a capacidade das interligações com a rede eléctrica do interior da China, promovendo a integração energética regional, de forma complementar e mútua e com eficácia da cooperação.

8. Aproveitar a nova configuração de integração regional, para promover o desenvolvimento dos negócios entre as três regiões

No que toca à cooperação no sector de telecomunicações, na sequência da implementação de "Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha (Hengqin)" e a assinatura de "Protocolo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau", é necessário realizar uma abordagem que tenha em consideração o desenvolvimento da indústria de telecomunicações entre as duas regiões, a construção de infra-estruturas, as tarifas e o modelo de cooperação com outras indústrias relevantes, e proceder ao estudo da técnica, política e operação, acompanhando o desenvolvimento harmonioso entre as duas regiões e adequando as medidas às exigências dos serviços de comunicações.

Continua o aprofundamento da cooperação com os Correios da China e de Hong Kong. Promover-se-á o desenvolvimento relativamente aos serviços de Comércio Electrónico e o intercâmbio e a comunicação com os Correios da China, no âmbito da legislação e regulamentação do Correio Electrónico Postal Seguro, e reforçar-se-á parceria com os Correios da China, desenvolvendo, em conjunto, os Serviços Electrónicos Postais Seguros e intensificando as sinergias existentes.

Nos últimos anos, Macau e o Interior da China têm estabelecido mecanismos de cooperação, tendo sido assinado o "Acordo de Estabelecimento do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau" com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China, os acordos de cooperação científica e tecnológica com as Províncias de

Guangdong e de Hunan. Simultaneamente participou-se em iniciativas e projectos de cooperação sobre a inovação científica e tecnológica na Região Pan-Delta do Rio das Pérolas. Para além disso, estreitaram-se relações com a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China, a Academia de Ciências da China e a Associação de Ciência e Tecnologia da China.

Em 2011, continuaremos a promover uma cooperação mais intensa com os estabelecimentos de ensino superior, instituições, empresas e associações científicas e tecnológicas que operam nas áreas dos medicamentos e da medicina tradicional chinesa, da tecnologia de informação, da protecção ambiental do Interior da China. Empenharemos todos os esforços para desenvolver os trabalhos do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”.

III. Planeamento Urbanístico

1. Elaboração da Lei de bases do planeamento urbanístico e articulação com os outros diplomas legais complementares

Em 2011, vai iniciar o processo de elaboração da Lei de bases do planeamento urbanístico e dos seus diplomas legais e regulamentares complementares. Assim, para enriquecer e aperfeiçoar o conteúdo dos diplomas, o Governo da RAEM deu início ao estudo do sistema de elaboração do planeamento urbanístico de Macau, do qual resultou a proposta da criação da figura da comissão de planeamento urbanístico e da introdução de meios de participação pública. O estudo aponta também para a definição do plano director e da planta de zonamento como plano vinculativo, fazendo com que o planeamento urbanístico geral de Macau possa ser melhor controlado juridicamente e corresponda melhor ao interesse de desenvolvimento de longo prazo da sociedade.

Assim, dentro da base do sistema de elaboração do planeamento urbanístico, iremos elaborar a lei específica do planeamento urbanístico em conjugação com o Regulamento Geral da Construção Urbana, Lei de Terras, Regulamento de Segurança contra Incêndios e Lei relativa à protecção do património a ser revista em 2011. Portanto, fazendo-se esforços para entrar com a maior brevidade possível no processo legislativo logo concluir a elaboração das propostas dos diplomas acima referidos.

2. Elaboração do Plano director urbanístico e acompanhar de perto o futuro desenvolvimento

Com a promulgação das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, a cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau tem vindo a ser cada vez mais fortalecido. Além disso, já teve início o planeamento dos novos aterros, pelo que se pode ver que a disposição urbana geral de Macau está praticamente definida. Em 2010, finalizámos, com a colaboração do Instituto de Planeamento Urbano da China, o estudo prévio do plano urbanístico geral de Macau, lançando alicerces técnicos para o futuro plano director.

No mesmo ano, foram iniciados e concluídos vários estudos de modalidade específica de planeamento urbanístico respeitantes ao trânsito terrestre, aviação civil, preservação do ambiente, cuidados médicos, educação, abastecimento de água, fornecimento de energia e entre outros. Os resultados dos estudos serão fundamentais para a elaboração do plano director. Por outro lado, através o censo populacional de 2011 permitirá a recolha de dados mais completos e actualizados sobre a população e a sociedade, o que nos ajudará a aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

Sumariamente, o futuro plano director vai ser elaborado em conformidade com os seguintes princípios: Reforçar a preservação e a utilização dos recursos escassos e não renováveis; Criar uma paisagem urbanística de Macau com características singulares e distintas; Organizar espaços públicos mais abertos; Concertar o desenvolvimento das novas zonas e bairros antigos; Implementar a conservação das zonas históricas e de património cultural; Articular as infra-estruturas de grande dimensão, optimizando a disposição das instalações públicas; Criar para Macau uma imagem de cidade costeira internacional. Em simultâneo, iremos desenvolver, de forma dinâmica, as indústrias de turismo, lazer e cultura, promovendo assim a diversificação da economia de Macau.

3. Reforçar em preparação do Planeamento geral das novas zonas urbanas

3.1 Com auxílio de equipa de peritos, responder activamente e cientificamente as expectativas sociais

Tendo em vista o planeamento urbanístico das novas zonas urbanas, foi realizada durante 2010 a primeira fase de auscultação pública. Neste âmbito, foram recolhidas mais de um milhar de opiniões dos sectores sociais mediante cerca de 30 sessões de esclarecimento público e de exclusivo bem como inquéritos, das quais resultou no final do ano transacto uma compilação. Estas opiniões sintetizadas e analisadas são principalmente a visão e as expectativas apresentadas pelos cidadãos a propósito das novas zonas urbanas, que envolvem a utilização dos terrenos, a utilização do subsolo, sistema de trânsito, protecção ambiental, coordenação da política demográfica, assim como o impacto ambiental dos aterros que causa à zona hidrológica e aos canais de navegação, planeamento das faixas verdes e as relações de complementaridade entre os novos aterros e os bairros antigos. Em suma, foram recolhidas opiniões diversificadas e ricas em conteúdo, que são consideradas como preciosas ao nosso trabalho.

Em 2011, o Governo da RAEM vai cumprir estritamente o espírito de “planeamento científico, distribuição razoável e uso intensivo” enquadrado no documento de aprovação do Governo Central, procedendo ao estudo, de forma séria e prudente, do planeamento urbanístico dos novos aterros, de forma a melhor responder às expectativas dos diversos sectores sociais relativamente ao planeamento urbanístico dos novos aterros.

No âmbito do Acordo de Cooperação do Estudo do Planeamento Geral das Novas zonas urbanas de Macau, celebrado em 2010, com o Instituto de Planeamento Urbano da

China e a Academia de Planeamento Urbano e Concepção da China, os trabalhos relativos à pesquisa e estudo bem como o estudo prévio já foram iniciados. Em que vai ser esforçado em apresentar o projecto do planeamento conceptual em meados do ano 2011, para a possibilidade do começo da segunda fase de auscultação.

Ao mesmo tempo, vai ser criadas condições para admitir a participação, através de meios adequados, das associações profissionais de Macau, e desenvolver possível relação de cooperação entre estas associações e o Instituto de Planeamento Urbano da China e a Academia de Planeamento Urbano e Concepção da China na elaboração do projecto preliminar do plano urbano das novas zonas de aterros.

3.2 Implementar de forma programada as construções públicas, realizar a interligação das redes de trânsito regional

A fim de assegurar a melhor execução dos trabalhos relativos ao planeamento urbanístico dos novos aterros, iremos realizar preparativos para o estudo do desenho urbanístico, na esperança de se articular com planeamento urbano de espaço público marginal multifuncional e da rede rodoviária conveniente e, ao mesmo tempo, em função do desenvolvimento dos novos aterros, construir uma estrutura de rede rodoviária rápida de “duplo círculo e duplo eixo” para aliviar a pressão de trânsito e articular com as infra-estruturas de trânsito de Zhuhai e a Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau. Em 2011, dar-se-á primazia à elaboração dos planos urbanísticos das Zonas A e E1, preparando os trabalhos da fase inicial para a articulação do trânsito transfronteiriço e com isto modelar os espaços de lazer verdes nas margens da Península de Macau e da Taipa, distinguir a particularidade da paisagem de uma cidade moderna, e através da ligação com a faixa costeira de Zhuhai, construir em conjunto um passeio marginal urbano de nível mundial.

4. Iniciar o planeamento de zonamento e os projectos de estudo fulcral

4.1 Desenho urbanístico geral da Zona da Barra

A Zona da Barra faz parte do “Centro Histórico de Macau” incluído na Lista do Património Mundial e é um testemunho histórico do encontro da cultura chinesa e ocidental. A periferia do Templo de A-Má que abrange a Ponte-Cais n.º 1, Museu Marítimo, antigas das Oficinas Navais, povoação da Barra, Fortaleza de Santiago da Barra é também um conjunto de edifícios e espaço urbano com valor histórico e cultural, possuindo um valor turístico rico e singular. O arranjo paisagístico e a conservação bem como a remodelação da Zona da Barra, aliada à recuperação da sua atmosfera histórica e integração dos elementos humanos podem elevar a potencialidade de desenvolvimento daquela zona.

Considerando que na Barra ficará o terminal de correspondência das 1.ª e 2.ª fases do metro ligeiro, o túnel subaquático para peões entre Van Chai e a Zona da Barra, instalações de controlo fronteiriço e uma placa giratória de trânsito, a mesma zona poderá transformar-se numa nova “porta de entrada” de Macau.

Esperamos que através do desenho urbanístico de toda a Zona da Barra possamos promover a rentabilização dos recursos existentes do património mundial da Região, exaltar o carácter de património mundial e criar espaço e recursos para fomentar a indústria de criatividade e de cultura. Através da integração das instalações do metro ligeiro com outras infra-estruturas, poderá construir uma rede viária rápida circular da Península; ligar ao passeio marginal verde e de lazer, de forma a aperfeiçoar a organização geral das instalações turísticas, otimizando o ambiente pedonal do Templo de A-Má e entre a Capitania dos Portos e a Casa do Mandarim, e proceder à abertura do espaço pedonal entre a Capitania dos Portos e a Colina da Penha. Para tal, teve já início em 2010 o estudo do desenho urbanístico da Zona da Barra cuja conclusão está prevista para 2011.

4.2 Plano conceptual urbanístico geral e ambiental da zona adjacente do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco

Tem-se registado, nos últimos anos, o aumento crescente do fluxo de pessoas e de veículos que entram e saem pelo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Prevê-se que os contactos continuem a ser intensos entre Macau e o Interior da China, tendo em conta a grande tendência da integração regional. Para fazer face às necessidades decorrentes do desenvolvimento social, é necessário actualizar e aperfeiçoar as infra-estruturas e instalações comunitárias das Portas do Cerco. De momento, o Governo da RAEM tenciona utilizar as Portas do Cerco como terminal de partida do metro ligeiro; terminal de correspondência das 1.^a e 2.^a fases e, através da remodelação da intervenção urbanística geral da zona, da racionalização da utilização do terreno, da valorização da função urbana e do arranjo paisagístico, assim como da articulação do metro ligeiro com outros sistemas de transporte e das funções múltiplas das instalações comunitárias, criar uma nova “porta de entrada” de uma cidade moderna. Para este efeito, em 2010 foi adjudicada a uma empresa de consultadoria a prestação de serviços de elaboração do plano conceptual de intervenção urbanística da zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e zona envolvente cuja conclusão está prevista para 2011.

4.3 Planeamento urbanístico da Vila da Taipa

A fim de rentabilizar os recursos de solos da Vila da Taipa, otimizando o Auto-Silo junto à povoação de Chun Su Mei, pretendemos aproveitar o subsolo para criar mais instalações sociais que sirvam os cidadãos, aproveitando a oportunidade de implementar a construção do centro comunitário de Chun Su Mei para integrar o planeamento da zona envolvente, reforçando a ligação entre a Avenida da Praia, Parque Temático da Fábrica de Panchões Iec Long e a zona comercial da Vila. Com isto, a Vila da Taipa terá mais espaços públicos de lazer, tornando a zona um suporte repleto de atracções culturais e vitalidade económica.

4.4 Planeamento de pormenor da Vila de Coloane

Para melhorar a qualidade de vida e o ambiente de negócios da Vila de Coloane, vai ser realizado, por fases e de forma programada, o planeamento de pormenor de cada zona,

conforme as suas situações de desenvolvimento. Depois do plano de pormenor proposto para a Vila de Coloane em meados de 2009, encarregou-se em 2010 a uma empresa de consultadoria em efectuar o planeamento de pormenor da zona ao longo da Rua dos Navegantes, definindo a estratégia de desenvolvimento, na expectativa de fazer sobressair o estilo da povoação piscatória de Coloane, remodelando a paisagem da margem fluvial, no sentido de melhorar as particularidades de “cidade de lazer” que caracterizam Macau, e revitalizar a Vila de Coloane.

4.5 Estudo sobre o clima urbano

Macau é uma das cidades de alta densidade da região subtropical. A morfologia urbana, condições climáticas de brisa e a disposição das construções são capazes de afectar directamente a qualidade ambiental da cidade. As formas de reduzir a pressão térmica e o efeito da “ilha” de calor urbano, criando um ambiente habitacional confortável, verde e de baixo carbono, são questões que não se podem ignorar, pelo que foi iniciado o estudo do clima urbano.

O estudo consiste em organizar os dados de meteorologia, planeamento, finalidade dos terrenos, relevo e vegetação, com um método de avaliação científico dos factores do clima urbano e do planeamento urbano, bem como analisar e avaliar a influência espacial e quantitativa dos respectivos factores sobre o grau de conforto que se sente face ao vento e ao calor. O resultado final do estudo será parte das orientações do planeamento urbano estratégico destinadas à melhoria das condições climáticas urbanas.

4.6 Iniciação de Estudo de desenvolvimento do espaço do subsolo

Devido à escassez dos recursos de solos, o espaço urbano para desenvolvimento está sujeito a limitações, tendo que o reforço da aposta no aproveitamento do espaço de subsolo e o aumento dos recursos de solos disponíveis da RAEM são questões que merece abordagem. Por isso, vai ser abordado prioritariamente as estratégias e o rumo do futuro desenvolvimento do espaço de subsolo de Macau e servi-los como importante referência para criar o correspondente enquadramento da gestão.

5. Reordenamento dos Bairros Antigos

5.1 Envidar esforços para promover a legislação do Reordenamento dos Bairros Antigos

Um sistema jurídico bem elaborado não só constitui fundamento importante para o desenvolvimento dos futuros trabalhos do reordenamento dos bairros antigos como também reflecte o espírito da lei. Portanto, temos sempre atribuído grande importância a este trabalho. Fruto de esforços, estão lançados os alicerces do projecto do Regime Jurídico do Reor-

denamento dos Bairros Antigos, entrando-se agora no processo legislativo. Por outro lado, o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos concluiu a discussão em 2010 dos projectos dos três regulamentos administrativos que o complementam e remeteu-os ao grupo interdepartamental para alterações e aperfeiçoamento.

5.2 Introduzir o concurso do desenho conceptual, incentivando a participação da população

A fim de pôr em prática o espírito de “servir melhor a população”, continua, mediante os workshops e palestras, etc. para proceder à auscultação e divulgação, assim como dar início tempestivamente ao concurso de projecto de plano conceptual da reconstrução do Bairro do lao Hon, demonstrar as maquetas e explicar as ideias do desenho urbanístico, através de participação dos profissionais, e com a participação dos moradores, o que irá permitir aos moradores conhecer de forma tridimensional o futuro desenvolvimento da comunidade, incentivar os moradores em participar no planeamento da comunidade.

Por outro lado, iremos recorrer à delegação provisória do lao Hon para penetrar na comunidade, destacando assistentes sociais para contactar com os moradores, no sentido de conhecer as necessidades reais dos cidadãos, e paralelamente irá continuar a realizar os trabalhos de auscultação de “ponto a ponto e frente a frente” por vários meios, canais e formas de auscultação. Enquanto, os serviços competentes de planeamento continuam a recolher a opinião e o pensamento dos moradores acerca do reordenamento dos bairros antigos, de forma a lançar medidas adequadas.

5.3 Descobrir o património cultural dos bairros antigos através das urbanistas privadas

Em 2011, iremos continuar a procurar a cooperação das organizações dos moradores com as associações profissionais, desempenhando o papel de urbanista, incentivando os moradores em participar no planeamento da própria comunidade e nas construções relacionadas com a vida quotidiana da população, no sentido de desenvolver de forma geral o reordenamento dos bairros antigos, a partir da rua formada pela ligação em série dos prédios e depois o bairro constituído por ruas. Entretanto, iremos cooperar de forma interactiva com as associações civis, com a realização dos workshops, apresentação do plano de reordenamento aos moradores locais e realização dos seminários sobre os temas mais focados etc., visando incentivar a participação e discussão de diferentes camadas da sociedade sobre a orientação de revitalização dos bairros antigos.

5.4 Revitalização moderada do “Centro Histórico de Macau”

Neste momento está a ser intensificado o estudo da forma de revitalização dos bairros antigos, através do planeamento, designadamente a preservação do “Centro Histórico de Macau” inserido na Lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO, permitindo

ao Centro Histórico adaptar-se ao desenvolvimento e manter e estender o forte espírito da História e Cultura, ou seja, manter a sua vitalidade no processo de preservação e desenvolver-se no processo de manutenção. Neste momento, iniciámos por realizar o estudo da optimização e ordenamento dos bairros da zona que envolve as Ruínas de São Paulo, inclusivamente o reforço do contacto das Ruínas de São Paulo com os outros pontos de interesse que fazem parte do Centro Histórico e a recuperação da atmosfera histórica das Ruínas de São Paulo, através das escavações arqueológicas. Revitalizar os bairros antigos, em articulação com a revitalização dos mesmos, procedendo-se ao embelezamento dos arruamentos envolventes, e optimizar o ambiente de negócios e aperfeiçoar as instalações comunitárias constituem, pois, trabalhos estratégicos do Governo da RAEM para a revitalização moderada do “Centro Histórico de Macau”.

IV. Gestão de Solos

Tendo que o aproveitamento dos terrenos precisa articular com o desenvolvimento a longo prazo de Macau e o seu aproveitamento está estritamente relacionado com o planeamento urbanístico, pelo que iremos continuar a cumprir rigorosamente o princípio de aproveitar racionalmente os terrenos, estabelecendo um conjunto de diplomas legais completos com o intuito de gerir os recursos de solos da RAEM de uma forma sistemática. A aceleração da revisão da “Lei de Terras” e dos respectivos diplomas legais complementares, bem como a optimização de outras medidas de gestão de solos.

1. Conclusão do projecto da “Lei de Terras” e aceleração da consulta à população e da produção legislativa

Em 2008 iniciámos os trabalhos de análise e revisão da “Lei de Terras” e que está concluída, no final de 2010, a última versão do respectivo projecto de lei, e remete o depois a consulta pública para recolha de opiniões dos cidadãos.

Depois do tratamento das respectivas opiniões, o Grupo de Trabalho procura concluir no 3.º trimestre de 2011 o aperfeiçoamento do teor do projecto da lei e lançá-lo na última fase de produção legislativa. Iremos proceder a estudos sobre os trabalhos de revisão dos respectivos diplomas legais complementares, procedimentos administrativos e orientações depois de concluída a revisão da “Lei de Terras”.

2. Optimização do mecanismo para a gestão de solos de forma a reforçar o aproveitamento dos recursos de solos

A fim de salvaguardar o aproveitamento razoável dos terrenos concedidos dentro do prazo estabelecido, e a sua articulação com o planeamento e desenvolvimento urbanísticos, iremos reforçar o tratamento dos terrenos desaproveitados, utilizando mecanismos sancionatórios já estabelecidos como forma a impulsionar os concessionários a aproveitarem

os terrenos dentro dos prazos estabelecidos. Simultaneamente, continuámos a proceder ao estudo de aperfeiçoamento das cláusulas dos contratos de concessão, procurando através da normalização e regulamentação das respectivas cláusulas para reforçar a supervisão do cumprimento das disposições dos contratos de concessão de terrenos.

Por outro lado, o combate contínuo aos actos de ocupação ilegal dos terrenos continua a ser um dos principais trabalhos do ano 2011, para que estes sejam revertidos para o governo no sentido de serem desenvolvidos conforme o planeamento urbanismo, tal como a sua arborização, construção de equipamentos sociais, vias públicas, etc.

Além disso, continuaremos em promover o respectivo estudo, concentrando essencialmente nas finalidades de aproveitamento de terrenos, tais como habitação, comércio, equipamentos públicos, infra-estruturas, conservação ecológica, etc., com vista a melhor regulamentar o planeamento urbanístico e o princípio de aproveitamento de terrenos. No que se refere à variação dos preços imobiliários dos últimos anos, para que a determinação do montante do prémio de concessão acompanhe de perto o preço do mercado, procedemos a publicação no 1.º trimestre de 2011 da nova versão revista sobre o respectivo método de determinação e de cálculo de prémio.

3. Aumento do grau de transparência das informações para responder às necessidades da sociedade

Em 2011, iremos reforçar ainda mais a divulgação das informações sobre terrenos, reduzir os prejuízos resultantes das informações assimétricas do mercado e otimizar o “Regime de audiência pública” sobre concessões e trocas de terrenos e a modificação das finalidades de terrenos. Procederemos, através de diversas formas e meios à recolha de opiniões, à optimização do regime actual, com vista a responder às solicitações da sociedade relativas ao aumento do grau de transparência das informações sobre terrenos assim como dos assuntos administrativos.

Entretanto, vai ser continuada a optimização da divulgação de dados e as funções da página electrónica, dedicando a optimizar a gestão de dados cadastrais, a intensificar a partilha comum e aproveitamento de informação, e a aumentar a capacidade de resposta. Vai se continuar o enriquecimento dos conteúdos da “Rede de Informação Cadastral”, além dos actuais dados como código cadastral, número de descrição predial do prédio em fracção autónoma, despacho reguladora do terreno, plano de zoneamento, Planta de Alinhamento Oficial (PAO), construção, talude; vai ser acrescentada, tanto também os dados relativos às instalações públicas no item de desenvolvimento privado e de servidão. Por outro lado, no sentido de corresponder às necessidades do desenvolvimento integral dos urbes do Delta do Rio das Pérolas, estudará a publicação, via Rede(internet), dos dados de ordenamento publicados relativos às zonas adjacentes. Optimizará, simultaneamente, a interface aplicável para fornecer aos utentes o melhor ambiente de aproveitamento e pesquisa.

No intuito de reforçar a construção, partilha comum e aproveitamento de informação e de alargar o número de utentes do mecanismo interdepartamental (G2G) da “Rede de Infor-

mação Geográfica”, estudando a optimização, no sistema, das funções sobre os dados do solo e de análise e avaliação. A fim de elevar a utilidade dos processos cadastrais digitais, vai se continuar a execução das tarefas de desenvolvimento do sistema de índice, planeando novamente o sistema de informação cadastral para organizar as bases de dados do cadastro e de processos cadastrais digitais, completando e organizando os respectivos conteúdos para intensificar a eficiência de análise cadastral e promover a partilha comum e aproveitamento de informação.

V. As Infra-estruturas Urbanas

1. Aperfeiçoar as infra-estruturas, em articulação com o desenvolvimento sustentável da cidade

O rápido desenvolvimento social de Macau e a futura aceleração do progresso da harmonia com outras regiões, colocarão novas necessidades para as infra-estruturas urbanas. Em 2011, iremos realizar concretamente e atempadamente as obras públicas segundo a situação geral do desenvolvimento da sociedade bem assim as exigências dos cidadãos, nomeadamente as obras relacionadas à vida populacional que ajuda a melhorar as construções urbanas bem assim elevar a qualidade da vida populacional.

No âmbito da construção das instalações fronteiriças, a principal obra de ampliação do novo terminal marítimo da Taipa iniciou no 1º semestre do corrente ano, cujo prazo de execução previsto é de 3 anos. A concepção global do complexo do terminal marítimo da Taipa terá em consideração global ao transporte marítimo, terrestre e aéreo, e reservou na mesma espaço para desenvolver a estação de transbordo dos transportes públicos, e a localização da ligação entre as estações do sistema de Metro Ligeiro e irá instalar entre o Aeroporto Internacional de Macau acessos sem junção, envidando esforço para tornar o terminal marítimo da Taipa como um outro importante nó de comunicações.

Com o rápido desenvolvimento da COTAI nos últimos anos, pode prever que COTAI irá ser uma zona com grande densidade populacional com instalações diversificadas, pelo que é necessário intensificar a rede viária da respectiva zona. Em relação à túnel que liga a Estrada da Barragem de Cá Hó e a Estrada de Nossa Senhora de Cá Hó, os trabalhos de avaliação do ambiente será realizados no 2º semestre, procurando efectuar os trabalhos relativos ao concurso no início do próximo ano. Os trabalhos de desvio das tubagens enterradas do viaduto de acesso subterrâneo da Rotunda do Istmo já foram iniciados no 4º trimestre do ano 2010, proceder-se-á no 1.º semestre do próximo ano o procedimento do concurso para a execução da obra, o acesso será projectado para 4 faixas com 2 sentidos, o qual terá um troço do acesso com comprimento total de 620m. Além disso, pretende proceder à abertura de um caminho para construção de túnel da Taipa Grande, por forma a ligar directamente o acesso entre a Ponte de Amizade e COTAI, diminuindo a carga de tráfego tanto nos arruamentos envolventes do aeroporto como também no bairro urbano da Taipa.

2. Aceleração da promoção das construções urbanas e melhoramento dos equipamentos sociais comunitários

Em 2011, continuaremos a preocupar com as construções que dizem respeito à vida quotidiana da população, sendo a primeira obra de construção do parque central da Rua de Seng Tou da Taipa com introdução de construção ambiental, estando prevista a sua conclusão durante o 1.º trimestre do ano 2012. Além disso, pretende em construir um complexo de serviços sociais no lote que o mercado de S. Lourenço no sentido de proporcionar aos residentes das redondezas uma instalação recreativa e desportiva.

Com o envelhecimento da população e o desenvolvimento da sociedade foram aumentadas cada vez mais as necessidades de prestação de serviços aos idosos, pelo que o governo planeia em construir na Taipa um edifício de serviços sociais com 9 pisos que disporá um centro de enfermagem diurno, lar de idosos, dormitório para idosos, centro para jovens, esperando a sua conclusão no 2º trimestre do ano 2012. E ao mesmo tempo, irá acelerar o progresso da obra de construção das instalações de apoio e da 1ª fase da obra de ampliação do serviço de urgência do Hospital Conde de S. Januário, procurando permitir as respectivas instalações entrarem em funcionamento com maior brevidade.

3. Reordenamento contínuo das drenagens e melhoramento do ambiente habitacional

Com o desenvolvimento rápido da sociedade, as drenagens de águas residuais antigamente construídas e envelhecidas já não respondem às necessidades. Dado à necessidade da sua substituição e as situações nas más condições atmosféricas em que mostra a insuficiência dos actuais sistemas de drenagem de águas pluviais, nestas circunstâncias, torna-se necessário a substituição contínua dos mesmos. Dos quais a obra de reordenamento do sistema de drenagem da Av. Horta e Costa que constitui a preocupação da sociedade vai ser iniciada nos finais do ano corrente e previsto concluir no 1.º semestre do ano 2012. Estretanto, iremos fiscalizar atentamente o andamento de toda a sua execução, com vista a garantir que a obra seja promovida de acordo com a calendarização fixada e durante o período de execução iremos intensificar a divulgação das respectivas informações, bem como recolher as opiniões e sugestões dos residentes daquela zona, das unidades comerciais e da sociedade, melhorando continuamente as medidas de execução, no sentido de minimizar as influências causadas aos residentes pela respectiva obra.

Com o intuito de adaptar a estação de água da Ilha Verde em escoar as águas residuais produzidas durante o processo de purificação das águas brutas até à ETAR do Parque Industrial Transfronteiriço, em 2011 irá iniciar a respectiva obra do sistema de drenagem, no sentido de melhorar o ambiente e a qualidade de água das proximidades, estando previsto a sua conclusão e a entrada de funcionamento do mesmo em 2012.

Por outro lado, a fim de saber melhor a situação das instalações subterrâneas, estamos actualmente a preparar a criação da base de dados electrónicos sobre a rede central de dre-

nagem, por forma a permitir administrar com eficácia as informações sobre o sistema de drenagem público, visando atingir o objectivo de compartilhar os recursos. Os trabalhos de exploração serão procedido em fase, os trabalhos da fase inicial foram iniciados em 2010, sendo a zona da Taipa o local a título experimental, esperando pelo respectivo sistema funcionar com êxito, irá estender até à península de Macau e zona de Coloane, estando prevista a sua entrada de funcionamento em 2011.

No intuito de assegurar a segurança e os bens da população, Procederá com prioridade às obras de estabilização dos taludes que foram classificadas de alto risco, conforme o relatório de inspecção do grupo de trabalho para segurança dos taludes. Para além das obras de protecção e estabilização dos respectivos taludes, irão ainda proceder à arborização adequada dos mesmos. E ao mesmo tempo, continuará aperfeiçoar e enriquecer o “website” de taludes de Macau, para fornecer mais informações os cidadãos.

4. Optimização dos termos do Regime das Consultas no sentido de tornar o regime mais adequado às necessidades actuais

No intuito de otimizar o mecanismo de procedimento de consulta das empreitadas de obras públicas, implementámos em 2010 o “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas”. Depois de cerca de um ano de funcionamento experimental, vamos proceder às negociações com o sector para a recolha de sugestões e iniciar a optimização dos respectivos trabalhos, tudo no intuito de promover um regime mais justo, imparcial, aberto e eficiente para as empreitadas de obras públicas e criar um arquivo de informações relativas à avaliação da qualidade das obras concluídas, constituindo estas como informações básicas para as futuras realizações de concurso de empreitadas.

Para além disso, continuaremos a adoptar uma série de medidas para acelerar a iniciação de execução das diversas empreitadas públicas, contribuindo assim para uma melhor execução do PIDDA. Continuaremos a recolher sucessivamente opiniões de diversos sectores no sentido de optimizar os processos de concurso público e os critérios de avaliação, com o objectivo de acelerar os procedimentos de avaliação de propostas.

5. Revisão contínua dos circuitos administrativos, por a tornar mais célere a apreciação

A elevação da eficiência de apreciação das obras de construção particulares e o melhoramento dos respectivos circuitos administrativos serão um dos trabalhos mais relevantes do ano 2011, iremos continuar o melhoramento dos impressos de pedido das diversas obras, o estudo sobre o lançamento de serviço para pedidos por via Rede(Internet) aos pedidos que não necessitam de apresentar anexos ou cópias, no sentido de reduzir o circuito administrativo.

Se desejar elevar a eficiência de apreciação global das obras de construção particulares, terá que haver uma série de regime jurídico e normas para apoio. Nestas circunstâncias, iremos concluir em 2010 os trabalhos de revisão aprofundados sobre do texto de auscultação do Regime Jurídico da Construção Urbana e das Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana e proceder à 2.ª consulta pública no mesmo ano, iremos analisar as opiniões públicas recolhidas para efeitos de aperfeiçoamento do teor do mesmo. Com a introdução das alterações, prevê-se a entrada no processo legislativo dentro do ano 2011.

E ao mesmo tempo, estão também em elaboração os Regulamentos complementares do Regime Jurídico da Construção Urbana, em que pensamos em adicionar no mesmo "As Disposições da Altura do Edifício e da Edificação do Terreno", que através da revisão irá resolver o problema de extracção de óleos e fumos, entupimentos dos esgotos e infiltrações de água, bem como introduzir novos elementos no aspecto de arborização, protecção, economia de gastos e de estacionamento, por forma a efectuar melhor os trabalhos no âmbito jurídico para a construção de edifícios adequados para habitação.

Além disso, promovemos a criação do Regime Jurídico da Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação Profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo, e esforçamos em concluir a proposta e submeter o ao processo legislativo no 2.º semestre do ano 2011.

Iremos elevar a transparência da apreciação das diversas obras e estudar sobre o fornecimento de dados relativos à apreciação dos diversos tipos de obras, incluindo as informações que dizem respeito à construção de edifícios, à quantidade de edifícios construídos, à localização da sua implantação, ao número das fracções, às áreas que ocupam, à área para construção e finalidades, bem como a criação de sistema de gestão das informações e respectivo sistema informático, no sentido de permitir os cidadãos consultar rapidamente e com mais facilidade o andamento do pedido ou o resultado da apreciação. Além disso, iremos ponderar após a recolha dos problemas frequentes, o fornecimento à população mais critérios de vistoria e formas de solução dos referidos problemas.

Sob a eficácia obtida pelos trabalhos de optimização do circuito administrativo piloto na área de obras públicas, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DS-SOPT) irá estender em 2010 as subunidades pilotos para optimização do circuito administrativo, do Departamento de Urbanização até ao Departamento de Planeamento Urbanístico e Departamento de Gestão de Solos e em 2011 irá continuar os respectivos trabalhos, procurando tornar mais eficaz a apreciação na área de obras públicas.

6. Intensificar os trabalhos de supervisão e controlo, combater severamente as obras ilegais

Para combate eficaz das obras ilegais, foi estabelecido no ano de 2010 um "Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação das Obras Ilegais". Com a aplicação das Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana, em 2011, os serviços responsáveis de obras públicas serão conferidos os poderes

necessários, para continuar o total empenho para combater obras ilegais, a infracção de ocupação ilegal dos terrenos da Administração, entre outras.

Em paralelo aos combates, iremos tratar os casos de obra ilegal dentro de razoabilidade e com eficiência através de simplificação das formalidades administrativas, reduzindo o tempo necessário nos procedimentos. Iremos lançar também intensificação das acções fiscalizadoras e sancionatórias, dando coordenação ainda de disposição adequada do recurso humano, no sentido de poderemos combater com mais eficiência as obras ilegais no ano de 2011.

VI. Habitação

A questão habitacional é um dos temas mais quentes e preocupantes da sociedade. “Obter uma habitação e assegurar o bem-estar” é o objectivo principal da política de habitação. Concretizaremos o lema do conceito de acção governativa, “melhor servir a população”, de modo a passar pelo bom aproveitamento dos recursos públicos, assegurar o direito habitacional dos residentes de Macau.

O apoio eficaz aos residentes na resolução dos problemas habitacionais, é uma das preocupações principais da política de habitação. No âmbito do fornecimento de habitação pública, a habitação social irá ter um papel principal, sendo que a habitação económica terá um papel secundário, a fim de apoiar as famílias mais carenciadas em obter uma residência habitacional. Na área do apoio financeiro, iremos constituir um bom sistema de apoio financeiro sobre a premissa de melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Simultaneamente, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública continuará a ser uma plataforma de recolha das opiniões e sugestões das camadas sociais e dos profissionais sobre as políticas de habitação, para elaborar as políticas de habitação com aceitação e reconhecimento da população. Procurar o desenvolvimento sustentável do mercado no sentido de assegurar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário. Por outro lado, vai se continuar a gerir o mecanismo eficiente interdepartamental e aperfeiçoar a política global de habitação, visando em articular com as mudanças sociais e ajustamento em caso de necessidade.

Por outro lado, iremos reforçar o trabalho de administração e reparação de edifícios, elevar o nível profissional da actividade de administração de edifícios, apoiar os residentes para melhorarem o trabalho de administração e reparação de edifícios, através dos diversos planos de apoio financeiro promovidos pelo Fundo de Reparação Predial, com vista a criar um ambiente habitacional mais agradável.

1. Concretização faseada da construção das 19 000 fracções de habitação pública

Em 2011, vai ser continuada a construção de habitação pública, e reforçando em concretização faseada do objectivo de construção de 19 000 fracções de habitação pública até

2012. Até este momento, estão construídos 3 486 fracções de habitação. Portanto, prevê-se que estejam concluídas mais outras 3 000 fracções, oriundas de habitação pública de lote TN27 de habitação económica, sito na Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na ilha da Taipa, e o Bloco A do Complexo de Habitação Social da Ilha Verde e, mais 500 fracções e 340 fracções, respectivamente da obra de Lote 4 da Ilha Verde e da obra na Rua de Francisco Xavier Pereira.

Ao mesmo tempo, vai ser continuado o planeamento da reconstrução das habitações sociais existentes. Nestes projectos de reconstrução, possam fornecer aproximadamente 2 000 fracções de habitações sociais. Visando os princípios de bom aproveitamento do terreno e planeamento global, ao mesmo tempo do aumento do número de habitações públicas, serão lá incluídas as instalações de serviços sociais e parques de estacionamento públicos. Isto tem como efeito de aperfeiçoamento das todas as instalações das zonas.

Quanto à construção de habitação pública, iremos continuar a adoptar medidas efectivas para tornar a oferta de habitação pública mais activa, com flexibilidade e estabilidade. Os projectos de construção de habitação económica planeadas incluem o lote CN7 (habitação económica), perto do jardim de Seak Pai Van, na ilha de Coloane, que fornecerá 360 fracções, os lotes do Seak Pai Van, que irão fornecer 6 800 habitações públicas, e os lotes 1, 2 e 3 do Bairro da Ilha Verde terá cerca de 3 500 fracções.

2. Tomar medidas transitórias para apoiar os agregados familiares existentes na lista de candidatos em simultâneo da reforma do regime de habitação económica.

Quanto aos trabalhos de revisão dos diplomas reguladores de habitação económica, os projectos dos diplomas de revisão já entrou na fase de processo legislativo. Após recolha das opiniões das camadas sociais, mediante vários meios, nomeadamente a grande actualização das condições para aquisição de habitação económica, incluindo a fixação do limite máximo e mínimo dos rendimentos, o mecanismo de fixação do preço, os requisitos para candidatura, a prorrogação do prazo de inalienabilidade, o regime do pagamento do valor de diferença na alienação da fracção. O respectivo regime foi discutido profundamente pelo Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, e o novo regime de habitação económica estará mais em conformidade com as exigências do desenvolvimento social, de modo a apoiar as famílias sem habitação própria, e diminuir o número dos casos de obtenção de lucro através da venda da habitação económica.

Em simultâneo, considerando que os candidatos para habitação económica existentes têm estado à espera há muito tempo, serão tratados de forma transitória e separada, os agregados familiares já existentes em lista de espera, seguindo o princípio básico de “liberalizar a aquisição mas restringir a venda”, com alguns requisitos do novo regime, para bom aproveitamento dos recursos públicos.

3. Promoção de construção de fracções habitacionais de pequena dimensão para aliviar os assuntos de habitação de Macau

Tendo em conta as necessidades e opiniões apresentadas pelos moradores sobre a habitação, iremos incentivar os promotores de construção em construir fracções de habitação de pequena dimensão, aumentando o fornecimento das fracções de várias dimensões, e impulsionando o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário. Depois de ter ouvido as opiniões dos cidadãos, o Governo iniciou o processo de preparação para medidas como, a concessão de terrenos por hasta pública, revitalização dos edifícios industriais e alteração das finalidades dos terrenos industriais.

Quanto ao aumento de fornecimento de terrenos, a Administração decidiu de conceder no 4º trimestre de 2010, a título experimental, um terreno por hasta pública, introduzindo clausulados claros no regulamento de curso que exigem construção de uma determinada proporção de tipos de fracção de pequena dimensão referenciados, tanto também dispor o aproveitamento de terrenos e as vendas de fracções, etc., a fim de alcançar a meta de fornecimento suficiente para a habitação. Previsto que a Área Bruta de Construção para respectivas fracções de pequena e média dimensão será aproximadamente de 700 a 800 pés quadrados.

Além disso, irá promover o mercado imobiliário para proporcionar mais fracções de pequena e média dimensão mediante as medidas como a revitalização dos edifícios industriais e a alteração da finalidade dos terrenos destinados à indústria. Por exemplo, iremos acelerar a apreciação e aprovação dos planos a fim de promover a transformação e revitalização dos antigos edifícios industriais, e paralelamente, dirige-se contra os terrenos que já não servem para uso da finalidade industrial, iremos alterar a sua finalidade para habitação de acordo com o planeamento urbano e a situação concreta de desenvolvimento social. Com a estimação prévia, as acções de revitalização dos edifícios industriais e de alteração da finalidade dos terrenos destinados à indústria poderão proporcionar cerca de dez mil fracções de habitação.

Esperando que a execução dos trabalhos acima referidos pode responder oportunamente às necessidades sociais e tem em consideração o poder de compra dos cidadãos, impulsionando assim o desenvolvimento geral do mercado imobiliário de Macau de forma programada e estabilizada.

4. Participação pública na discussão das medidas e políticas de habitação a longo prazo

Em base do estudo das estratégias de desenvolvimento de habitação pública, o Grupo de trabalho interdepartamental estudou sobre o futuro caminho e a posição de habitação pública, recolhendo os dados relacionados com habitação para analisar as questões habitacionais, e apresentou vários temas e considerações principais, incluindo a legislação de revisão de habitação económica e regime de venda de habitação económica em construção. No

incentivo da participação das camadas sociais na apresentação de boas sugestões, o grupo já apresentou os temas gerais e importantes ao Conselho para os Assuntos de Habitação Pública para auscultar as opiniões e elaborar profundamente, como princípios de estudos, as estratégias a longo prazo de desenvolvimento de habitação de Macau.

No sentido de incentivar a participação pública, iremos recolher os comentários dos diversos sectores, através da consulta pública, e discutindo com precisão científica uma política e medidas do desenvolvimento de habitação que sejam mais adequadas à realidade de Macau.

5. Apoio contínuo à reparação de edifícios, elevação da qualidade de administração de edifícios

Em 2011, torna-se indispensável proceder a trabalhos de promoção e divulgação da reparação e administração de edifícios, para dar melhor conhecimento aos proprietários das suas responsabilidades e obrigações. Portanto, iremos promover os apoios necessários para criação dum ambiente habitacional de alta qualidade.

Após a criação do “Fundo de Reparação Predial” em 2007, têm sido colocados muitos recursos para apoiar os residentes na reparação e conservação de edifícios, como na série das medidas: “Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios”; “Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios”; “Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios”; “Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos” e “Plano de Apoio Financeiro da Proposta para Reparação de Edifícios”, os quais dispõem de serviços “one-stop” e de apoio técnico aos proprietários, em 2011. Entretanto, serão avaliados globalmente com as opiniões e sugestões das camadas sociais sobre a administração e reparação de edifícios, de modo a aperfeiçoar os fundamentos dos mesmos. Além disso, serão contratados serviços profissionais para procederem à devida superintendência em todas as partes de concepção e execução das obras, de forma a atingir o fim supracitado.

O “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios”, criado em coordenação interdepartamental, há algum tempo, tem obtido algumas experiências. Após coordenação deste Centro, o número de casos, que os proprietários fazem voluntariamente reparação, estão a aumentar gradualmente, mas existem alguns casos que os proprietários não dão colaboração nem aceitam reparação. Neste momento, estamos a proceder ao estudo e análise das experiências obtidas e chamando a atenção da população sobre a importância de reparação e conservação de edifícios, através de sensibilização e incentivos por plano de apoio financeiro.

Quanto à área das actividades de administração de condomínios, iremos reforçar a profissionalização e regulamentação destas actividades. Com o “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro”, desejamos regular o funcionamento da actividade das empresas de administração de edifícios e a qualificação profissional dos trabalhadores deste sector, visando para elevação da qualidade de administração de condomínios.

Simultaneamente, vai ser criado o “Centro de Arbitragem de Administração Predial” que visa promover a resolução de conflitos na área da administração de edifícios, proporcionando à população um meio de resolução facilitada e mais acessível, além de acção judicial.

No intuito de satisfazer as necessidades reais do desenvolvimento social e do desenvolvimento da construção urbana, às quais não podem ser adequadas pela legislação vigente, irá melhor promover com mais esforço os respectivos diplomas, em particular a criação e responsabilidade da administração de edifícios, procedendo também aos estudos e aperfeiçoamento na área de apoio financeiro da mesma. Pelo que também vai cooperar com os serviços de justiça, com vista a alisar e aperfeiçoar os diplomas legais nesta área.

Quanto à resolução dos conflitos na área de administração predial, considerando que se envolve com a natureza do “direito privado”, com pressuposto de respeitar à autonomia da vontade dos proprietários e com esforço de apoio e coordenação do IH, as causas principais dos litígios na área de administração predial são: nível diferente da qualidade de serviços de administração; fixação das despesas de condomínio; transparência das contas de serviços de administração, etc. Deverão ser resolvidos gradualmente os conflitos na área de administração predial, através da execução efectiva das medidas, incluindo aperfeiçoamento dos diplomas, reforço de profissionalização e regulamentação de serviços de administração, reforço de divulgação educativa e criação do Centro de Arbitragem.

6. Monitorizar estritamente a evolução do mercado imobiliário, no intuito de promoção atempada de medidas efectivas.

Relativamente ao mercado imobiliário privado, o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário vai monitorizar a evolução do mercado, supervisionar os resultados das medidas implementadas, revê-las e aperfeiçoá-las no caso de necessidade, publicar mais informação sobre o mercado, acelerar o procedimento legislativo dos diplomas em elaboração, promover a política de construção de mais fracções de média e pequena dimensão, com objectivo de criar um mercado imobiliário mais saudável e regulamentar. Em simultâneo, através da base de dados imobiliários para que a população possam aceder aos dados estatísticos preciosos, continuará a publicar as informações imobiliárias sobre a quantidade mensal de compra e venda de habitações, o número de habitações construídas, etc. Assim a população pode aceder às informações e ponderar a situação do mercado.

Com o intuito de elevar a qualidade dos serviços da actividade de mediação imobiliária e dinamizar as justas e abertas transacções imobiliárias, iremos esforçar que a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” entrará em vigor no ano de 2011, a qual regula os empresários individuais, empresas e mediadores imobiliários empregados em exercer a actividade de mediação imobiliária. Através do exame de confirmação de qualificações, pedido de licença, regime da aplicação de multa, poder-se-á regulamentar esta actividade, a fim de elevar o ní-

vel profissional deste sector e para que o mercado imobiliário possa ter um desenvolvimento saudável e sustentável.

VII. Trânsito e Transportes

Um sistema de trânsito com visão prospectiva e continuidade importa crucialmente ao desenvolvimento a longo prazo de Macau. Em 2011, empenhar-nos-emos em finalizar o o texto do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020) e em estudar a definição das medidas concretas para serem executadas, de forma ordenada, consoante os objectivos e metas anuais, no sentido de melhorar gradualmente o ambiente de trânsito de Macau. Ao mesmo tempo, continuamos a seguir a estratégia de desenvolvimento que preconiza a “primazia dos transportes públicos”, reforçando a aposta na melhoria da rede das carreiras de transportes públicos, alargamento da área de cobertura dos serviços de transportes públicos, assim como o aprofundamento da aplicação do sistema inteligente de gestão de trânsito nos transportes públicos, criação de condições para estabelecer mais “corredores exclusivos para transportes públicos” e consolidação do regime de fiscalização dos táxis, melhorando sob diversos vertentes o desenvolvimento geral dos transportes públicos, o que irá facilitar as deslocações dos cidadãos e dos visitantes. Além disso, iremos aproveitar melhor o tempo para preparar a entrada em funcionamento do novo modelo de serviços de autocarros e a boa organização para a articulação com a mudança do modelo de serviços.

Por outro lado, continuaremos a otimizar as instalações de transporte da RAEM, intensificando a construção do sistema de metro ligeiro, a consolidar a articulação com a rede de trânsito e infra-estruturas transfronteiriças dos territórios vizinhos e a participar na cooperação de estudo do planeamento de trânsito e transportes inter-regional no intuito de elevar, de forma geral, o nível de gestão e serviços de trânsito. Será elaborado, mediante um planeamento científico, o plano geral de desenvolvimento do aeroporto internacional de Macau, aperfeiçoando a passagem marítima e aérea para transporte em articulação com o futuro desenvolvimento do aeroporto; a revisão e optimização do modelo de gestão do terminal marítimo de passageiros vão contribuir para proporcionar serviços de transporte de melhor qualidade, mais eficientes e mais convenientes à população em geral e aos visitantes.

1. Trânsito urbano terrestre

1.1 Planeamento científico da política de trânsito e aperfeiçoamento contínuo do ambiente de trânsito

Depois da finalização em 2010 dos trabalhos faseados do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), iremos aprofundar o conteúdo da política, definindo em breve um pacote de propostas para a política de trânsito a curto, a médio e a longo prazo e o plano de actividades a implementar gradualmente. Em 2011, enviaremos todos os esforços para efectuar os trabalhos preparativos ou estudos das medidas

concretas dos planos a curto prazo integrado no texto da política de trânsito, e em implementá-los consoante os prazos anuais, como por exemplo o controlo de tráfego do “Centro Histórico de Macau”, medidas de administração de veículos, a criação de carreiras de autocarros para determinados horários, o aperfeiçoamento do sistema inteligente de gestão de trânsito e do sistema de serviço de informação, veículos especiais de transporte de passageiros dos hotéis e casinos e veículos de transporte colectivo comercial, assim como a construção do sistema de rodovia circular de Coloane e da Taipa e a rede rodoviária do COTAI e o aperfeiçoamento do sistema de trânsito da rede rodoviária da periferia do terminal marítimo de passageiros da Taipa.

Face à questão do controlo do número de veículos, tomando como referência as opiniões dos cidadãos recolhidas durante o período de auscultação do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), partilhamos a opinião de que o controlo do número de veículos depende dum bom sistema de transportes públicos e os meios de controlo de tráfego adequados, pelo que vamos aproveitar a oportunidade da construção do sistema de Metro Ligeiro e da reforma dos transportes públicos para otimizar o sistema de transportes públicos e implementar as medidas de controlo dos veículos com a colaboração e o apoio geral da população, tomando como referência do relatório de estudo da empresa de consultadoria e mediante o consenso da sociedade em relação à capacidade de suporte e aceitabilidade dos cidadãos.

No que respeita ao sistema pedonal, vamos finalizar as obras de construção do percurso da Taipa e pô-lo em funcionamento em 2011 e rever o ambiente de circulação da sua periferia com vista ao seu aperfeiçoamento. Quanto ao percurso da Península de Macau, iremos colaborar na melhoria do ambiente das instalações de trânsito e criar condições para promover a realização dos respectivos trabalhos de construção, consoante cada situação real.

Além disso, será esforçado a conclusão das obras de passagens superiores para peões da Rua Correia da Silva da Taipa, da Avenida dos Jardins do Oceano da Taipa e da Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado e do plano de reordenamento viário do NAPE, no sentido de estarem concluídas atempadamente e entrarem em funcionamento. À medida que realizarmos as referidas obras, vamos também aperfeiçoar o planeamento e construção da rede rodoviária e otimizar o ambiente de circulação de veículos, entre os quais se destacam a optimização e o ajustamento da rede rodoviária da periferia do posto fronteiriço da Ponte de Flor de Lótus em articulação com o túnel de acesso ao campus na ilha de Montanha da Universidade de Macau bem como o planeamento e a construção da ligação do metro ligeiro no referido posto fronteiriço com o do interior, e o início do plano de reordenamento da Rotunda da Piscina Olímpica da Taipa.

Por outro lado, vamos aprofundar a função do Grupo de Coordenação das Obras Viárias, reforçando a comunicação e coordenação entre os membros do grupo, assim como melhorar o sistema de informação geográfica e do formulário electrónico, criar uma base de dados da tubagem subterrânea com vista a intensificar a coordenação da execução das

obras através da partilha dos recursos, automação e uniformização de formato, no sentido de elevar a eficiência da execução das obras e minimizar o impacto causado à população.

1.2 Reforço do lançamento da construção do sistema de metro ligeiro e definição de estratégias adequadas de execução de obras

Com a concretização da adjudicação do fornecimento do sistema e material circulante do sistema de metro ligeiro, o sistema de metro ligeiro irá entrar na fase detalhada de concepção, assinalando o início oficial da construção do sistema de metro ligeiro. Em 2011 iremos dar continuidade aos actuais trabalhos, lançando, em primeiro lugar, a concepção detalhada do sistema na Taipa e no Cotai, e após uma ampla recolha de opiniões do público, iremos concretizar, progressivamente, o projecto de concepção das respectivas zonas, no primeiro semestre. As principais obras de construção civil serão lançadas oportunamente e de forma ordenada, de acordo com a complexidade das obras e as condições de execução de obras, prevendo que no 4.º trimestre serão iniciadas as obras de fundações dos viadutos e das estações do metro ligeiro da Taipa e do Cotai, e relativamente aos trabalhos de construção civil na Península de Macau serão também lançados de forma ordenada e de acordo com o plano.

No sentido de coordenar com o projecto de implementação das principais obras de construção civil do sistema de metro ligeiro, diminuindo os custos de operação e reparação do sistema, iremos uniformizar a concepção, fornecimento e instalação dos elevadores e escadas rolantes a utilizar no sistema de metro ligeiro, prevendo a adjudicação dos respectivos trabalhos de fornecimento para o 1.º semestre de 2011. Por outro lado, de acordo como a solução e as estratégias aprovadas relativas à rede de fornecimento de energia eléctrica, será iniciada a concepção detalhada da rede geral de fornecimento de energia eléctrica do sistema de metro ligeiro, prevendo para o 2.º semestre o início do lançamento das empreitadas de construção dos postos de transformação do metro ligeiro. Ao mesmo tempo, serão lançadas, sucessivamente, nos terrenos ao longo do traçado do metro ligeiro, os trabalhos de deslocação das tubagens subterrâneas nos locais onde os mesmos sejam necessários.

Sob o pressuposto de “garantia de qualidade, segurança e eficácia”, iremos definir as estratégias de execução de obras e planos adequados, bem como, de forma activa, criar condições suficientes e adequadas às empresas e aos trabalhadores locais na participação nos trabalhos de construção do sistema de metro ligeiro. Por outro lado, com a introdução da entidade especializada para a verificação de segurança do sistema, a concepção do sistema poderá atingir os níveis internacionais de segurança exigidos.

Foram iniciados a elaboração da documentação de concurso para a prestação dos serviços de exploração e manutenção do sistema de metro ligeiro e o estudo sobre o modelo de exploração, e o lançamento dos respectivos processos de concurso está previsto para 2011, bem como através de diferentes grupos de coordenação interdepartamentais, iremos melhorar os trabalhos de concepção do planeamento sobre a centro modal de transportes da Bar-

ra e da Estrada Governador Albano de Oliveira, na Taipa, bem como dar início ao estudo do projecto sobre a centro modal de transportes das Portas do Cerco. Com base no “Memorando de Cooperação no âmbito da Assistência Técnica do Projecto do Sistema de Metro Ligeiro entre Macau e Interior da China”, iremos, com a maior brevidade possível, iniciar o estudo sobre os diplomas legais e regulamentares relativos ao sistema de metro ligeiro, no sentido de acompanhar o funcionamento do sistema e a articulação com o Interior da China.

Tendo em conta as futuras exigências de trânsito entre as Portas do Cerco, a Zona A dos novos aterros, a ilha artificial da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, o Terminal Marítimo de Pac On, bem como o planeamento da futura quarta ligação sobre o mar, entre outros, prevê-se em 2011 o início do Estudo Preliminar sobre o Eixo de Ligação de Metro Ligeiro entre Macau e a Zona Este da Taipa, que constitui um dos dois eixos de ligação sobre o mar da rede do “duplo círculo e duplo eixo” do sistema de metro ligeiro de Macau, no sentido de discutir o modelo de trânsito que possa satisfazer o futuro desenvolvimento sustentável de Macau, bem como reforçar o metro ligeiro de Macau como o principal meio de transporte de ligação interna de Macau e de ligação regional.

Além disso, através da realização autónoma, científica e periódica de estudos e inquéritos de opinião pública, iremos dominar a atitude e as opiniões dos cidadãos em relação ao sistema de metro ligeiro. Através da organização de diferentes tipos de actividades externas, exposições, colóquios, conferências e entre outros, apresentar os detalhes à população das diversas zonas e ouvir as suas opiniões, procedendo bem os trabalhos de fiscalização e coordenação, a fim de assegurar o sucesso da realização das obras de construção do metro ligeiro.

1.3 Continuação da optimização dos serviços de autocarros e consolidação do regime de fiscalização dos táxis

Com a concretização da adjudicação do novo modelo de serviços de autocarros, vamos acelerar e levar a bom termo os trabalhos preparativos para a entrada em funcionamento do novo modelo de serviços, dando início aos diversos procedimentos administrativos e financeiros e relativos aos equipamentos e iremos manter estreita comunicação com as operadoras, acompanhar os trabalhos preparativos e tratar bem a articulação com a mudança de modelo de serviços de autocarros.

Antes da entrada em funcionamento do novo modelo de exploração, vamos reforçar a aposta no aperfeiçoamento da existente rede de carreiras de transportes públicos, alargar o âmbito de cobertura dos serviços de transportes públicos, continuar a rever as carreiras actuais e localização das paragens, estudar e implementar os respectivos planos de viabilidade relativos às instalações postos à disposição da população, assim como estudar prioritariamente o futuro arranjo de correspondência do metro ligeiro e serviços de autocarros públicos, em conjugação com a criação das paragens do metro ligeiro e da placa giratória de grande dimensão, no sentido de elevar a qualidade dos serviços de transportes públicos.

Entretanto, vamos também empenhar-nos em promover a informatização da gestão de transportes públicos e a criação do sistema inteligente, para consolidar a capacidade de fiscalização dos serviços de autocarros, as quais continuamos a criar mais sistemas de informação da localização dos autocarros e a estudar ainda o desenvolvimento de um sistema destinado à fiscalização dos autocarros, mediante o estabelecimento gradual do sistema de GPS e a introdução dos meios de gestão científica digitalizados. Vamos também colaborar com os serviços competentes na criação do sistema de pesquisa sobre as deslocações dos transportes públicos, sistema de informação do funcionamento das carreiras e sistema de operação e regulação, facilitando aos passageiros tomar conhecimento em tempo real das informações dos transportes públicos com o objectivo de encurtar o tempo de espera dos veículos.

Por outro lado, tencionamos a materializar gradualmente o regime de avaliação dos serviços de autocarros, depois da entrada em funcionamento do novo modelo de serviços. Em primeiro lugar, iremos criar um sistema de pontuação diversificado, com vista a efectuar, de forma geral, a qualidade dos serviços das operadoras e, depois, com base nisto, introduzir um regime de avaliação dos serviços de autocarros em que podem participar os utentes e as individualidades sociais, para proceder à avaliação da generalidade dos serviços de autocarros, no sentido de elevar o dinamismo das operadoras no aperfeiçoamento dos serviços.

A respeito à administração dos táxis, face à oportunidade do término do prazo da licença especial dos táxis em Agosto de 2011, por um lado, vamos aprofundar os trabalhos relativos à revisão geral das condições para renovação da licença e, em conjugação com a experiência na gestão dos táxis do exterior, estudar as medidas praticáveis que sejam aplicáveis aos serviços de táxi de Macau, optimizando, de forma pertinente, a divisão de trabalhos em termos da função dos serviços de "táxi especial", de modo a elevar, de forma geral, os serviços, por outro lado, vamos estudar a utilização dos dados recolhidos pelo sistema GPS para criar um sistema de gestão dos táxis para exercer fiscalização de forma completa e sob diversas vertentes do funcionamento dos táxis. A par disso, vamos promover o processo de revisão do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer, ou Táxis, com o objectivo de garantir melhor os direitos dos serviços dos táxis.

1.4 Racionalização das medidas de gestão do estacionamento de veículos, rentabilizando a eficiência dos espaços de estacionamento

Para atenuar a procura da população quanto aos espaços de estacionamento, procuramos planear o espaço de estacionamento de veículos consoante as particularidades das diversas zonas da RAEM, criar mais instalações de estacionamento. Iremos desenvolver os trabalhos de instalação de parquímetros nos lugares de estacionamento das vias públicas e criar zonas de estacionamento nocturno, conforme a importância e a urgência e aprofundar a análise, e criando gradualmente o sistema de estacionamento tarifado para motociclos em

diversas zonas consoante cada situação real, aumentando a rotatividade na ocupação dos lugares e a racionalização dos recursos existentes.

Por outro lado, continuamos a optimização da administração dos parques de estacionamento público e promover a construção de novos auto-silos, uma delas, a obra da Empreitada de Construção do Auto-Silo para Veículos Ligeiros na Estrada Flor de Lótus vai se concluir no 1.º semestre do ano 2011. Entretanto, iremos lançar sucessivamente concursos públicos para prestação de serviços de gestão e exploração dos parques de estacionamento público e efectuar os trabalhos preparativos para abrir mais parques de estacionamento ao uso da população. Entretanto, iremos instalar um sistema de informação e sistema de orientação do estacionamento nos Auto-Silos do Jardim Comendador Ho Yin, da Rua de Malaca e da Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, permitindo aos seus utentes ter acesso mais rápido às informações dos lugares de estacionamento. Além disso, para melhor disciplinar o funcionamento e gestão dos espaços de estacionamento particulares, vamo-nos empenhar em promover o processo legislativo do regulamento do espaço de estacionamento particular destinado ao uso público.

1.5 Optimização do sistema inteligente de gestão de trânsito, alargando continuamente o âmbito de cobertura dos serviços

Em 2011, vamos continuar a aprofundar o estudo da aplicação integrada do sistema inteligente de gestão de trânsito, pelo que, para além do estudo da base de dados do trânsito em tempo real e o sistema de mudança de controlo de tráfego, vamos consolidar a função do sistema de monitorização da rede rodoviária, otimizar a divulgação do sistema de gestão de tráfego e do sistema de informação de trânsito, assim como alargar o âmbito dos serviços do sistema inteligente de gestão de trânsito. Também vamos estudar a introdução de painéis de informações das deslocações que mostrem à população o estado do trânsito em diversos troços de tráfego, poupando o tempo nas deslocações dos condutores. No que respeita ao controlo de tráfego, vamos estudar a introdução de nova tecnologia, no sentido de elevar a precisão e abordar a viabilidade da instalação do sistema de detecção de infracções rodoviárias de outros veículos.

A par disso, vamos intensificar os passos para finalizar a preparação da construção do Centro de Informação de Tráfego, através do qual pretendemos efectuar uma vigilância geral 24 horas e estabelecer gradualmente controlo de sinais de tráfego, controlo rodoviário, regulação e coordenação, gestão e divulgação de informações e estudo dos planos de contingência, com vista a consolidar o controlo do tráfego. Face ao funcionamento efectivo do Centro e perante os eventuais acidentes de viação, vamos elaborar um manual para resposta aos acidentes de viação, incluindo os planos de condicionamento de trânsito, de controlo de sinalização luminosa, protecção dos recursos humanos e de apoio logístico. Também vamos reforçar a capacidade de gestão dos acidentes, através do exercício de simulação de grande dimensão para testar a eficácia do referido manual.

1.6 Aperfeiçoamento das instalações de aprendizagem e exames de condução e optimização dos serviços de inspecção de veículos automóveis

A fim de responder às necessidades da sociedade em relação às instalações de aprendizagem e exames de condução e tendo em conta a segurança durante a condução, bem como para se articular com o desenvolvimento da zona do COTAI, iremos mudar o Centro de Aprendizagem e Exames de Condução na Estrada da Flor de Lótus para outro local. O novo Centro de Aprendizagem e Exames de Condução localizar-se-á a Leste da Avenida do Aeroporto, e a Sul do Aeroporto Internacional de Macau. Na fase inicial, prevemos a conclusão no 3.º trimestre do ano 2011, a terraplanagem do terreno e as obras de construção. A par disso, para prestar serviços de melhor qualidade aos cidadãos, será concretizado com a maior brevidade possível o pagamento on-line do imposto de circulação, requerer a emissão da segunda via do dístico do imposto de circulação, requerer certidões e declarações referentes a veículos.

Com o aumento crescente da frota de veículos que se tem registado nos últimos anos, depois do estudo da viabilidade de cancelar o regime de chapa de experiência em 2010, iremos analisar em 2011 com os serviços competentes os pormenores e coordenar a sua implementação e promover a sua concretização. A fim de acelerar o processo de inspecção de rotina de veículos e encurtar o tempo de espera dos cidadãos, vamos adjudicar os serviços de inspecção da primeira fase, sob controlo e de acordo com o regulamento de inspecção de veículos em vigor. A par disso, vamos também efectuar os preparativos para introdução do sistema de identificação de veículos tomando como referência as experiências de outros lugares do mundo.

A fim de otimizar a aplicação da Lei do Trânsito Rodoviário e em conjugação com o desenvolvimento urbano, serão introduzidas alterações ao Regulamento do Trânsito Rodoviário. Por outro lado, tendo em vista a articulação eficaz e aplicação da Lei do Trânsito Rodoviário, será feita uma combinação do Regulamento de Aprovação das Marcas e Modelos dos Veículos Motorizados com parte do Regulamento do Trânsito Rodoviário relativamente à matrícula de veículos motorizados, assim como a revisão geral e elaboração do regulamento de homologação e matrícula dos veículos motorizados e formalidades. Em articulação com as necessidades decorrentes da política de reciprocidade da troca de carta de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau, vamos estudar e tratar as respectivas questões da área jurídica e elaborar o regulamento administrativo de licença especial de condução, por forma a aperfeiçoar o regime de licenciamento em vigor.

1.7 Auscultação das opiniões da comunidade e elevação da consciência no trânsito

Será continuada a realização de encontros regulares com os cidadãos e o sector dos transportes para auscultar as opiniões e solicitações de todas as partes quanto à melhoria

do ambiente de trânsito. Por outro lado, através do funcionamento do sistema telefónico inteligente da nova geração da Linha Aberta para Assuntos de Tráfego, tratamos com maior eficiência no que diz respeito à divulgação de informações, inquéritos por ocasião do lançamento de políticas e até serviços de notificação aos cidadãos, poderemos assim oferecer melhores serviços personalizados.

A promoção da segurança rodoviária é uma tarefa que exige persistência. Para despertar uma maior atenção sobre a segurança rodoviária, vamos continuar a lançar, sob diversas formas, campanhas de sensibilização direccionadas aos idosos, estudantes e população em geral. Para além de fazer bom uso das instalações didácticas do Centro de Informação da Segurança Rodoviária, propiciamos jogos em que podem participar os pais e filhos, enriquecendo as actividades realizadas por ocasião da Campanha de Sensibilização da Segurança Rodoviária e iremos alargar a dimensão da actividade do “Embaixador de Segurança Rodoviária”. Também vamos penetrar nas escolas e na comunidade, para realizar de forma itinerante actividades relativas à promoção da segurança no trânsito, transmitindo as mensagens da segurança no trânsito em todas as camadas da comunidade.

2. Transporte Aéreo

Em concretização da política de diversificação de turistas, iremos acelerar a ligação do aeroporto com o eixo de trânsito de Pac On, para promover a ligação de transporte aéreo com marítimo. Além disso, em articulação com o desenvolvimento contínuo, o Aeroporto Internacional de Macau terá como rumo de desenvolvimento um aeroporto internacional multi-funcional de pequena e média dimensão. Para o efeito, iremos definir o ano 2030 como ano do objectivo do “Plano de Desenvolvimento Global do Aeroporto Internacional de Macau”, planeando, de forma racional, através de estudos científicos, as infra-estruturas necessárias ao Aeroporto Internacional de Macau nos próximos 20 anos e prevendo o respectivo funcionamento, incluindo, entre outros, a expansão da plataforma de estacionamento de aeronaves (apron), a expansão da área do terminal de passageiros e a melhoria da pista, etc. Para concretizar este plano de desenvolvimento, iremos estudar formas de investimento, elaborar um calendário de trabalho e implementar o trabalho em conformidade com o mesmo.

Por outro lado, também iremos integrar os resultados do Estudo de Mercado da Aviação Civil de Macau e Relatório de Estratégias de Auscultação ao planeamento das instalações portuárias, de modo a projectar uma via mais aperfeiçoada de transportes marítimo e aéreo, assim como determinar estratégias para o desenvolvimento sustentável dos transportes marítimo e aéreo locais.

2.1 Promover activamente o desenvolvimento da aviação civil e construir um hub de aviação civil da Ásia-Pacífico

Com o desenvolvimento contínuo da indústria do turismo em Macau, o número de turistas que visitam Macau, especialmente provenientes do interior da China, continua a au-

mentar anualmente. Como tal, o desenvolvimento do serviço de helicópteros entre Macau e Shenzhen conseguiu alcançar os objectivos desejados. Em articulação com o objectivo do Governo da RAEM de exploração de fontes de turismo com elevado poder de compra, iremos encetar negociações, no próximo ano, com a Autoridade de Aviação Civil da China, a fim de aumentar os pontos de destino no Interior da China para helicópteros e os limites à respectiva capacidade, de acordo com o desenvolvimento do mercado e as exigências do sector em causa. Entretanto, também iremos acompanhar activamente os trabalhos da construção do novo heliporto no Terminal de Pac-On, optimizando o projecto para que corresponda às futuras necessidades de desenvolvimento dos serviços de heliportos do Delta do Rio das Pérolas.

Ao adoptar políticas aéreas liberais, para maximizar os presentes direitos de tráfego aéreo, continuar a promover a cooperação recíproca das companhias aéreas locais e estrangeiras, implementar a articulação de serviços de voos eficientes e promover o descongestionamento do tráfego, pode transformar-se num hub aéreo de acesso fácil às regiões da Ásia-Pacífico. Simultaneamente, e para se coadunar com o posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e lazer, o Governo continuará a incentivar as companhias aéreas locais na expansão e diversificação das fontes de passageiros, assim como na construção de Macau como um ponto de destino turístico.

2.2 Elaborar legislação no campo da segurança operacional da aviação, intensificar o trabalho de gestão da aviação

Para promover a segurança, e na sequência da exigências feita aos operadores, em 2009, para a implementação efectiva do sistema de gestão de segurança, vamos elaborar a política de segurança, reforçar a segurança dos voos, do controlo de tráfego aéreo, da manutenção, entre outras, e a formação de pessoal. Com base nos trabalhos de estudo e de acordo com a criação do "Plano de segurança nacional" exigida pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) aos seus Estados membros, elaborar-se-ão um conjunto de projectos na área da segurança operacional que se enquadrem na situação concreta de Macau, incluindo a definição de políticas e objectivos de segurança operacional, gestão de riscos de segurança operacional e medidas de garantia da segurança operacional. O plano de segurança operacional de Macau articular-se-á com o sistema de gestão de segurança operacional já implementado pelos operadores, por forma a reforçar a responsabilidade dos operadores e do Governo nesta matéria e envolver todos na promoção de um sistema de gestão de segurança operacional, com o objectivo de se criarem mecanismos de gestão de segurança operacional a longo prazo.

Presentemente, estamos empenhados na elaboração da proposta de "Lei da investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos e da protecção da informação de segurança aérea", prevendo-se que o diploma possa entrar em processo legislativo em 2011 e ser implementado em 2012. Esta proposta de lei, para além de definir claramente as atribuições e responsabilidades necessárias para a investigação de acidentes, também determinará um sistema de

confidencialidade da informação e comunicação de informações de segurança operacional, não punitiva, por parte dos operadores deste sector, com o intuito de incentivar o sector a adoptar uma atitude activa e dinâmica, e encontrar factores que possivelmente possa originar incidente e assim prevenir os acidentes, através de auto-supervisão de rotina.

3. Transporte marítimo

Com o desenvolvimento acelerado do serviço de transporte marítimo de Macau e, em conjugação com o aumento de itinerários marítimos e de viagens, nos termos do Regulamento Administrativo – Transporte Marítimo de Passageiros – iremos redobrar a fiscalização sobre as operadoras, otimizar o serviço de transporte marítimo de Macau e a gestão de itinerários marítimos; estudar a optimização de instalações complementares aos itinerários marítimos, dinamizar a integração na Região do Delta do Rio das Pérolas e a interligação entre as infra-estruturas marítimas, aperfeiçoar medidas marítimas complementares, melhorar a qualidade do serviço de transporte marítimo de passageiros e impulsionar o serviço de transporte marítimo e aéreo de Macau e da Região do Delta do Rio das Pérolas. Reforçaremos a supervisão sobre a navegação e a capacidade de salvamento e zelaremos pelo desenvolvimento do papel como plataforma do Centro de Informação Marítima são as prioridades do próximo ano.

3.1 Reforçar a supervisão sobre a segurança de navegação, prevenir ocorrência de sinistros no mar

Tendo em conta os aterros da ilha artificial da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, bem como os novos aterros urbanísticos – Zona A – prevê-se que no ano que vem, várias centenas de embarcações de obra e batelões de transporte de areia vão demandar as áreas acima referidas através do canal de acesso ao Porto Interior. Em 2011, reforçaremos, de acordo com a necessidade e de forma aprofundada, a supervisão sobre a segurança da navegação das embarcações rápidas e demais embarcações que demandam aquelas áreas marítimas; potenciar o patrulhamento no mar à procura de reprimir infracções com eficácia durante o referido período da execução de obras, prevenindo a ocorrência de acidentes.

Além disso, realizaremos estudos sobre a comparticipação de informações do VTS de Zhuhai e Macau, para supervisionar eficazmente a segurança das embarcações que demandam as áreas marítimas confinantes a Macau, em destaque, para gerir as embarcações de obras afectas à construção da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, garantindo a segurança de navegação de Macau.

Em articulação com a construção do novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, planearemos os canais e bacias exclusivos e aperfeiçoaremos a colocação de balizas e as disposições de navegação etc., destinados às embarcações rápidas a demandarem o referido terminal, criando condições de segurança de navegação do transporte marítimo.

3.2 Ampliar a capacidade de resposta de emergência e aperfeiçoar a administração portuária e de terminais marítimos

Reforçar o mecanismo contingente para fazer face a sinistros no mar é uma das prioridades do próximo ano. Iremos ampliar as forças de salvamento, melhorar a cooperação dos serviços competentes no âmbito de busca e salvamento no mar, reforçar o treino do pessoal de salvamento no mar, com vista a potenciar a capacidade de resposta de emergência.

Com vista a reforçar a gestão de informações sobre tráfego marítimo, iremos reforçar o papel como plataforma do Centro de Informações Marítimas, fornecendo informações úteis à gestão de tráfego marítimo e monitorização dos cais de atracação nos terminais marítimos. Através do centro supracitado, forneceremos aos serviços competentes informações relativas ao número de passageiros transportados pelas embarcações de passageiros, com vista a permitir fazer ajustamentos prévios de acordo com a necessidade.

Reforçaremos os contactos e coordenação entre os postos fronteiriços situados no Delta do Rio das Pérolas. Entretanto, empenhar-nos-emos no aperfeiçoamento dos “software” e “hardware” dos três terminais marítimos de passageiros de Macau. Procederemos à revisão do modelo de gestão dos terminais marítimos de passageiros, prestando um serviço de transporte marítimo de qualidade aos residentes e visitantes, de modo a promover o desenvolvimento da indústria do turismo de Macau.

Em resposta à necessidade de gestão dos terminais marítimos de passageiros, elaboraremos regulamento de gestão dos terminais marítimos de passageiros, com vista a potenciar a gestão dos mesmos. Além disso, procederemos ao aperfeiçoamento e actualização dos regulamentos sobre a navegação e actividades portuárias. Reforçaremos equipamentos de vigilância nos terminais marítimos; zelaremos pela formação do pessoal de gestão dos terminais marítimos, bem como reforçaremos o patrulhamento, de modo a aumentar a eficiência de gestão dos terminais marítimos, dando articulação à necessidade de desenvolvimento dos terminais marítimos e da actividade portuária.

3.3 Ampliar a utilização do Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca e obras de ampliação do Museu Marítimo

Apoiar o desenvolvimento a longo prazo da pesca local e prestar ajuda oportuna aos pescadores é uma das políticas de apoio sectorial do Governo da RAEM. Com vista a redobrar o apoio à pesca de Macau, nos termos do “Regulamento do Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca”, iremos otimizar continuamente o funcionamento do fundo em causa e aperfeiçoar o respectivo plano de apoio. Em 2011, continuaremos a ouvir o sector da pesca, através da Comissão Consultiva das Pescas e a prestar aos pescadores apoio económico, mediante o “Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca”, apoiando o sector da pesca a desenvolver-se de forma sustentável.

Com vista a proteger os valiosos recursos do património mundial, evidenciar as características culturais locais, articular com a meta do desenvolvimento do Centro Internacional de Turismo e de Lazer e com o desenvolvimento das indústrias tradicionais e criativas, realizaremos um estudo aprofundado sobre o alargamento físico do Museu Marítimo, para transformar o Museu Marítimo num museu de grande qualidade caracterizado pelas culturas marítimas chinesa, portuguesa e de Macau com visão internacional.

VIII. Protecção do Ambiente e Energia

1. Protecção do Ambiente

As questões ambientais são matérias bastante e globalmente atendidas. Muitos países estão a adoptar medidas em diferentes níveis para reduzir emissões e carbono, com o fim de proteger o ambiente e responder às alterações climáticas.

Com o rápido desenvolvimento social, as acções de protecção ambiental têm de ser acompanhadas com a evolução do tempo. O ano 2011 será o ano de muitos desafios para a promoção das acções de protecção ambiental, mas enfrentaremos esses desafios, com antecedência e prudência.

Em 2011, continuar-se-á a seguir os três eixos: “Planeamento Geral e Cooperação Regional”, “Controlo da Poluição” e “Sensibilização e Educação”, para fazer estudos sobre o ruído, o ar, a qualidade da água e sobre a poluição luminosa, e promover as respectivas medidas de controlo. E irá reforçar a cooperação regional, a prevenção e controlo conjunto e otimizar as infra-estruturas ambientais. Por outro lado, o lançamento de uma série de programas de divulgação tem como perspectiva elevar o nível de conhecimentos da população sobre a importância da protecção ambiental, para ter uma visão de “transformar Macau num centro urbano de baixo carbono e partilhar uma vida ecológica”.

1.1 Aprofundamento do planeamento e avaliação ambiental e Intensificação do controlo e monitorização do ambiente

Após a conclusão da consulta pública do Quadro Geral do Planeamento Conceptual da Protecção Ambiental de Macau (2010–2020), irá continuar em 2011 o planeamento ambiental de Macau, a cooperação com o Instituto das Ciências Ambientais do Sul da China do Ministério de Protecção Ambiental, nomeadamente o estudo sobre o planeamento ambiental geral e planeamento específico que visa avaliar e analisar os sete factores ambientais, referentes ao ar, água, ecologia, ruído, luz, resíduos sólidos, radiações, e será concluída a redacção do primeiro texto Planeamento da Protecção Ambiental de Macau a servir como índices de planeamento sobre a qualidade do ambiente de Macau.

Tendo como base o texto “Abordagem à criação de um regime de avaliação de impacto ambiental” e os dados recolhidos sobre a criação do regime, planeia-se formular as instruções gerais e definir os critérios técnicos, padrões e normas no que diz respeito à avaliação ambiental.

Em simultâneo, será planeada a melhoria gradual do sistema de monitorização do ruído e elaborado o mapa de ruído local, conjugando os dados de detecção na toda região e a maquete de análise dos ruídos, com finalidades de proporcionar fundamentos científicos para a avaliação de ruído, minorar o problema e melhorar o ambiente.

No que diz respeito à monitorização da qualidade do ar, segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde(OMS), será intensificada, de forma gradual, a monitorização de Partículas Inaláveis em Suspensão(PM2,5), e serão melhorados, conforme as circunstâncias, os índices existentes sobre a qualidade do ar, substituindo e actualizando gradualmente os equipamentos de monitorização. Por outro lado, será reforçado o mecanismo da previsão das condições climáticas, sendo alargada a previsão, de 4 quatro dias para 7 dias. Prevê-se ainda que, no 2.º semestre de 2011, será lançada a previsão periódica das condições climáticas, bimensal ou trimestral.

Em conformidade com o planeamento urbanístico do novo aterro e das zonas marginais, proceder-se-á ao estudo sobre a Estratégia para Avaliação Geral e Melhoria da Qualidade das Águas nas Zonas Costeiras de Macau visando, através da monitorização e pesquisa sistemática, a formulação ordenada de propostas estratégicas para melhorar, passo a passo, a qualidade da água nas zonas costeiras da cidade.

Para que sejam cumpridos os deveres relativos à aplicação da convenção internacional e para articular com o objectivo nacional de reduzir, até 2020, entre 40-45% a intensidade das emissões de carbono, em relação ao nível de 2005. Portanto, será desenvolvida, em 2011, uma série de estudos e investigações com que se determina, por forma científica, a situação da redução de carbono em Macau e será efectuada a abordagem ao desenvolvimento de baixo carbono, a servir como fundamentos e referências para o desenvolvimento de trabalhos de redução de emissões no futuro. Em simultâneo, irá conceber o ano 2016 como o momento da revisão intercalar, dividindo a aplicação de redução para duas fases, em que a primeira fase será de preparação e de evolução.

1.2 Intensificação do controlo das fontes poluidoras atmosféricas e tentar experimentar a utilização dos eco-veículos

A emissão de gases poluentes por veículos é uma das principais fontes móveis de poluição atmosférica. Para o efectivo controlo de poluição, iremos centrar, em 2011, o controlo na emissão de gases poluentes por veículos motorizados em circulação, incluindo a realização de estudo sobre a activação dos critérios para o controlo da emissão de gases poluentes por veículos motorizados em circulação, a promoção do uso de filtro de partículas no escape dos veículos com motor propulsado a diesel, a abordagem à política de eliminação de veículos velhos. Por outro lado, em cooperação com o Ministério das Ciências e da Tecnologia, iniciar-se-á o projecto de estudo "Demonstração sobre o controlo da emissão de gases poluentes por veículos motorizados", com o intuito de avaliar a poluição causada pela emissão de gases poluentes por veículos motorizados.

Além disso, será concluído o plano de estudo sobre recomendações e demonstração das soluções técnicas para diversos tipos de eco-veículos e com base dos resultados obtidos do estudo, irá avançar o estudo sobre o planeamento de infra-estruturas complementares que, na medida possível, serão aplicadas a título experimental. E que ao mesmo tempo, através de medidas tributárias de incentivo, será incentivada a introdução e o uso de eco-veículos ligeiros, de forma a melhorar a qualidade do ar de Macau.

Quanto às fontes fixas de poluição atmosférica, dar-se-á a continuidade às pesquisas sobre a emissão de poluentes e elaborar, de forma ordenada, o inventário das fontes fixas de poluição em Macau com vista a concretizar a política estratégica de redução de emissões e poluição local e regional, bem como as “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008-2020)”, no que se refere ao controlo e prevenção conjuntos e ao desenvolvimento de um círculo de qualidade de vida na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas.

Relativamente às questões da poluição por fumos oleosos e cheiros provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas, em 2011, continuaremos seguir o princípio de “controlar a partir da fonte” na definição da estratégia do respectivo controlo, bem como estudo de concessão de apoio financeiro, mediante Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), aos pequenos e médios estabelecimentos de empresas de restauração e bebidas com vista a minorar a poluição por fumos oleosos e cheiros.

1.3 Melhoria de diplomas legais no domínio ambiental e avaliação atempada dos respectivos critérios e instruções

Após a conclusão da revisão do diploma legal sobre ruído ambiental, designadamente no que diz respeito à inclusão de matérias como a regulamentação e o controlo do ruído social e dos equipamentos de bate-estacas, proceder-se-á à pesquisa contínua das outras fontes de poluição sonora, destacando-se, os ruídos provenientes do ar condicionado, equipamentos de ventilação, da baixa frequência, entre outros, abordando o aperfeiçoamento das estratégias e dos critérios de controlo das fontes de poluição sonora.

Quanto à poluição luminosa, efectuar-se-á em 2011 a implementação, a título experimental, dos critérios para controlo da intensidade luminosa proveniente das placas publicitárias, das iluminações decorativas e dos painéis LED no exterior dos edifícios, bem como a avaliação atempada dos respectivos resultados e, em conformidade com a característica e o futuro desenvolvimento de Macau, proceder-se-á ao estudo sobre as estratégias do controlo da poluição luminosa, e assegurar, a longo prazo, o ambiente habitacional de Macau.

No que diz respeito à promoção da construção ecológica, proceder-se-á, em 2011, à elaboração das respectivas instruções e estudo, em cooperação com os sectores e os serviços responsáveis pelas obras públicas, no sentido de seleccionar áreas e projectos-piloto para serem concretizados prioritariamente, bem assim como à avaliação atempada dos respectivos resultados, com vista a melhorar o conteúdo das instruções ambientais.

Por outro lado, dar-se a continuidade promover a inclusão dos conceitos e elementos ecológicos nas obras públicas para que sejam adoptadas formas de execução de obras e escolhidas materiais amigas do ambiente, desempenhando o papel propulsor.

1.4 Sensibilização e educação contínua e alargada, para incentivar a participação de toda a população

No percurso da protecção ambiental, a participação de toda a população é sinónimo de uma base sólida. No próximo ano, serão promovidas, de forma mais vasta e profunda, acções de sensibilização e educação ambiental, para aumentar gradualmente a consciência da população sobre a importância da protecção do ambiente.

As infra-estruturas ambientais existentes, tais como a Central de Incineração de Resíduos Sólidos e as Zonas Ecológicas junto ao COTAI, podem servir como matéria e meio animados de educação ambiental e de divulgação das ciências. No futuro, continuar-se-á a aproveitar estas infra-estruturas ambientais, nomeadamente a organização de visitas às infra-estruturas ambientais destinadas às associações e escolas, transformando, passo a passo, estas infra-estruturas ambientais numa base de educação ambiental, destacando-se, o plano de organização da exibição interactiva de modelos e miniaturas e a optimização da programação e guia de visita, no âmbito ambiental. Será efectuada gradualmente a optimização das Zonas Ecológicas junto ao COTAI, a construção de observatórios de aves em locais apropriados, para que a população, especialmente os estudantes, possam partilhar mais estabelecimentos de sensibilização e educação ambiental.

Com o lançamento dos Planos de Parceria “Eco-Escolas” e “Empresas Verdes”, continuar-se-á aprofundar o conteúdo dos projectos para a elaboração de instruções adequadas às escolas para que estas promovam acções de protecção ambiental, bem como das matérias de ensino relativas ao ambiente que melhor se adequam à educação local. Por outro lado, será providenciada formação e apoio à equipa de educação com vista a promover a educação e a gestão ambiental nos estabelecimentos de ensino.

Quanto ao Plano de Parceria “Empresas Verdes”, serão elaboradas instruções destinadas às empresas aderentes, mais abrangentes, mais exequíveis e mais adequadas ao exercício. E, para reforçar os conceitos ambientais em cada empresa aderente, será prestada formação direccionada aos empregados, para intensificar, passo a passo, os conhecimentos sobre protecção ambiental.

Em simultâneo, vai ser optimizados os critérios de avaliação do Prémio Hotel Verde Macau, para incentivar o sector a elevar de forma contínua a sua performance relativa à protecção ambiental, em prol do desenvolvimento da posição de Macau enquanto um “Centro Internacional de Turismo e de Lazer”.

O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE) tem por finalidade conceder apoio financeiro às pequenas e médias empresas e associações. Em princí-

pio, o apoio financeiro será concedido prioritariamente aos projectos com potencialidades para melhorar a qualidade do ar, promover a conservação de energia e a poupança de água. Através destas medidas, espera-se que poderá incentivar as empresas ou associações a participarem nas acções de protecção ambiental e promover o desenvolvimento da indústria verde, que ao mesmo tempo, fortalecer-se-á o intercâmbio e a cooperação entre as empresas verdes e os fornecedores de produtos e serviços ecológicos, com vista a promover a diversificação da indústria verde em Macau.

Em paralelo, será lançado, o “Plano de gestão ambiental para os serviços públicos” que visará promover e difundir as práticas de gestão ambientais lideradas pelos serviços públicos. Na fase inicial, procederá ao estudo para elaboração de propostas de eco-aquisição viáveis. Além disso, dar-se-á início ao estudo sobre o regime de eco-etiquetagem, baseado nos trabalhos da eco-aquisição.

1.5 Criação da base de dados ambientais e optimização das instalações de tratamento de resíduos

Para melhorar a gestão de informação sobre o ambiente de Macau, planeia-se a criação da base de dados ambientais e a melhoria do sistema de informação geoambiental. Esta terá por objectivo melhorar a organização dos dados ambientais de Macau, recolhidos ao longo dos anos, arquivando e analisando os dados obtidos da monitorização do ambiente, estabelecendo um sistema de informação geoambiental abrangentes que permitirão à população conhecer as informações geoambientais locais.

O plano de optimização das infra-estruturas ambientais existentes está a avançar ordenadamente. Procurar-se-ão, dentro de ano, a realização das obras da modernização e expansão da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau, e da modernização do sistema de purificação de gases no Central de Incineração de Resíduos Sólidos (Central Inicial). Também será concluída a modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa. Além disso, o contrato de concessão da prestação de serviços de remoção e limpeza dos resíduos sólidos urbanos terminará em 2011, pelo que, será aberto o respectivo concurso público internacional para assegurar a melhoria contínua da qualidade dos serviços de remoção e transporte dos resíduos sólidos urbanos, no sentido de melhorar e manter a higiene e limpeza da cidade.

Tendo em conta a água é um recurso precioso, segundo o “Programa de Poupança de Água de Macau”, vai então proceder-se à escolha dum local adequado para a construção de uma estação de reutilização de água, de forma a maximizar a reciclagem daquele recurso. Esta estação visará o tratamento aprofundado de parte das águas recuperadas pela Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane, para ali serem transformadas em águas com qualidade adequada para reutilização. Por sua vez, as águas reutilizáveis serão utilizadas na arborização, autoclismos, e destinadas ao consumo para fins paisagísticos.

Para resolver, a longo prazo, o problema sobre o destino final para a deposição de resíduos de construção, serão criadas, em 2011, condições para promover a reutilização de materiais de construção inertes e não nocivos e será efectuada a abordagem às formas de tratamento desses materiais de longo prazo, mediante cooperação regional. Por outro lado, o projecto de estudo “Demonstração sobre prevenção da poluição, gestão e tratamento de resíduos electrónicos” será concluído em 2011 e servirá de base à proposta viável para regular e controlar a poluição por estes causada.

1.6 Assegurar o abastecimento de água e construir uma cidade economizadora de água

Nos Invernos e nas Primaveras dos últimos anos, Macau tem sido afectado pelo aumento de salinidade de água (ou maré salgada). Pelo que continuaremos a redobrar a cooperação com os organismos competentes do Interior da China, na aplicação de medidas de transferência de água doce para diluir a salinidade de água, para garantir a segurança no abastecimento de água a Macau.

Vai criar-se uma subunidade específica, dentro da Capitania dos Portos, no âmbito dos assuntos relativos à gestão e planeamento dos recursos de água, bem como ao aperfeiçoamento institucional da gestão dos recursos de água de Macau. Em 2010, elaborámos o “Programa de poupança de água de Macau”, que define a meta a alcançar e o rumo a ser seguido nos próximos 15 anos, transformando gradualmente Macau numa cidade economizadora de água. As acções contempladas no programa acima referido que serão levadas a cabo são: aprofundar a educação e divulgação; divulgar métodos de poupar água e generalizar a utilização de dispositivos de poupança de água, etc. Implementar em geral, a partir de 2011, o novo mecanismo regulador de tarifas de água, no qual é introduzido o conceito de tarifas de água por categoria e tarifas de água progressivas, com vista a promover a poupança de água de forma aprofundada através dos meios económicos. Entretanto, iremos, de acordo com o planeamento, explorar e criar gradualmente o sistema de água reciclada, iniciar obras de ampliação de capacidade de reserva de armazenamento dos reservatórios locais e aperfeiçoar um plano contingente de fornecimento de água.

2. Políticas energéticas

No ano 2011, em conciliação com o desenvolvimento da sociedade e da economia, promovendo continuamente os diversos trabalhos da área de energia, a fim de assegurar o fornecimento seguro, estável, ecológico e económico de energia. Ao mesmo tempo, irá ser intensificada a cooperação regional para o desenvolvimento energético, reforçando-se a construção das infra-estruturas energéticas e interligações regionais, persistindo-se na execução das políticas de conservação energética e de redução das emissões, bem como no reforço dos trabalhos de promoção e de divulgação da conservação de energia.

2.1 Início da reforma do mercado de electricidade e promoção do desenvolvimento sustentável de electricidade

Em resposta ao crescimento da procura de electricidade, será concluída, em 2011, a construção da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV que ligará Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), cujos dois circuitos poderão entrar em funcionamento no mesmo ano, permitindo assim aumentar ainda mais as capacidades de transmissão das redes eléctricas entre as duas regiões e assegurar a estabilidade do fornecimento local de energia. Quanto ao terceiro circuito da segunda interligação de transmissão, estará previsto o seu funcionamento para 2013. Nessa altura, a capacidade total de transmissão com a rede interligada dobrará, estimando-se que a mesma possa satisfazer as necessidades de consumo energético até 2015.

Para aumentar a capacidade de distribuição de electricidade local, a rede local teve reestruturação iniciada desde 2006, sendo a primeira fase concluída em 2010, com três partes. Em 2011, prosseguir-se-á com a segunda fase de reestruturação, com quatro partes, para o reforço das ligações da rede de distribuição eléctrica nas várias zonas, que deverão ser concluídas dentro do mesmo ano. Em conjugação com o plano de aterros para as novas zonas urbanas e com a construção do sistema de metro ligeiro, será iniciado o estudo técnico para aplicação de construção de subestação subterrânea para maximizar os recursos de terra, correspondendo ao futuro desenvolvimento da cidade e consequente necessidade de electricidade.

No que respeita ao desenvolvimento do mercado de electricidade, aproveitando a oportunidade surgida com o novo contrato de concessão de electricidade, o Governo realizou com sucesso, como previsto no projecto, a liberalização parcial do mercado de electricidade, a fim de assegurar o fornecimento contínuo e estável de electricidade. O novo contrato de concessão, com um prazo de 15 anos, permitirá uma diminuição da taxa de retorno sob o investimento, de 12%, no passado, para um único dígito, sendo introduzidos outros conteúdos no contrato, em que se incluem: a promoção do desenvolvimento das energias renováveis, a reforma da gestão dos fundos tarifários, estipulações adicionais relativas às compensações e penalizações nos casos de interrupções do fornecimento de energia eléctrica, reforço do mecanismo de controlo, as obrigações da concessionária, entre outros. Paralelamente, irá também ser reforçada a divulgação de informações para aumentar a transparência do funcionamento da concessionária.

Correspondendo à liberalização no segmento de transmissão e produção de electricidade a montante e à introdução de concorrência, estão a ser realizados diversos trabalhos complementares e estudos, incluindo estudos e análise de um novo contrato de concessão, a definição dos diversos segmentos nas diferentes circunstâncias do mercado de electricidade, leis e regimes básicos no domínio da electricidade, entre outros.

Em 2011, irão ser encetados estudos e a preparação da “Lei de Bases da Electricidade”, de modo a estabelecer o quadro legal e as orientações políticas necessárias conducentes à

progressiva liberalização do mercado. Nisto se inclui, o estabelecimento de regimes básicos necessários para assegurar o fornecimento seguro, o licenciamento, a obtenção de electricidade, o funcionamento do sistema e do despacho e a salvaguarda da concorrência, entre outros. Serão feitos todos esforços no sentido de terminar os procedimentos de consulta e entrar em processo legislativo da referida lei, em três anos.

Irá ser dada continuidade aos estudos e à elaboração das normas técnicas sobre a segurança da ligação das redes de electricidade, desenvolvendo esforços para que estas normas possam entrar no processo legislativo em 2012. Paralelamente, irá ser também iniciado o estudo do “Regulamento da Rede Eléctrica” com vista a definir as normas necessárias, regras, requisitos e procedimentos para a regulamentação da rede pública de electricidade da RAEM, em termos de funcionamento, manutenção, desenvolvimento, interligação, bem como outros aspectos, após a abertura do mercado, de modo a assegurar o fornecimento e a justa concorrência.

Em 2011, irá ser dado início ao trabalho da reestruturação do mecanismo das tarifas energéticas e sua actualização, incluindo a ponderação acerca do regime de tarifas progressivas e ajustamento de faixas horárias e de preços, optimizando a estrutura tarifária utilizada há já bastante tempo, para reflectir melhor os seus custos. Entretanto, será elaborado no próximo ano o programa de consulta pública.

2.2 Aperfeiçoar a base legal dos serviços de gás de cidade, garantia de um fornecimento estável a longo prazo

Em 2011, será iniciado o estudo sobre o regime de preços do gás natural, com uma ideia inicial de fixar os diferentes preços relativamente a residências, sector comercial e empresarial, esperando-se concluir o regime de preços dentro do decorrente ano, para logo ser submetido a consulta pública. Paralelamente, a fim de reforçar a aplicação da energia limpa e assegurar um abastecimento a longo prazo estável e suficiente do mercado de gás natural, ir-se-á continuar a intensificar a cooperação regional assegurando os serviços diversificados de fornecimento energético.

Além disso, consultado o método de tratamento dos assuntos de electricidade, irá ser reforçada a fiscalização junto da concessionária do gás natural, a fim de aumentar a transparência do funcionamento e da rentabilidade da concessionária, para que esta seja sujeita a uma supervisão pública.

No ano de 2011, continuar-se-á a proceder à revisão e aperfeiçoamento dos regulamentos sobre as tecnologias relacionadas com combustíveis e o funcionamento do seu mercado, dedicando esforços para que estes diplomas passem ao processo legislativo dentro do mesmo ano. Ao mesmo tempo, depois da fase de consulta, será feito o trabalho de revisão do “Regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis”.

Dar-se-á início aos estudos dos regulamentos técnicos sobre as normas dos camiões cisterna de gases combustíveis, as suas normas e padrões técnicos de segurança em vias públicas, etc., com o objectivo de aperfeiçoar ainda mais as diversas leis básicas relacionadas com o mercado de gás natural.

2.3 Testes graduais dos projectos de energia renovável e implementação das políticas ambientais

Os estudos, exploração e utilização das energias renováveis têm constituído uma das políticas energéticas do Governo da RAEM. Decorrido um período de estudos, de condução de experiências nos locais de teste, de recolha de dados, análises e avaliação da viabilidade da utilização concreta da energia solar para o aquecimento de água, foi publicado o “Manual sobre o aquecimento de água através da energia solar em Macau”. Em 2011, irão ser desenvolvidos estudos para a elaboração de um regulamento técnico sobre a instalação dos sistemas de aquecimento de água a energia solar.

Ao mesmo tempo, proceder-se-á ao estudo do estabelecimento de regulamentos técnicos relativos à ligação do sistema de energia solar fotovoltaica à rede eléctrica, ao sistema de contagem de despesas bidireccionais e à sua instalação, bem como a preparação de outros regulamentos jurídicos, promovendo a utilização diversificada da energia solar no Território, sendo previsto o processo legislativo destes diplomas em 2012.

Será continuada a promover a implementação do programa de conservação de energia para os serviços governamentais e aprofundar os trabalhos respeitantes nos serviços públicos. Com base nas experiências do “Método de avaliação ambiental de edifícios (Building Environmental Assessment Method)” de Hong Kong, na informação relacionada com a metodologia de avaliação dos efeitos da conservação energética e na formação do pessoal, terminada no ano transacto, pretender-se-á aplicar em 2011 um método de avaliação do desempenho energético em determinados serviços que servirão como locais de teste proceder ao aperfeiçoamento da referida metodologia, com vista a uma futura implementação plena nos serviços governamentais.

No quadro dos projectos de teste dos produtos de poupança de energia e da promoção destes produtos, prosseguirão os projectos de teste dos sistemas de ar condicionado, elevadores e dos produtos de LED. Espera-se que os efeitos práticos dos testes possam incentivar a utilização destes produtos energeticamente eficientes por serviços governamentais, mundo empresarial e pelos cidadãos, promovendo a vulgarização do uso dos produtos de alta eficiência. Além disso, continuar-se-á a realizar um teste de grande envergadura sobre a utilização de lâmpadas de conservação energética para a iluminação nas vias rodoviárias e estudo de orientações sobre a colocação de lâmpadas LED nas iluminações públicas, a fim de conservar a energia.

2.4 Conclusão das obras de construção do armazém intermediário de combustíveis da Ilha Verde e aperfeiçoamento do mecanismo de controlo

No que respeita ao projecto do armazém intermediário provisório da Ilha Verde, continuamos a exercer um controlo rigoroso sobre o processo de trabalho e fazemos esforço para que entre em funcionamento no 1.º trimestre de 2011, altura em que será centralizada a gestão dos armazéns de combustíveis que operam de forma dispersa em cinco locais da mesma zona, para além de se adoptar um sistema de prevenção de incêndio independente e de vigilância de 24 horas, assim como a introdução de mecanismo da fiscalização pela população, nos sentidos de atenuar as preocupações sobre a segurança, e de aumentar a segurança operacional do armazém.

Atendendo a que a sociedade sempre presta atenção sobre a questão de mudança dos depósitos de distribuição de combustível da Ilha Verde, esperamos que poderá procurar um local adequado através de articulação com o lançamento dos futuros trabalhos de elaboração do plano director urbanístico, garantindo que não serão existir quaisquer instalações de depósito de distribuição de combustível no Bairro da Ilha Verde. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau reiterou que a presente instalação do depósito provisório de distribuição de combustível é de carácter transitório, e no futuro planeamento do Bairro da Ilha Verde não será existir quaisquer depósitos de combustível. Do ponto de vista de longo termo, quanto à questão de existência ou não do depósito de distribuição de combustível, aproveitando a oportunidade da realização de novos aterros, esperamos que pode ouvir as opiniões dos sectores em conjunto com os colóquios técnicos, mediante a oportunidade do planeamento urbanístico dos novos aterros, procurando assim um consenso social no sentido de melhorar a questão respeitante ao depósito de distribuição de combustível da Ilha Verde.

IX. Telecomunicações, Correios, e Ciência e Tecnologia

1. Telecomunicações

Para desenvolver Macau como um Centro Internacional de Turismo e de Lazer, e aproximar a cooperação regional, é condição indispensável a existência de comunicações avançadas e de alta qualidade. Portanto, é necessário aprofundar a liberalização do mercado das telecomunicações, incrementar a infra-estruturas e introduzir serviços de telecomunicações diversificados, de boa qualidade e a preço razoável.

1.1 Oportunidade de reformar e desenvolver o mercado das comunicações e das tecnologias de informação

Na sequência da definição do calendário da liberalização do mercado de telecomunicações, iniciou-se em 2010 a elaboração da legislação da rede fixa pública de telecomunicações

e o processo de concurso para os respectivos operadores, e iniciando-se o licenciamento em 2011. A construção da nova rede é um passo importante para a liberalização do mercado e a introdução dos serviços, iremos acompanhar com a implementação dos trabalhos, para que se alinhe com a evolução constante da situação de desenvolvimento.

Na sequência do desenvolvimento harmonioso entre Guangdong – Hong Kong – Macau, da construção do Campo da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (em Hengqin) e etc., o espaço de desenvolvimento para o mercado de telecomunicações será alargado. O Governo, aproveitando a oportunidade, irá fazer as medidas efectivas para eliminar os obstáculos, promovendo os serviços de tecnologias de informação e de comunicações de boa qualidade, diversificados, avançados, e de tarifas razoáveis.

Foi concluída a construção da rede de banda larga sem fios, financiada pelo Governo, e os respectivos serviços também foram lançados formalmente em 2010, em que iremos ampliar ainda mais a cobertura da rede para que os residentes e turistas possam obter de um modo mais conveniente os serviços prestados.

Na resolução do conflito entre a TV Cabos Macau e as companhias de antena comum, o Governo matém uma atitude aberta e racional, que respeita o passado e que esforça pela conciliação das partes, tendo sido já tomada, no início do ano, a iniciativa de apresentar uma proposta de resolução. Portanto, a questão ainda está na fase de negociação. Contudo, iremos esforçar mais, com pragmatismo e cautela, sem danificar o interesse público e assegurar o direito da população em ter acesso aos sinais televisivos, e continuar a procura de conciliação das partes para uma solução a longo prazo, que tenha em conta o interesse geral da população e que se harmonize com a evolução do mercado das telecomunicações.

1.2 Assegurar o desenvolvimento sustentável do mercado de telecomunicações e estabelecer estratégias de desenvolvimento com bases científicas

Após a liberalização plena do mercado de telecomunicações, para assegurar o desenvolvimento sustentável e que os cidadãos possam desfrutar os serviços de melhor qualidade e de tarifas razoáveis de telecomunicações, promovendo a concorrência leal e efectiva entre os operadores, desenvolvemos em 2010 o processo de elaboração e de consulta do projecto do regulamento relativo à concorrência no sector das telecomunicações, e depois da recolha, arranjo e análise das respectivas opiniões, bem como do ajustamento consoante às necessidades, prevendo-se que a regulamentação seja lançada ao processo legislativo no ano de 2011.

Em conformidade com o resultado da revisão preliminar às actuais legislações regulamentares de telecomunicações, irá implementar ainda mais um estudo pleno relativo ao enquadramento de regulação, ao mecanismo do licenciamento e à eventual integração das licenças, a fim de encontrar a nova situação de desenvolvimento com mais eficácia.

Tomando como referência as experiências decorrentes de desenvolvimento do mercado internacional de telecomunicações, verifica-se que há uma tendência de convergência dos

serviços de telecomunicações, Internet e radiodifusão, e a liberalização plena do mercado de telecomunicações de Macau também criará as condições para este efeito, pelo que será necessário recorrer a empresas profissionais de consultoria para que procedem ao estudo aprofundado em relação à integração das redes, à construção e aplicação da rede da próxima geração, ao novo modelo de custo, etc., a fim de que o Governo inicie os trabalhos preparativos para a regulação e promoção eficaz no futuro.

Além disso, está planeado a contratação de empresas de consultoria, para realizar oportunamente uma revisão às taxas existentes de utilização do espectro radioelétrico e à forma de cálculo, incluindo a abordagem sobre o critério, o raciocínio e a forma de cálculo de taxas, bem como o estudo e proposta sobre as coordenações necessárias para as medidas de regulação.

Aproveitando da oportunidade de estabelecimento do novo Centro de Informação da Internet de Macau, durante 2010, comparar-se-ão, com a prática melhor internacional os respectivos modelos de gestão e o regulamento de registo dos nomes de domínio com a prática melhor internacional e proceder, com a base existente, ao estudo aprofundado, promovendo gradualmente a reforma necessária para dar as respostas às exigências de desenvolvimento do mercado da Rede (Internet).

2. Os Correios

Os competidores do sector comercial e tecnológico colocam o negócio postal perante fortes desafios. Neste contexto, seguindo o princípio “dar primazia ao cliente”, os Serviços de Correios envidarão todo o esforço para, contínua e constantemente, expandirem as principais áreas de negócio: Serviços Postais, Caixa Económica Postal, Serviços de Certificação e o Museu das Comunicações, prestando serviços diversificados, fiel, de qualidade, eficientes e a preços razoáveis.

2.1 Consolidação das instalações e recursos da Rede de Serviços. Elevação da produtividade e eficácia de serviços.

Em paralelo da optimização das instalações dos postos postais de cada zona, o espaço de recepção da Estação Central será ampliado para agilizar a produtividade dos serviços, bem como será escolhido um local adequado para instalação de uma sala de exposições e loja de produtos filatélicos, dotando os serviços de mais um espaço para mostras e vendas. Juntamente com os Correios da China, continuaremos o estudo de viabilidade sobre a expansão das respectivas redes de mercado filatélico, passando a utilizar-se meios de venda e de promoção mais directos, tanto dos selos de Macau como da China.

No âmbito dos Serviços de Certificação – eSignTrust, promover a gestão integrada da informação e reforçar os serviços de certificação são também tarefas prioritárias dos Serviços de Correios. Assim sendo, continuar-se-á a proceder à integração e aperfeiçoamento das instalações básicas da Infra-estrutura de Chave Pública (PKI) e do sistema informático da

eSignTrust, efectuando, de forma faseada, estudos, propostas, aquisições e a actualização das instalações básicas dos Serviços de Certificação e dos equipamentos de hardware e software do sistema informático.

2.2 Melhoria, elevar a capacidade de competição e exploração de negócios diversificados

Será implementado o Sistema Automático da Rede de Balcões, executando-se faseadamente o plano de informatização, prestando-se, desta forma, serviços postais mais rápidos e de melhor qualidade, permitindo também explorar outros serviços diversificados.

Será dada continuidade ao estudo de viabilidade de desenvolvimento do Sistema Postal Internacional (IPS), explorado pelo Centro Tecnológico Postal da UPU, tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão operacional e do processamento do tratamento do correio.

Acompanhando o desenvolvimento global do sector e atenta às oportunidades oferecidas, procuramos obter vantagens mais competitivas. Seguirá de perto o desenvolvimento do sector postal e aproveitará as vantagens das tecnologias informáticas para aumentar a eficácia de todas as suas áreas de serviços. Continuará a acompanhar o desenvolvimento do Governo Electrónico e ampliará, de forma contínua, a utilização da Plataforma Electrónica de Pagamento nos serviços públicos, enriquecendo os conteúdos dos serviços electrónicos, tornando-os mais significativos. Tendo em vista o estudo, desenvolvimento, aplicação e eventual integração na tecnologia de certificação electrónica, a Direcção dos Serviços de Correios (DSC) acompanhará de perto o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos mais actualizados.

Pretendemos continuar a afirmar a sua posição internacional, através da participação activa nos trabalhos da Cooperativa Telemática da UPU, em especial no Grupo de Utilizadores dos Serviços Electrónicos Avançados, bem como na elaboração e execução de trabalhos de desenvolvimento dos Serviços Electrónicos Postais Seguros. Juntamente com os Correios da China, os Correios de Macau darão continuidade aos projectos de cooperação internacional, como o de aplicação do Sistema de Correio Electrónico Registado Postal.

3. Ciência e Tecnologia

As nossas principais tarefas no próximo ano serão a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, o incentivo a um ambiente de inovação e o aprofundamento das iniciativas de divulgação da ciência e tecnologia. Iremos também ouvir as opiniões das comunidades científicas de forma activa, continuar a melhorar todos os nossos serviços, otimizar o fluxo de trabalho, desenvolver as actividades de divulgação científica e dar maior atenção à investigação científica, de modo a dar mais apoio aos trabalhadores locais no campo da ciência e tecnologia, bem como para melhorar sucessivamente o ambiente de investigação, inovação e divulgação da ciência e tecnologia.

3.1 Optimização do processo de atribuição de bolsas para investigação e continuação da promoção da educação científica

Em 2011, continuaremos a trabalhar de acordo com o “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro” e a apoiar programas de investigação científica, incluindo projectos de investigação e de divulgação científica, ao estabelecimento de parcerias com os laboratórios nacionais principais, com países estrangeiros, assim como programas de bolsas para projectos científicos e tecnológicos. Para além disso, iremos também reforçar o controlo e a fiscalização sobre os programas do apoio, continuar a acompanhar os programas já aprovados, bem como garantir que os respectivos projectos aprovados estão a ser cumpridos dentro dos determinados padrões de qualidade e do prazo, e que as verbas atribuídas estão a ser utilizadas da forma aprovada.

Em 2010, o Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia iniciou o “Inquérito sobre a situação actual do desenvolvimento científico e tecnológico em Macau”, baseado no qual será continuada a elaboração de um estudo para a estratégia do desenvolvimento da ciência e tecnologia em Macau. Este estudo refere-se ao desenvolvimento da ciência e tecnologia para promover o desenvolvimento da economia de Macau, aumentar a produtividade local, bem como a qualidade de vida dos residentes locais. Além disso, os assuntos relacionados com a gestão centralizada para organização dos departamentos do desenvolvimento de ciência e tecnologia de Macau e o estabelecimento de um parque científico e tecnológico serão integrados no estudo. Os resultados dos mesmos são uma importante referência para formular uma política da ciência e tecnologia num futuro.

No que se refere aos trabalhos de divulgação da ciência em 2011, o Conselho de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China continuarão a organizar a Semana de Ciência e Tecnologia. Baseado nesta relação, iremos continuar a organizar uma série das actividades, tais como, visitas de estudo de divulgação da ciência para professores e estudantes, campos de férias de divulgação da ciência, delegações, discursos, não só para enriquecer os conhecimentos científicos e expandir os horizontes dos docentes e estudantes de Macau, mas também para desenvolver um ambiente de divulgação da ciência e intensificar os sentimentos de patriotismo para com a China.

3.2 Reforço da cooperação regional no âmbito da ciência e tecnologia e criação de um programa de prémios pela investigação científica e tecnológica

Iremos abordar e apresentar um programa de prémios pela investigação científica e tecnológica conjuntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia da China, a Província de Guangdong e o Conselho do Fundo da Ciência Natural Nacional, entre outras entidades. Iremos também debater com o Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a selecção e recomendação de novos cientistas para a lista de especialistas no âmbito do plano nacional de ciência e tecnologia.

Os laboratórios parceiros locais aprovados pelos laboratórios principais nacionais, irão participar num projecto que terá início em 2011 e no qual o Fundo da Ciência e Tecnologia irá dar um grande apoio, incluindo na aquisição de equipamento e aparelhos, na formação do promotor académico e desenvolvimento de investigação na área principal. Para além disso, irão coordenar e promover o estabelecimento de um centro para a certificação de alimentos e medicamentos, criar condições para que as instituições de investigação científica da medicina chinesa em Macau possam participar no planeamento da cooperação científica e tecnológica no âmbito da medicina chinesa no interior da China e levar a cabo uma investigação sobre os padrões de qualidade para a medicina chinesa.

No que se refere ao programa de atribuição de prémios pela investigação científica em Macau, este será iniciado após a entrada em vigor do “Regulamento dos Prémios de Investigação Científica e Tecnológica”. Empenharemos com todos os esforços para que o primeiro prémio seja entregue em 2011. Iremos dar recomendações ao Instituto de Atribuição de Prémios de Ciência e Tecnologia da China de candidatos apropriados para o Prémio de Ciência e Tecnologia da China. Além disso, iremos também iniciar no 1º trimestre os trabalhos relativos ao Prémio de Ciência e Tecnologia do Fundação Ho Leung Ho Lee, apresentado a académicos locais que concorrem a este prémio.

X. Conclusão

Para o ano 2011, face às rápidas mudanças na sociedade, vários planos e grandes empreitadas públicas estão em fase crítica. A tutela da Área de Transportes e Obras Públicas vai continuar o rumo estabelecido, em consonância com a identidade de “Centro Internacional de Turismo e de Lazer”, atribuído pelas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma do Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, e executar os planos concebidos, nomeadamente elevar a capacidade de resposta às novas circunstâncias, acelerar a integração e a cooperação regional, aprofundar a cooperação na área de planeamento regional, concretizar a ligação das infra-estruturas transfronteiriças, definir as estratégias de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo no âmbito do tráfego, protecção do ambiente e habitação, desenvolver e complementar as novas urbes e os bairros antigos de modo a elevar a competitividade geral de Macau e acompanhar a integração regional.

Sob o princípio do estreitamento da cooperação regional, abre-se um novo espaço com novas oportunidades onde Macau pode encontrar novos desafios. Estando a equipa da Área dos Transportes e Obras Públicas a enfrentar missões difíceis, mas mesmo assim, temos confiança e objectivos claros sobre como concretizar a decisão com base científica, ouvir a população, aproveitar os novos aterros, autorizados pelo Governo Central, e a situação de Centro Internacional de Turismo e de Lazer, conferida pelas “Linhas Gerais”. Portanto, gradualmente e pragmaticamente intensificaremos a cooperação regional e, juntamente com a população de Macau, planearemos o desenvolvimento da cidade, conquistando novos espaços para a diversificação de Macau, com o objectivo de construir um habitat de alta qualidade de vida.